

DECRETO Nº 90.347, DE 23 DE OUTUBRO DE 1984.

Dispõe sobre a implantação de área de proteção ambiental nos Municípios de Cananéia, Iguape, e Peruíbe, no Estado de São Paulo, e dá outras Providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o que dispõem o artigo 8º, da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e o artigo 32, do Decreto nº 88.351, de 1 de junho de 1983,

DECRETA:

Art. 1º - Sob a denominação de APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE, fica declarada área de proteção ambiental, as regiões situadas nos Municípios de Cananéia, Iguape, Peruíbe, Itariri e Miracatu, no Estado de São Paulo, com as delimitações geográficas constantes do artigo 3º, deste Decreto.

Art. 2º - A declaração de que trata o artigo anterior, além de possibilitar, às comunidades caiçaras, o exercício de suas atividades, dentro dos padrões culturais estabelecidos historicamente, e de conter a ocupação das encostas passíveis de erosão, tem por objetivo proteger e preservar:

- a) - Os ecossistemas, desde os manguezais das faixas litorâneas, até as regiões de campo, nos trechos de maiores altitudes;
- b) - as espécies ameaçadas de extinção;
- c) - as áreas de nidificação de aves marinhas e de arribação;
- d) - os sítios arqueológicos;
- e) - os remanescentes da floresta atlântica;
- f) - a qualidade dos recursos hídricos.

Art. 3º - A APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE tem as seguintes delimitações geográficas:

I - perímetro a nordeste de Iguape - o primeiro perímetro, situado a nordeste da cidade de Iguape, inicia-se na foz do Rio Una do Prelado ou Comprido, próximo ao Porto do Prelado, na Praia de Juréia (ponto 01); segue, a montante, pelo Rio Una do Prelado, até a confluência com o Córrego do Morro do Macedo ou Itinguinha, que também é divisa dos Municípios de Iguape e Peruíbe (ponto 02); segue, em direção Norte, pela divisa dos Municípios de Iguape e Peruíbe, até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 20 metros (ponto 03); segue, em linha reta, em direção Nordeste, até a confluência do Rio Pereque com o Ribeirão Urubuçucaba (ponto 04); segue, a montante, pelo Ribeirão Urubuçucaba, até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 40 metros (ponto 05); segue, inicialmente, em direção Leste, e, depois, em direção Oeste, pela curva de nível de cota altimétrica 40 metros, até o cruzamento com o Ribeirão do Quatinga (ponto 06); segue, a jusante, pelo Ribeirão Quatinga, até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 20 metros (ponto 07); segue, em direção Oeste, pela curva de nível de cota altimétrica 20 metros, até o cruzamento com Ribeirão Cabuçu (ponto 08); segue, em linha reta, em direção Noroeste, até a confluência do Córrego Salga com o Córrego Cachoeira do Martins (ponto 09); segue, em linha reta, em direção Norte, até o cruzamento do Córrego da Ana Dias com o Ribeirão Ubatubinha (ponto 10); segue, em linha reta, em direção Leste, até a confluência do Córrego do Braunho com o Córrego Vermelho (ponto 11); segue, em linha reta, em direção Nordeste, até o ponto mais elevado do Morro do Itatinga (ponto 12); segue, em direção Leste, pela divisa dos Municípios de Peruíbe e Itariri, até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 20 metros (ponto 13); segue, em direção Norte, pela curva de nível de cota altimétrica 20 metros, até o cruzamento com o Córrego do Guaxiru (ponto 14); segue, em linha reta, em direção Norte, até o ponto mais elevado do Morro Alto (ponto 15); segue, pela divisa dos Municípios de Peruíbe e Itariri, e, em continuidade, pela divisa dos Municípios de Itariri e Pedro de Toledo, cujas divisas coincidem com o limite do Parque Estadual da Serra do Mar, até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 100 metros (ponto 16); segue, em direção Sul, até a confluência do Rio Guanhanhã com o Rio do Azeite (ponto

17); segue, a montante, pelo Rio Guanhanhã, até a confluência com o Ribeirão do Óleo (ponto 18); segue, em linha reta, em direção Sul, até a confluência do Areadinho com o Ribeirão do Areado (ponto 19); segue, a montante, pela margem do Ribeirão do Areado, até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 100 metros (ponto 20); segue, inicialmente, em direção Oeste, e, depois, em direção Sul, pela curva de nível de cota altimétrica 100 metros, até o cruzamento com o Ribeirão da Água Parada (ponto 21); segue, em linha reta, em direção Noroeste, até o ponto mais elevado do Pico do Guarda-Chuva (ponto 22); segue, inicialmente, pela divisa dos Municípios de Itariri e Pedro de Toledo, e, depois, Iguape e Pedro de Toledo, até encontrar o limite do Município de Miracatu (ponto 23); segue, em direção Oeste, pela divisa dos Municípios de Miracatu e Pedro de Toledo, até encontrar a curva de nível de cota altimétrica de 500 metros mais próximo da nascente do Ribeirão Braço do Meio (ponto 24); segue, em linha reta, em direção Oeste, até encontrar o ponto de cruzamento do Ribeirão Jacuguaçu com a curva de nível de cota altimétrica 400 metros (ponto 25); segue, a jusante, pelo Ribeirão Jacuguaçu, até a confluência com o Rio do Bananal (ponto 26); segue, a jusante, pelo Rio do Bananal, até a confluência com o Ribeirão Travessão (ponto 27); segue, em linha reta, em direção Sudoeste, até o cruzamento do Rio Itimirim com a curva de nível de cota altimétrica 400 metros (ponto 28); segue, a jusante, pelo Rio Itimirim, até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 100 metros, (ponto 29); segue, inicialmente, em direção Sul, e, depois, Leste, pela curva de nível de cota altimétrica 100 metros, até o cruzamento com o Rio Branco da Serra (ponto 30); segue, a Jusante, pelo Rio Branco da Serra, até a confluência com o Rio Itinguçu (ponto 31); segue, a jusante, pelo Rio Itinguçu, até a confluência do mesmo com o Rio Una da Aldeia e com o Rio das Pedras (ponto 32); segue, a jusante, pelo Rio Una da Aldeia, até o ponto mais avançado, em direção Norte, da faixa do limite do manguezal, situado na margem direita deste Rio (ponto 33); segue, em linha reta, em direção Sudoeste, até o limite Oeste da faixa do manguezal, situado à margem esquerda do Rio da Ribeira de Iguape (ponto 34); segue, em linha reta, em direção Sudeste, cruzando o Rio da Ribeira do Iguape, até o ponto mais avançado, em direção Oeste, da faixa do manguezal, situado a 300 metros da foz do Rio Pindu, afluente da margem direita do Rio da Ribeira do Iguape.(ponto 35); segue, em linha reta, em direção sul, pelo limite Oeste da faixa da maré mais alta dos manguezais, situados a 300 metros do Rio do Pindu, afluente da margem direita do Rio Ribeira do Iguape, até a cruzamento desta reta com a curva de nível de cota altimétrica 20 metros (ponto 36); segue, inicialmente, em direção Sudoeste, e, depois, em direção Nordeste, até contornar o Morro do Espia, situado a cavaleiro da cidade de Iguape, seguindo, em direção Nordeste, sempre pela mesma cota altimétrica, até o cruzamento com o Ribeirão do Sambaqui (ponto 37); segue, a jusante, pelo Ribeirão do Sambaqui, até a faixa de limite dos manguezais, situados à margem direita desse Rio (ponto 38); segue, em direção Oeste, pela faixa de limite Sul deste manguezal, até o ponto central do ancoradouro da balsa, que dá acesso à Vila da Barra do Ribeira (ponto 39); segue, em linha reta, em direção Nordeste, cruzando o Rio da Ribeira do Iguape, até a foz do Rio Suá-Mirim (ponto 40); segue, a montante, pela Rio Suá-Mirim, até a confluência com o Rio Acaraú (ponto 41); segue, em linha reta, pela perpendicular à linha das marés da praia da Juréia, até encontrar o ponto de cruzamento com a linha das marés médias (ponto 42); segue, em direção Nordeste, pela linha das marés médias, da praia da Juréia, até encontrar o ponto 01 de fechamento deste perímetro, ou seja, foz do Rio Una do Prelado.

II - perímetro a sudoeste de Iguape - O segundo perímetro, situado mais a sudoeste do Município de Iguape, inicia-se no ponto mais avançado, em direção Norte, da Ponta do Perigo, localizado no extremo norte da Ilha do Cardoso (ponto 01); segue, em linha reta, em direção Nordeste, cruzando a Barra de Cananéia, até o ponto mais avançado, em direção Sul, da Praia do Pontal, localizado no extremo Sul da Ilha Comprida (ponto 02); segue, dois quilômetros, em direção Norte, pela faixa de maré média da Praia do Pontal, na Ilha Comprida (ponto 03); segue, em linha reta, em direção Oeste, até 100 metros antes de encontrar a costa da Ilha Comprida, voltada para a Baía de Trapandé (ponto 04); segue, em direção Norte, pela linha situada a 100 metros de distância da costa da Ilha Comprida, no Mar de Cananéia, voltada para o Mar de Cananéia, até encontrar o ponto mais avançado, em direção Sul, da várzea da margem esquerda do Rio Nóbrega (ponto 05); segue,

inicialmente, em direção Leste, pela margem esquerda da várzea do Rio Nóbrega, e, depois, continuando pela margem direita da várzea do mesmo Rio, até 100 metros antes de encontrar a costa da Ilha Comprida, voltada para o Mar de Cananéia (ponto 06) segue, em direção Nordeste, pela linha, distante de 100 metros da costa da Ilha Comprida, voltada para o Mar Pequeno ou de Iguape, contornando e incluindo os manguezais existentes até o ponto mais próximo à foz do Córrego Sorocabinha, situado na margem continental do Mar Pequeno (ponto 07); segue, em direção Norte, pela linha distante 100 metros, da costa da Ilha Comprida, voltada para o Mar de Iguape ou Mar Pequeno, até dois quilômetros antes de ponto avançado, em direção Norte, da Ilha Comprida (ponto 08); segue, em direção Sudeste, pela menor distância, até encontrar a linha de maré média, na costa da Ilha Comprida, voltada ao Oceano Atlântico (ponto 09); segue, em direção Nordeste, pela linha da maré média, ao longo da costa da Ilha Comprida, voltada para a Oceano Atlântico, até o ponto mais avançado, em direção Leste, da ilha Comprida (ponto 10); segue, em linha reta, em direção Nordeste, cruzando o Mar de Iguape ou Mar Pequeno, até o ponto mais avançado, em direção Sul, da praia da Prainha (ponto 11); segue, em direção Sul, ao longo da costa continental do Mar de Iguape ou Mar Pequeno, até o ponto mais avançado, em direção Sul, da margem esquerda do Canal do Valo Grande (ponto 12); segue, a montante, pela margem esquerda do canal do Valo Grande, até encontrar o ponto mais avançado, em direção Leste, da Barragem do Valo Grande (ponto 13); segue, em direção Oeste, pela parte alta da Barragem do Valo Grande, até o ponto mais avançado desta, em direção Oeste (ponto 14); segue a jusante, pela margem direita do Canal do Valo Grande, até encontrar uma linha distante 100 metros, antes do ponto mais avançado, em direção Nordeste, da faixa do limite do manguezal, localizado à margem direita deste Canal (ponto 15); segue, em direção Sudoeste, por uma linha distante 100 metros, ao longo da costa continental do Mar Pequeno ou de Iguape, até encontrar o ponto definido por seu cruzamento com uma reta que parte em direção ao Mar Pequeno, como continuação da linha de Alta Tensão, que vem de Pariquera-Açu, em direção a Iguape (ponto 16); segue, por esta reta, em direção Noroeste até onde a linha de Alta Tensão, que vem de Pariquera-Açu, em direção a Iguape, se encontra com a Rodovia Estadual SP-222 (ponto 17); segue, inicialmente, em direção Noroeste e depois à Sudoeste, pela linha de Alta Tensão, em direção à Pariquera-Açu, acompanhando a Rodovia Estadual SP-222, até onde esta linha cruza com a referida Rodovia (ponto 18); segue, em direção Oeste, acompanhando o espigão da Serra, que divide as águas da Bacia do Rio Cordeiro e as águas dos Ribeirões da Arataca e do Braço Preto, até encontrar a divisa dos Municípios de Iguape e Pariquera-Açu (ponto 19); segue, em direção Oeste, inicialmente pela divisa dos Municípios de Pariquera-Açu e Iguape, e, depois, pela divisa dos Municípios de Cananéia e Pariquera-Açu, Cananéia e Jucupiranga, Cananéia e Barra do Turvo, até encontrar o limite do Parque Estadual de Jucupiranga (ponto 20); segue, em direção Sul, pelo limite do Parque Estadual de Jucupiranga, até encontrar a divisa dos Estados de São Paulo e Paraná (ponto 21); segue, em direção Leste, pela divisa dos Estados de São Paulo e Paraná, até encontrar a restinga da Ilha do Cardoso, no ponto situado junto ao cruzamento dos Canais do Ararapira e do Varadouro (ponto 22); segue, inicialmente, em direção Norte, pela costa da Ilha do Cardoso, que faceia o canal de Ararapira. e, depois, em direção Leste, faceando a Baía Trapandé, sempre coincidindo com o limite do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, até o ponto inicial e de fechamento deste perímetro.

III - na Ilha de Cananéia, a área incluída é a que está voltada para os mares de Cananéia, Cubatão, Itapitangui e Baía de Trapandé. Inicia-se na foz do Córrego do Jacó, localizado ao Norte das Ilhas do Pai-Mato, no Sul do Mar de Cananéia (ponto 01); segue, a montante, pelo Córrego do Jacó até o cruzamento com a linha distante 100 metros de costa da Ilha de Cananéia (ponto 02); segue, em direção Norte, por uma linha distante 100 metros, ao longo da costa da Ilha de Cananéia, no Mar de Cananéia ou Mar de Fora, até o ponto mais avançado, em direção Sudoeste, da faixa do limite do manguezal da Ilha de Cananéia, localizado à Oeste da Ilha do Boqueirão (ponto 03); segue, inicialmente, em direção Norte, e depois em direção Sul, por uma linha distante 100 metros, ao longo da costa da Ilha de Cananéia, contornando, inclusive, a faixa do limite dos manguezais, a partir daí existentes, até o ponto mais avançado, em direção Sul, da faixa do limita do manguezal, situado a Leste da foz do Córrego da Folha-Larga (ponto 04); segue, inicialmente, em direção Sul,

e, depois, em direção Leste, por uma linha, distante 100 metros, ao longo da costa da Ilha de Cananéia, voltada, inicialmente, para o Mar de Cubatão ou Mar de Dentro, e, depois, voltada para a Baía de Trapandé, contornando, inclusive, a faixa do limite dos banhados dos Rios Boquassu, Batatal e Aratu, até o ponto mais avançado, em direção Nordeste, da várzea, localizada ao Sul do Morro de São João (ponto 05); segue, pela menor distância, em direção Leste, até encontrar a costa da Ilha de Cananéia, voltada para o Mar de Cananéia ou Mar de Fora (ponto 06); segue, em direção Norte, acompanhando a costa da Ilha de Cananéia, voltada para o Mar de Cananéia ou Mar de Fora, até a foz do Córrego Jacó, ponto inicial e de fechamento deste perímetro.

IV - outras áreas incluídas:

a) Mares - fazem parte da APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE, o canal de Ararapira, mares de Itapitangui, de Cubatão ou Mar de Dentro, de Cananéia ou Mar de Fora, Mar de Iguape ou Mar Pequeno e a Baía de Trapandé, bem como todas as ilhas neles situadas;

b) Morros - ficam incluídos, também, na APA o Morro de São João, situado ao Sul da cidade de Cananéia, o morrete, na Ilha Comprida e o Morro de Icapara, situado ao Norte da Vila de mesmo nome, todos a partir da curva de nível de cota altimétrica 20 metros.

V - áreas excluídas - ficam excluídas da área da APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE, a Vila de Itapitangui e Porto de Cubatão, com a seguinte delimitação: início no entroncamento das Rodovias Estaduais SP-193 e SP-226, próximo à Vila de Itapitangui (ponto A); segue, em direção Nordeste, pela Rodovia Estadual SP-226, até o cruzamento com o Rio que passa pela sede da Fazenda São Miguel (ponto B); segue, em linha reta, em direção Sudeste, até o ponto mais avançado, em direção Norte, do limite do manguezal do Córrego da Folha-Larga (ponto C). VI - segue, a jusante, pelo Córrego da Folha-Larga, até sua foz, no Mar de Cubatão ou Mar de Dentro (ponto D); segue, em direção Sul, ao longo da Costa continental do Mar do Cubatão ou Mar de Dentro, até a foz do Rio Itapitangui (ponto E); segue, a montante, pelo Rio Itapitangui, até a ponte da estrada de terra, que dá acesso da Vila de Itapitangui à Fazenda do Kiri (ponto F); segue, em linha reta, em direção Nordeste, até o ponto inicial e de fechamento deste perímetro, ou seja, o entroncamento das Rodovias SP-193 e SP-226.

Art. 4º - Na implantação e funcionamento da APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE, serão adotadas as seguintes medidas prioritárias:

I - zoneamento a ser efetivado através de portaria da Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, do Ministério do Interior, em estreita articulação com a Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista-SUDELPA e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental-CETESB, do Estado de São Paulo, indicando-se as atividades a serem incentivadas, em cada zona, bem como as que deverão ser restringidas ou proibidas, de acordo com a legislação aplicável;

II - utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção de Zona de Vida Silvestre, o uso racional do solo, e a aplicação de outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais, sempre que consideradas necessárias;

III - aplicação, quando cabíveis, de medidas legais, destinadas a impedir ou evitar a exercício de atividades causadoras de sensível degradação da qualidade ambiental.

Art. 5º - NA APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE ficam proibidas ou restringidas:

I - a implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;

II - a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais, principalmente na Zona de Vida Silvestre, onde a biota será protegida com maior rigor;

III - O exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;

IV - o exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras da biota regional, principalmente o Papagaio de Rabo Vermelho *Amazona Brasiliensis*, o Mono - *Brachyteles arachnoides*, a Onça Pintada - *Panthera onça*, o Jaó do Litoral - *Kriptorellus noctivagus*, o Jacaré de Papo Amarelo - *Caiman latirostris*, os peixes - *Megalops atlanticus*, *Manta ehrenbergi*, *Adenops dissimilis*, *Carcharhinus leucas*, *Xenomelaniris Brasiliensis*, *Doaterus rhombeus*, *Mugil cephalus*, *Sardinella aurita* e o Boto- *Solalia brasiliensis*;

V - o uso de biocidas, quando indiscriminado, ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais.

Art. 6º - A abertura de vias de comunicações, de canais, e a implantação de projetos de urbanização, sempre que importarem em obras de terraplenagem, bem como a realização de grandes escavações e de obras, que causem alterações ambientais, dependerão de autorização prévia da Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, do Ministério do Interior, que somente poderá concedê-la:

a) - após estudo do projeto, exame das alternativas possíveis e avaliação de suas conseqüências ambientais;

b) - mediante a indicação das restrições e medidas consideradas necessárias à salvaguarda dos ecossistemas atingidos.

Parágrafo único - A autorização concedida pela Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, do Ministério do Interior, não implicará na dispensa de outras autorizações ou licenças, federais, estaduais ou municipais, porventura exigíveis.

Art. 7º - Para melhor controlar seus efluentes e reduzir o potencial poluidor das construções destinadas ao uso humano, não serão permitidas:

a) - a construção de edificações, em terrenos que por suas características, não comportarem a existência simultânea de poços, para receber o despejo de fossas sépticas, e de poços de abastecimento d'água, que fiquem a salvo de contaminação, quando não houver rede de coleta e estação de tratamento de esgoto, em funcionamento;

b) - a execução de projetos de urbanização, sem as devidas autorizações, alvarás e licenças federais, estaduais ou municipais exigíveis.

Art. 8º - Os projetos de urbanização que, por suas características, possam provocar deslizamento do solo e outros processos erosivos, não terão a sua execução autorizada pela Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, do Ministério do Interior.

Art. 9º - Nos terrenos de marinha, e acrescidos, conforme conceituados nos artigos 2º e 3º, do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, não será permitida a retirada de areia, ou de material rochoso, nem admitidas construções de qualquer natureza, com exceção de embarcadouros.

Art. 10 - Com vistas a impedir a pesca predatória, nas águas marítimas ou interiores da APA e nas suas proximidades, será dada especial atenção ao cumprimento da legislação pertinente, e das normas expedidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, do Ministério da Agricultura.

Art. 11 - Em casos de epidemias e endemias, veiculadas por animais silvestres, o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde, do Estado de São Paulo, poderão, em articulação com a Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, do Ministério do Interior, promover programas especiais, para controle dos referidos vetores.

Art. 12 - Fica estabelecida, na área da APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE, uma Zona de Vida Silvestre, destinada, prioritariamente, à salva guarda da biota.

Art. 13 - A Zona de Vida Silvestre de que trata o artigo anterior compreenderá as seguintes áreas:

a) - Área I - ZVS das Serras dos Itatins e do Peruíbe, no perímetro situado a Nordeste da cidade de Iguape. Referida ZVS está contida no perímetro que se inicia no cruzamento do Ribeirão Itinga,

afluente do. Ribeirão do Itingaçu, com a curva de nível de cota altimétrica 200 metros (ponto 1s); segue, inicialmente, em direção leste, e, depois, em direção Noroeste, contornando a Serra do Peruíbe, pela curva de nível de cota altimétrica 200 metros, até o cruzamento com o Ribeirão de Serrinha (ponto 2s); segue, a jusante, pelo Ribeirão da Serrinha, até o cruzamento com a curva de nível do cota altimétrica 100 metros (ponto 3s); segue, em direção Noroeste, pela curva de nível de cota altimétrica 100 metros, até o cruzamento com o Ribeirão do Cabuçu (ponto 4s); segue, a montante, pelo Ribeirão do Cabuçu, até sua nascente, no Espigão da Serra do Peruíbe (ponto 5s); segue, em linha reta, em direção Noroeste, até atingir o ponto mais elevado da Pedra do Alemão (ponto 6s); segue, em linha reta, em direção Sudoeste, até o cruzamento do Ribeirão da Barra Grande com a curva de nível de cota altimétrica 600 metros (ponto 7s); segue, em linha reta, em direção Oeste, até o cruzamento do Córrego Campinho com a curva de nível de cota altimétrica 600 metros (ponto 8s); segue, em direção Noroeste, pela curva de nível de cota altimétrica 600 metros, até o cruzamento com a divisa dos municípios de Pedra de Toledo e Itariri (ponto 9s); segue, em direção Sul, pela divisa dos municípios de Pedro de Toledo e Iguape, até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 400 metros (ponto 10s); segue, em linha reta, em direção Sudeste, até o cruzamento do Rio do Espreado com a curva de nível de cota altimétrica 300 metros (ponto 11s); segue, em direção Sudoeste, pela curva de nível de cota altimétrica 300 metros, até encontrar a divisa da Reserva Estadual de Itatins (ponto 12s); segue, inicialmente, em direção Leste, e depois, em direção Oeste, pelo limite da Reserva Estadual de Itatins, até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 20 metros, situado próximo ao Ribeirão do Palhal (ponto 13s); segue, em direção Leste, pela curva de nível de cota altimétrica 20 metros, até o cruzamento com o Ribeirão Itinga (ponto 14s); segue, a montante, pelo Ribeirão do Itinga, até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 200 metros (ponto 15s), ponto inicial e de fechamento deste perímetro.

b) - Área II - Zona de Vida Silvestre a Noroeste do Rio Canela ou Cacunduva (Iguape) - A ZVS localizada a Noroeste do Rio Canela ou Cacunduva afluente do Rio Una do Prelado ou Comprido, no Município de Iguape, inicia-se no cruzamento do limite da Reserva Estadual de Itatins com a curva de nível de cota altimétrica 20 metros situado próximo ao cruzamento do limite da referida Reserva com o Rio Aguapé (ponto 1s); segue em direção Nordeste, pela curva de nível de cota altimétrica 20 metros, até o cruzamento com o limite da Reserva Estadual de Itatins, próximo ao cruzamento da referida Reserva com o Ribeirão do Palhal (ponto 2s); segue em direção Sudoeste; acompanhando o limite da Reserva Estadual de Itatins, até o ponto inicial e de fechamento deste perímetro, ou seja, cruzamento do limite da Reserva de Itatins com a curva de nível de cota altimétrica 20 metros.

c) - Área III - Zona de Vida Silvestre das Serras do Cordeiro, Paratiú, Itapuã e Itinga - no segundo perímetro, situado a Sudoeste da cidade de Iguape, a referida ZVS está contida no perímetro que se inicia no cruzamento do Ribeirão Paratiú com a curva de nível de cota altimétrica 20 metros (ponto 1s); segue, inicialmente, em direção Sul, e, depois, em direção Nordeste, pela curva de nível de cota altimétrica 20 metros, contornando a Serra do Cordeiro até o cruzamento com o Córrego São Pedro (ponto 2s); segue, a montante, pelo Córrego São Pedro, até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 20 metros (ponto 3s); segue, em linha reta, em direção Sudoeste, até a curva de nível de cota altimétrica 40 metros cruzar por uma reta, que parte do ponto central da porta principal da sede da Fazenda do Esteiro do Morro, e termina no ponto mais elevado do Morro da Pedra (ponto 4s); segue, em linha reta, em direção Sudoeste, até o cruzamento do Rio do Cordeiro com a curva de nível de cota altimétrica 40 metros (ponto 5s); segue, em linha reta, em direção Sudoeste, até o cruzamento do Córrego do Cedro com a curva de nível de cota altimétrica 20 metros (ponto 6s); segue, inicialmente, em direção Sudeste, e, depois, em direção Norte, pela curva de nível de cota altimétrica 20 metros, até o ponto inicial de fechamento deste perímetro, ou seja, o cruzamento da curva de nível de cota altimétrica 20 metros com o Ribeirão Paratiú.

d) - Área IV - Zona de Vida Silvestre das Serras do Arrepiado e do Tombador - a referida ZVS está localizada a Noroeste do Município de Cananéia e contida no perímetro que se inicia no ponto mais elevado do Morro do Miguel (ponto 1s); segue, em direção Noroeste, pela divisa dos municípios de

Cananéia e Jacupiranga, até o cruzamento com a Rodovia Estadual SP-193 (ponto 2s); segue, em direção Sul, pela Rodovia Estadual SP-193, até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 20 metros (ponto 3s); segue, inicialmente, em direção Sudeste, e, depois, em direção Nordeste pela curva de nível de cota altimétrica 20 metros, até o cruzamento com o Ribeirão do Miguel (ponto 4s); segue, em linha reta, em direção Sudoeste, até o ponto inicial de fechamento deste perímetro, ou seja, o ponto mais elevado do Morro do Miguel.

e) - Área V - Todos os mangues situados dentro da delimitação da APA.

f) - Área VI - A Serra do Itapitanguí, localizada a Noroeste do município de Cananéia, a partir da curva de nível de cota altimétrica 40 metros.

g) - Área VII - As ilhas oceânicas - Ilhas do Bom Abrigo e Ilhote, situadas entre as latitudes 25°06'45" e 25°08'05" Sul e as longitudes 47°50'55" e 47°52'05" Oeste; ilha do Castilho, situada entre as latitudes 25°15'00" e 25°16'15" Sul e entre as longitudes 47°56'45" e 47°58'10" Oeste; ilha Figueiras, situada entre as latitudes 25°20'50" e 25°22'00" Sul e as longitudes 48°01'40" e 48°03'00" Oeste; ilha Cambriu, situada entre as latitudes 25°09'40" e 25°10'10" Sul e entre as longitudes 47°54'30" e 47°55'00" Oeste; ilha Queimada Pequena, situada entre as latitudes 24°21'40" e 24°23'25" Sul e entre as longitudes 46°47'25" e 46°48'50" Oeste, e a ilha Queimada Grande, situada entre as latitudes 24°26'55" e 24°28'25" Sul e entre as longitudes 46°40'25" e 46°42'00" Oeste.

Parágrafo único -, A Zona de Vida Silvestre compreenderá, também, as áreas mencionadas no artigo 18, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, as quais, quando forem de domínio privado, serão consideradas como de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), e ficarão sujeitas às restrições de uso e penalidades estabelecidas, nos termos dos Decretos 88.351, de 1 de junho de 1983, e 89.532, de 6 de abril de 1984.

Art. 14 - Visando à proteção de espécies raras, na Zona de Vida Silvestre, não será permitida a construção de edificações, exceto as destinadas à realização de pesquisa e ao controle ambiental.

Art. 15 - Na Zona de Vida Silvestre não será permitida atividade degradadora ou potencialmente causadora de degradação ambiental, inclusive o porte de armas de fogo e de artefatos ou instrumentos de destruição da biota, ressalvados os casos objeto de prévia autorização, expedida, em caráter excepcional, pela Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, do Ministério do Interior.

Art. 16 - Para os efeitos do artigo 18, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, consideram-se como de preservação permanente as nascentes ou "olhos d'água" e o seu entorno, num raio de 60 metros, exceto a faixa necessária para assegurar a utilização e o bom escoamento das águas.

Art. 17 - A APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE será supervisionada, administrada e fiscalizada pela Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, do Ministério do Interior, em articulação com a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental-CETESB, a Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA, e a Secretaria de Agricultura, do Estado de São Paulo, através da Divisão de Proteção dos Recursos Naturais-DPRN e as Prefeituras Municipais de Cananéia, Iguape e Peruíbe, bem como com a Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

Art. 18 - Com vistas a atingir os objetivos previstos para a APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE, bem como a definir as atribuições e competências no controle de atividades potencialmente degradadoras, a Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, do Ministério do Interior, poderá, ainda, firmar convênios com órgãos e entidades públicas ou privadas.

Art. 19 - As penalidades previstas nas Leis nºs 6.902, de 27 de abril de 1981, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, serão aplicadas, pela Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, do Ministério do Interior, aos transgressores das disposições deste Decreto, com vistas ao cumprimento das medidas preventivas e corretivas, necessárias à preservação da qualidade ambiental.

Parágrafo único - Dos atos e decisões da Secretaria Especial do Meio Ambiente, do Ministério do

Interior, referentes à APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE, caberá recurso ao Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.

Art. 20 - Os Investimentos e a concessão de financiamentos e incentivos, da Administração Pública Federal, direta ou indireta, destinados à APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE, serão previamente compatibilizados com as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

Art. 21 - A Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, do Ministério do Interior, poderá constituir Grupo de Assessoramento Técnico e Conselho Assessor, para implementação das atividades de zoneamento, administração e fiscalização da APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE.

Art. 22 - A Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, do Ministério do Interior, expedirá as instruções normativas necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 23 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de outubro de 1984;163º da Independência e 96º da República.

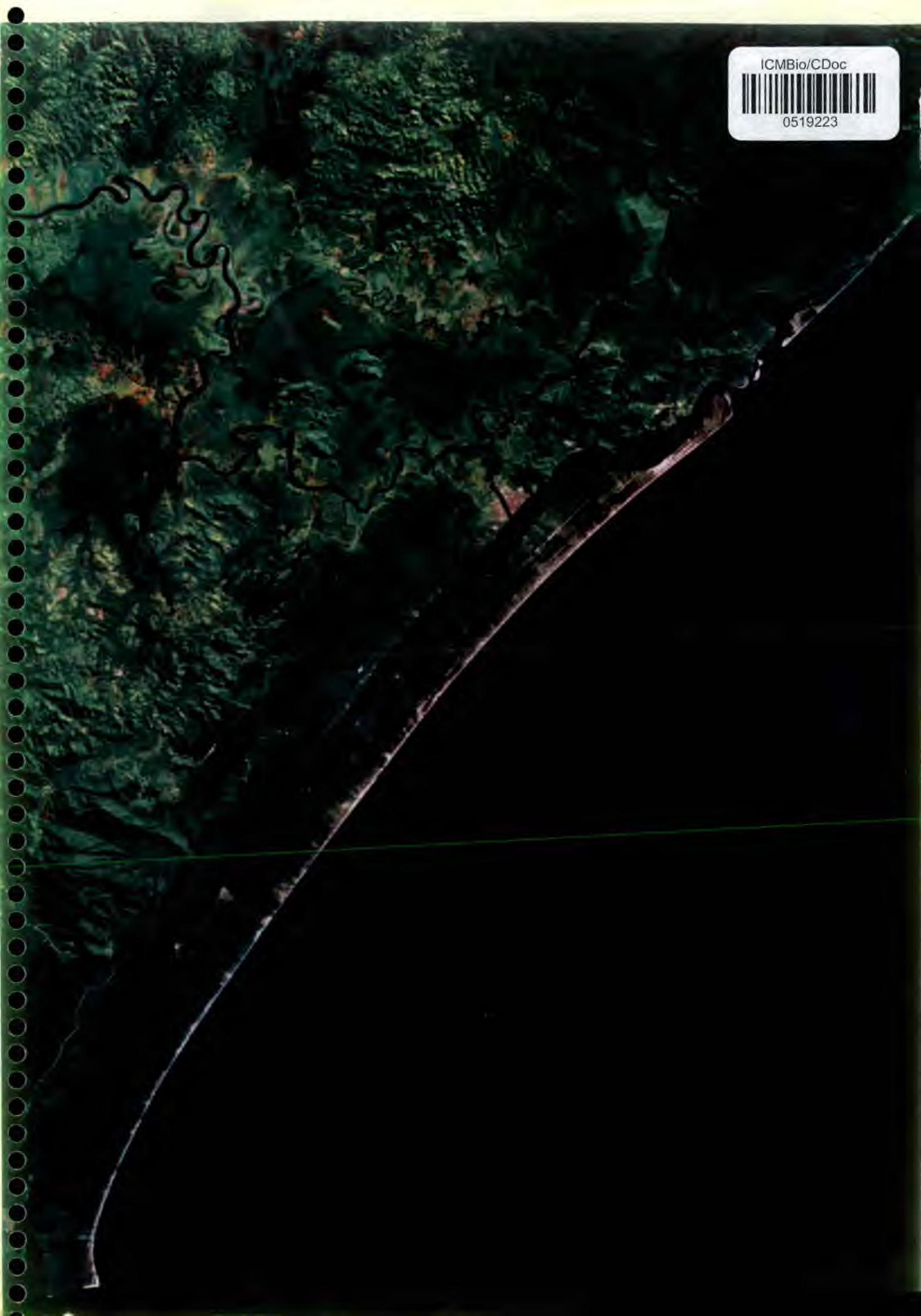
JOÃO FIGUEIREDO

Mário David Andreatza

ICMBio/CDoc



0519223



Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
Gustavo Krause Sobrinho

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Eduardo de Souza Martins

Diretoria de Ecossistemas
Ricardo José Soavinski

Superintendência do IBAMA - SP
Nilde Lago Pinheiro

Governo do Estado de São Paulo
Mario Covas Junior

Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Fábio Feldmann

Coordenadoria de Planejamento Ambiental
Eduardo Trani

PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit - GTZ
Kreditanstalt für Wiederaufbau

SUMÁRIO

VOLUME 2 - PLANO DE GESTÃO

Introdução

1 - Conceitos e Diretrizes Gerais

1.1 - Planejamento e Desenvolvimento Sustentável

1.2 - Diretrizes Globais

1.3 - Diretrizes de Nível Nacional

1.4 - Diretrizes Regionais

1.5 - Diretrizes Específicas para o Complexo Lagunar - Cananéia - Iguape - Paranaguá

2 - Plano de Gestão

2.1 - Aspectos Metodológicos

2.2 - Proposta: Plano de Gestão

2.3 - Proposta: Grupo Gestor

2.4 - Proposta: Ações Imediatas Priorizadas

2.5 - Conclusões

2.6 - Quadro: Plano de Ação

2.7 - Projetos Propostos para o Exercício 1996-1997

3 - Bibliografia

REGULAMENTAÇÃO DA APA CANANÉIA - IGUAPE - PERUÍBE - PLANO DE GESTÃO

Introdução:

A Regulamentação de uma APA - Área de Proteção Ambiental traz em seu bojo certas peculiaridades em relação a outras Unidades de Conservação.

As características da Área de Proteção Ambiental descritas no 1º volume indicam que uma política eficaz de regulamentação deverá ser formulada a partir de um consenso sobre as questões de preservação e o uso dos recursos naturais num contexto mais amplo considerando o conjunto das demais unidades de conservação existentes, as ações em curso em outros programas do Vale do Ribeira e Litoral Sul e as condicionantes aqui apresentados.

A caracterização da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, revela ainda a necessidade de ações concretas no sentido de se implementar efetivamente um processo de planejamento coerente com as dificuldades apresentadas, com as metas e objetivos perseguidos, a longo, médio e curto prazos e com resultados práticos.

Além dos levantamentos temáticos realizados, as consultas às prefeituras municipais, agentes intervenientes e seminários realizados nos levam à confirmação da idéia inicial, de que há uma sobrecarga de instrumentos de caráter restritivo sem a devida compensação por incentivos à dinamização da economia e atendimento às questões sociais e culturais correntes.

Em que pese o esforço de setores governamentais, sobretudo do sistema ambiental, em estudar e intervir na região, as divergências e sobreposições de funções, a par de uma carência crescente de recursos humanos e financeiros, vêm contribuindo para um quadro em que, ou se opta por iniciar um novo processo de abordagem das questões, ou o descrédito dessas instituições e seus valores defendidos tendem a crescer, sob pena de ver-se desaparecer um patrimônio cultural, ambiental e humano raros. Raros e valiosos, como o demonstram os fatos da região ter sido elevado à categoria de Reserva da Biosfera e Patrimônio Nacional.

Como demonstram os depoimentos obtidos durante os trabalhos, mesmo as questões de ordem prática, de responsabilidade dos agentes governamentais, têm sido mal resolvidas. A falta de entendimento comum quanto a conceitos, práticas e procedimentos tem muitas vezes prejudicado o encaminhamento de soluções, agravado pela frágil infra-estrutura de atuação.

A multiplicidade de organismos responsáveis "picotados" pelas estruturas governamentais tem resultado em iniciativas isoladas, sobre temas comuns caracterizando uma dispersão e timidez frente às reais necessidades.

Essas constatações nos levam a encaminhar como um dos propósitos da regulamentação desta Unidade de Conservação o estabelecimento de um fórum de discussão onde seja possível estabelecer um consenso mínimo sobre a continuidade dos trabalhos e as formas de integração com outras iniciativas e propostas surgidas de outros foruns.

Por outro lado, diversas reuniões demonstraram a inadequação de uma proposição numa escala apenas regional, onde o cuidado com o detalhe garantiria o rebatimento de dados da realidade local, apontada por seus representantes.

Partindo do pressuposto de que uma das vias de solução dos conflitos e de formulação de mecanismos de transformação numa sociedade é a discussão democrática com troca de conhecimentos sobre as concordâncias e discordâncias, a gestão se coloca como foco principal desta regulamentação.

Allás, a gestão apresenta-se como questão fundamental para eficácia das propostas e seu desenvolvimento não apenas no caso dessa Unidade de Conservação. Tal conclusão foi reafirmada, por exemplo, nos grupos de trabalho reunidos para discutir uma política de UCs.

A análise dos tópicos levantados para caracterização do contexto regional e da área de atuação desta regulamentação denota a complexidade das variáveis envolvidas na questão: diversos níveis institucionais, diversos setores da sociedade civil, diversas Unidades de Conservação e diversas possibilidades de desenvolvimento econômico sob o enfoque da sustentabilidade, demandando diversas medidas.

A existência de propostas embasadas em estudos cuidadosos e específicos para os diversos setores costeiros, e a existência de Planos de Manejo concluídos ou em finalização para outras Unidades de Conservação evidencia, mais uma vez, a necessidade de montagem e funcionamento de um sistema de Gestão contendo um Comitê Gestor e os instrumentos de gestão isto é, um plano com programas e projetos e um sistema de avaliação e monitoramento.

O Zoneamento Ecológico-Econômico é, nesse sentido, um dos instrumentos a ser utilizado.

O objetivo principal é, assim, o estabelecimento de um processo de planejamento e gerenciamento integrado, participativo e permanente, sob uma ótica, política e social, de conservação ambiental com vistas ao encaminhamento de uma linha de desenvolvimento sustentável.

1 - Conceitos e Diretrizes Gerais

1.1 - Planejamento e Desenvolvimento Sustentável

Considerando que "Sustentabilidade é um relacionamento entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, embora de mudança mais lenta, em que: a) a vida humana pode continuar indefinidamente; b) os indivíduos podem prosperar; c) as culturas humanas podem desenvolver-se; mas em que d) os resultados das atividades humanas obedecem a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida" (Costanza, 1991, in Sachs, 1993) e "desenvolvimento sustentável o processo que melhora as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeita os limites da capacidade de carga dos ecossistemas" (IUCN, 1991), ao planejar o desenvolvimento devem ser consideradas simultaneamente cinco dimensões de sustentabilidade (Sachs, 1991):

- a) sustentabilidade social
- b) sustentabilidade econômica;
- c) sustentabilidade ecológica;
- d) sustentabilidade espacial;
- e) sustentabilidade cultural.

Sachs, na verdade, aponta para um novo “estilo” de desenvolvimento aplicável a áreas rurais e urbanas, cuja base vem da orientação das populações envolvidas no processo, seja pelo atendimento a suas necessidades básicas, seja pela promoção de sua autonomia.

Segundo Vieira(1995), esse conceito de desenvolvimento a que ele chama de “ecodesenvolvimento” além da integração da problemática ambiental, “designa também um enfoque de planejamento participativo de estratégias plurais de intervenção, adaptadas a contextos sócio-culturais e ambientais específicos. Igncy Sachs refere-se a uma diretriz fundamental de “harmonização” entre iniciativas de dinamização socioeconômica, consolidação e aprofundamento de uma cultura política democrático-participativa, distribuição eqüitativa do “ter” e gestão “ecologicamente prudente” do meio ambiente”.

Com base nos trabalhos desenvolvidos no CIRED e na FIPAD, Vieira ressalta que o conceito de ecodesenvolvimento estimula a reflexão e a experimentação criativa e participativa, com alternativas de crescimento econômico que “valorizem o potencial de recursos naturais e humanos em cada contexto regional específico, minimizando os custos sociais e ecológicos e promovendo a autonomia das populações envolvidas - mesmo que se faça necessário um ritmo mais lento de crescimento, o que não é forçosamente obrigatório”.

Finalmente, os estudos do CIRED e FIPAD reconhecem que o “êxito na concepção e implementação de estratégias alternativas dependerá diretamente da capacidade de se promover a experimentação com novos e efetivos “sistemas” de planejamento. Esta engenharia socioinstitucional prevê um esforço coordenado e de longo prazo de pesquisa inter e transdisciplinar, orientada para a ação. O envolvimento sinérgico da sociedade civil organizada é julgado essencial na definição e na articulação política de necessidades coletivas, na identificação de potencialidades econômicas em cada contexto socioecológico e na organização do trabalho de gestão dessas potencialidades”. (Vieira, 1995).

1.2 - Diretrizes Globais

Como diretriz básica tomou-se a Agenda 21, adotada pela conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento no dia 14 de junho de 1992, “um abrangente programa de ação a ser implementado - a partir de agora e se prolongando pelo século 21 - pelos governos, agências de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas e grupos setoriais independentes em cada área onde a atividade (econômica) humana afeta o meio ambiente.” (*Resumo da AGENDA 21- Cúpula da Terra, SMA/ SP e Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil, RJ; 1ª tradução, março de 1993*).

Aborda itens como cooperação internacional para a celerar o desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento, combate à pobreza, mudança de padrões de consumo, dinâmica demográfica, saúde humana, assentamentos humanos sustentáveis,, transição energética, uso dos recursos do solo, desmatamento, necessidades agrícolas, diversidade biológica, recursos oceânicos e de água doce, produtos químicos tóxicos e rejeitos perigosos, lixo, entre outros.

Alguns tópicos tocam diretamente a confecção desta proposta, como o capítulo 8, Seção I, sobre a elaboração de políticas para o desenvolvimento sustentável, onde preconiza a necessidade de se fazer uma reforma básica no processo de planejamento, propondo a plena integração das questões do meio ambiente e do desenvolvimento na tomada de decisão dos governos em suas políticas , os quais devem buscar uma participação mais ampla do público.

Coleta mais extensiva de informações e maneiras mais eficientes de avaliar riscos e benefícios ambientais, técnicas de administração flexíveis adequadas a múltiplos objetivos e necessidades em transformação e delegação de responsabilidades de planejamento e administração a níveis mais baixos da autoridade pública, considerando-se, sempre que possível, métodos nativos de administração de recursos naturais são aí apontadas como fundamentais para essa integração.

Devem ser considerados os custos ambientais às decisões de produtores e consumidores, lançando-se mão dos subsídios (ou através de sua retirada), criando-se novos mercados de controle de poluição e de recursos ambientalmente saudáveis. "A economia nacional deve ser ampliada para incorporar essa integração econômico-ambiental como um complemento das práticas econômicas tradicionais de cada país", devendo-se desenvolver formas de avaliação do valor de recursos ambientais e serviços ligados ao meio ambiente.

Busca-se também a integração entre o desenvolvimento sustentável e a política agrícola, como ao planejamento, enfocando-se o desenvolvimento rural com forma de aumentar a produção de alimentos, garantindo-se a participação de minorias populares e promovendo a cessão clara de títulos, direitos e responsabilidades. Diversificando o emprego rural, complementarmente. Conservando e reabilitando a terra, promovendo a diversidade genética, com áreas de conservação in situ e bancos de plasma de germes ex situ, melhorando a pesquisa e avaliação, cujos benefícios devem ser partilhados. Tratamento integrado das pragas, nutrição sustentável de plantas e transição de energia em áreas rurais.

Tratando da biodiversidade uma das questões da APA, as propostas da **Agenda 21** são: entrada em vigor da Convenção da ONU, com a promoção de métodos e conhecimento das comunidades tradicionais; pesquisas nacionais para compilação do inventário dos recursos biológicos e consequente priorização de ações, avaliando-se os benefícios e implicações sociais e econômicas da proteção da biodiversidade.

"A conservação da diversidade biológica deve ocorrer pela preservação in situ de ecossistemas e habitats naturais e por medidas ex situ, de preferência no país onde as espécies são encontradas. Deve ser promovida a reabilitação de ecossistemas danificados e de espécies em risco de extinção. Devem também ser estimuladas práticas sustentáveis em áreas adjacentes às regiões protegidas.

Quanto aos recursos costeiros, mencionam-se problemas comuns a áreas-programa: falta de dados, falta de planejamento e administração, falta de cooperação internacional e de transferência de tecnologia, e fundos inadequados, sugerindo a criação de ZEE, áreas onde os Estados administrariam o desenvolvimento e a conservação dos recursos naturais.

"Esforços devem ser feitos para criar estoques e planejar e administrar os recursos costeiros, incluindo ações nas áreas de infra-estrutura, habitats, desenvolvimento humano, educação, biodiversidade e atividades econômicas. A cooperação regional é necessária para integrar projetos."

As propostas dão ênfase à prevenção de problemas, onde a administração costeira terá papel na redução da poluição dos oceanos.

Espécies marinhas devem ser restabelecidas e mantidas em níveis sustentáveis, usando-se equipamentos de pesca seletiva e aumentando a eficácia da fiscalização e execução de acordos existentes.

“Os pesqueiros nacionais enfrentam agora os problemas de excesso de pesca, incursões de frotas estrangeiras, degradação de ecossistemas, tamanho exagerado de frotas, equipamentos que não são seletivos e a competição entre a pesca local e a pesca em larga escala. Os recifes de coral e habitats costeiros como mangues e estuários são extremamente produtivos, mas agora estão ameaçados por uma variedade de fontes.”

Propõem as ZEE e representação dos povos locais no processo de planejamento. Deve-se melhorar os estoques, assim como a administração e o desenvolvimento dos recursos marinhos costeiros, particularmente através de projetos de pequena escala. Busca-se a restauração das espécies ameaçadas de extinção e preservação de ecossistemas.

Cooperação regional e internacional, essencial para implementar programas sobre esses recursos.

A mudança do clima global e a poluição atmosférica podem afetar a disponibilidade de água potável e ameaçar os ecossistemas, particularmente em terras baixas das áreas litorâneas e das pequenas ilhas, sendo necessários planejamento e administração integrados de todos os tipos de recursos da água doce para solucionar os problemas de escassez e destruição desses recursos. Cujos planos de desenvolvimento racional devem abranger usos múltiplos, prioritariamente enfocando o controle de enchentes e assoreamento. Devem ser estabelecidos padrões de escoamento, construídas instalações para tratamento de esgotos e invocada a figura do “poluidor-pagador”.

Mais e melhores instalações de tratamento de esgoto e lixo. Obrigatoriedade de avaliações de impacto ambiental de grandes projetos de desenvolvimento que possam afetar os suprimentos de água, racionalização do uso de pesticidas e fertilizantes, reciclagem de água para agricultura e biotecnologia.

Proteção de aquíferos, como pantanais e mangues. Aperfeiçoamento da educação sanitária e redução drástica de doenças ligadas à água, sendo crucial o desenvolvimento de serviços de baixo custo, que possam ser sustentados pelas comunidades locais. Nas áreas rurais é preciso alcançar-se o equilíbrio entre o uso de água para produção sustentável de alimentos e para outros propósitos.

A Agenda 21 propõe 4 programas para a administração dos resíduos sólidos: redução do lixo, uso repetido e reciclagem, tratamento e despejo ambientalmente saudáveis e ampliação dos serviços de lixo.

As mulheres merecem destaque pelo papel a desempenhar na mudança dos padrões insustentáveis de consumo e produção, particularmente na administração ambiental, propondo objetivos relacionados ao progresso e à educação das mulheres.

Aliás, a Agenda 21 enfatiza a importância do envolvimento de todos os grupos sociais na conquista do desenvolvimento sustentável.

“A ampla participação pública na tomada de decisão é fundamental para o desenvolvimento sustentável. Indivíduos, grupos e organizações precisam tomar parte na avaliação do impacto ambiental de decisões que possam afetar suas comunidades; e devem ter amplo acesso a todas as informações relevantes sobre o assunto.”

Sendo que os jovens representam 30% da população mundial, esses precisam participar das decisões que vão determinar seu futuro, garantindo-lhes educação que incorpore a consciência ambiental e os conceitos de desenvolvimento sustentável. Também são enfocadas a saúde, nutrição, educação e alívio da pobreza com relação às crianças (Cúpula da Criança, 1990), através de programas com objetivos ambientais e de desenvolvimento.

Povos indígenas podem contribuir muito pela sua relação histórica com suas terras e conhecimento científico tradicional holístico dos recursos naturais e do meio ambiente, devendo-se fortalecer sua participação nas decisões.

“Para conceder poder a comunidades indígenas é preciso reconhecer seus valores, conhecimento tradicional e práticas de administração de recursos, além de sua dependência dos recursos renováveis e dos ecossistemas. Suas terras devem ser protegidas de atividades ambientalmente nocivas e de ações que os povos indígenas considerem social e culturalmente inadequadas. Algumas comunidades podem precisar de maior controle sobre suas terras e autonomia na administração de seus recursos.”

Como parceiros sociais vitais para o desenvolvimento sustentável colocam-se as ONGs, organizações não governamentais, por dominarem especializações múltiplas em campos importantes e papel na participação democrática, devendo ser envolvidos na tomada de decisões.

Sobre as autoridades locais, a Agenda 21 esperava que, até 1996 praticamente todas as autoridades locais de cada país devessem ter chegado a um consenso com os cidadãos, as organizações locais e as empresas privadas quanto a uma “Agenda 21 local”.

Trabalhadores e sindicatos trabalhistas deverão ter plena participação, além de treinamento adequado para proteger o meio ambiente e sua segurança e saúde pessoais.

Comércio e indústria, cruciais para o desenvolvimento econômico, podem contribuir muito, junto com o governo, para redução do uso de recursos e danos ambientais, usando-se uma combinação de incentivos econômicos e medidas legais para isso, incorporando-se os custos ambientais no mecanismo de preços e contabilidade.

Apontando principalmente os empreiteiros pequenos e médios, esses podem desempenhar papel importante na ampliação do mercado de trabalho, no aumento da eficiência do uso de recursos e na redução de riscos ambientais, devendo o governo encorajá-los a práticas de cooperação com o setor privado, ajudando a estabelecer fundos de capital de risco para projetos de desenvolvimento sustentável, avaliando como pouco significativos os custos adicionais dessas iniciativas, uma vez que envolvem o redirecionamento das atividades existentes.

A comunidade científica e tecnológica “deve contribuir mais aberta e eficientemente para a elaboração de políticas de desenvolvimento. Isso significa maior cooperação e comunicação mais intensa, tendo de um lado a comunidade - que inclui engenheiros, arquitetos, desenhistas industriais, planejadores urbanos e outros profissionais liberais - e, de outro, os governos, que tomam as decisões, e o público.”

Indica que devem ser fortalecidas redes e programas cooperativos para disseminação dos resultados de pesquisas e promoção de diretrizes e normas de prática científica para assegurar que os processos naturais sejam adequadamente valorizados, envolvendo cooperação internacional, grupos nacionais de consultoria sobre ética ambiental e do desenvolvimento, e amplo treinamento nessas questões.

Os agricultores são fundamentais para as metas de sustentabilidade. “A maioria da população rural nos países em desenvolvimento depende da agricultura de subsistência, tem acesso limitado aos recursos e tecnologias e, conseqüentemente, se engaja na superexploração de terras marginais.”

Como incentivo a que os agricultores administrem os recursos naturais de forma sustentável os governos devem descentralizar a tomada de decisões, fortalecendo as organizações locais e municipais, promover incentivos financeiros (através de políticas comerciais e mecanismos de preços), apoiar a formação de organizações de agricultores, incluindo as mulheres, no acesso a crédito, tecnologia e treinamento, com apoio a pesquisa para aumento de produtividade, manutenção de aulidade da terra, conservação da água e enrgia, comparação entre a agricultura de altos e baixos insumos e para fazer uso ideal do trabalho humano e da energia animal.

O Capítulo 33, Seção IV, enfoca os recursos e mecanismos financeiros:

"O crescimento econômico, o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza são prioridades absolutas nos países em desenvolvimento e essenciais à sustentabilidade. O fornecimento de recursos técnicos e financeiros aos países em desenvolvimento, para implementar a Agensa 21, beneficiará toda a humanidade. e o custo a longo prazo da inação pode ser muito maior.

As questões globais e locais são interrelacionadas. São necessários esforços especiais para lidar com questões como mudanças climáticas e diversidade biológica.

O livre comércio e o acesso a mercados ajudarão a fazer com que o crescimento econômico e a proteção ambiental estejam integrados em todos os países.

A cooperação internacional com o desenvolvimento sustentável deve complementar os esforços dos países em desenvolvimento. Para isso, serão precisos novos e substanciais recursos financeiros adicionais, incluindo subvenções ou financiamento em concessões em níveis previsíveis.

Pra prover esses recursos, os países desenvolvidos reafirmas seu compromisso de atingir o mais cedo possível o objetivo das Nações Unidas , de destinar 0,7 % do PNB (Produto Nacional Bruto), anualmente, à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA); alguns desses países concordaram em alcançar a meta até o ano 2000. A Comossão para o Desenvolvimento Sustentável vai monitorar o progresso em direção a essa finalidade. Deve haver uma divisão eqüitativa do ônus entre os países desenvolvidos. Outras nações podem contribuir voluntariamente.

Devem ser usados todos os mecanismos e fontes de financiamento, como:

* A Associação Internacional ao Desenvolvimento - AID (*) e bancos regionais e subregionais de desenvolvimento.

* O Fundo Mundial de Meio Ambiente, administrado conjuntamente pelo Banco Mundial, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA). A organização deve ser reestruturada para encorajar uma participação mais ampla. Sua esfera de ação deve ser ampliada para abranger importantes áreas-programas da Agenda 21, com benefícios globais.[...]

* Agências especializadas, organismos das Nações Unidas e instituições multilaterais destinados a ajudar os governos a implementares a Agenda 21. O PNUD deve ter apoio nos programas de aperfeiçoamento e cooperação técnica no nível nacional e deve usar de forma ampla o conhecimento especializado do PNUMA.

* Medidas de alívio da dívida para países em desenvolvimento com renda baixa e média, incluindo trocas de débitos.

* Financiamentos privados e investimentos diretos, incentivados por políticas nacionais e empreendimentos conjuntos.

* Financiamentos inovadores: novas formas de gerar fundos devem ser exploradas, incluindo incentivos fiscais, permissões comercializáveis e realocação de recursos atualmente destinados a objetivos militares.

Os custos estimados (1993-2000) para implementar as atividades da Agenda 21 nos países em desenvolvimento são superiores a 600 bilhões de dólares, incluindo 125 bilhões de dólares em subvenções internacionais ou financiamentos em termos de concessão."

(*)NOTA: O texto da Agenda 21 orienta a AID a dar consideração especial à declaração do presidente do Banco Mundial, Lewis Preston, na RIO-92. Ele propôs que sejam colocados à disposição da AID fundos adicionais - especificamente, que o volume dado para repor os fundos da AID para o período 1993-2000 (reposição AID-10) seja em nível que mantenha em termos reais os fundos da AID-9. Também propôs que parte da renda líquida do Banco Mundial (1, @ bilhão de dólares por ano) seja destinada a um "Incremento da Terra", que financiaria projetos ambientais nacionais.

Aborda ainda a "tecnologia ambientalmente sustentável disponível a todos", "ciência para o desenvolvimento sustentável", "promovendo a conscientização ambiental", "construindo a capacidade nacional para o desenvolvimento sustentável", "fortalecendo as instituições para o desenvolvimento sustentável", "instrumentos e mecanismos legais internacionais" e "eliminando a defasagem na informação", sempre levando em conta desenvolvimento e meio-ambiente, estimando, como para os demais itens, a quantia necessária de recursos.

1.3 - Diretrizes de Nível Nacional

Outra diretriz considerada vem do responsável pela gerência desta APA, com quem foi estabelecido o convênio para esta regulamentação, o IBAMA, que vem trabalhando o conceito de Bio-Região, a par de sua proposta de descentralização da gestão e novos espaços de atuação com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, está sendo elaborado o Programa de Gestão Bio-Regional, "cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável em espaços geográficos de diferentes graus de abrangência e características ambientais - ecológicas, econômicas e sociais - diversas."(*Programa de Gestão Bio-Regional, Proposta Preliminar*, FARIA, Sueli F. e MENDONÇA, Patrícia R.MMA/IBAMA/ DIREN; Brasília, 1996)

Segundo esse documento, o ponto focal do desenvolvimento sustentado está em:

- reconciliar fatores econômicos e sociais com os aspectos ecológicos no planejamento e implementação do desenvolvimento econômico e social.

- aplicar princípios das ciências econômicas e sociais dentro do marco de referência fornecido pelas ciências biofísicas sobre as respostas dos recursos naturais ou sistemas ecológicos ao uso humano."

As implicações desse tipo de desenvolvimento com a organização do uso e ocupação do espaço exige a definição de uma unidade espacial "definida por critérios ecológicos, cujos limites geográficos sejam reconhecidos pelas comunidades locais e demais agentes sociais envolvidos no processo de desenvolvimento" como referência para o planejamento local e regional.

A partir de idéias do americano Kenton Miller, o órgão define Bio-Região como “espaço geográfico definido por critérios ecológicos, que contém um ou vários biossistemas - biomas ou ecossistemas - e tem sua área de abrangência reconhecida pelas comunidades locais e demais agentes interessados em garantir a sustentabilidade de seu processo de desenvolvimento. Seu núcleo deve ser constituído por uma ou mais unidades de conservação ou um recurso natural relevante para o desenvolvimento regional.”

Nesse contexto, Gestão Bio-Regional é um “processo participativo e descentralizado que visa proteger a diversidade, a complexidade e as funções ecológicas dos biossistemas de uma bio-região e garantir a sustentabilidade de seu desenvolvimento, definindo diretrizes, planejando as intervenções humanas, implementando as intervenções planejadas, monitorando os efeitos dessas intervenções sobre a bio-região e avaliando seu impacto sobre a área de influência da mesma.”

Assim, Planejamento Bio-Regional é um “processo participativo e descentralizado, que visa organizar a atividade sócio-econômica no espaço de uma bio-região, preservando a sua diversidade, complexidade e funções ecológicas, de forma a garantir a sustentabilidade do seu desenvolvimento. Nesse processo, as instituições e grupos sociais organizados cooperam para obter informações, refletir sobre os problemas e potencialidades da bio-região, definir metas e objetivos de desenvolvimento sustentável, definir estratégias de ação, definir projetos, atividades e ações, bem como definir os sistemas de monitoramento e avaliação que irão retroalimentar o processo de gestão, como um todo.”

A gestão bio-regional implica em construir capacidade gerencial humana, institucional, financeira e infra-estrutura; possibilitar a participação ampla de grupos de interesse; integração institucional; compreensão, mobilização e identificação da sociedade para com essa nova abordagem da gestão; intercâmbio de informações; pesquisa e controle; uso do conhecimento científico e técnico, como daquele empírico das comunidades locais; administração adaptativa entre o modelo de gestão e a comunidade; desenvolvimento de técnicas cooperativas visando a integração interinstitucional e cooperação internacional.

A necessidade de integração e intercâmbio tem sido apontada e buscada nesse convênio, notando-se disponibilidade e colaboração para se atingir os resultados propostos, realçando a importância da Gestão para tal.

Com relação ao IBAMA, ainda cabe mencionar as diretrizes formuladas, ainda que não formalmente, pela Superintendência de São Paulo -SUPES-SP no sentido de se obter resultados, como, por exemplo, a alteração no defeso da manjuba, fruto da discussão com os atores sociais.

Como vemos, a concordância é evidente entre os diversos parceiros responsáveis por esta proposta, diferindo, talvez, quanto à nomenclatura. Não haveria outro caminho que não o de propor no bojo desta Regulamentação um nível de representação e participação no complexo regional que se busca estabelecer com os propósitos de gestão dos recursos segundo a ótica do desenvolvimento sustentável, de forma integrada e capaz de abordar suas peculiaridades, em ritmo compatível com a devida discussão, integrada num escopo mais amplo.

1.4 - Diretrizes Regionais

Levando em conta os objetivos expressos na **Agenda 21**, foi concebido o plano de ação da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo consubstanciado na Agenda Ambiental do Vale do Ribeira e Litoral sul

“Estamos preocupados com a situação e gostaríamos que a SMA continuasse a fornecer apoio técnico para os projetos de desenvolvimento sustentado, por exemplo com o manejo de palmito, ostras e outros, e para a implementação de alternativas de desenvolvimento, como o ecoturismo...” Prefeito da Ilha Comprida Antonio Marcio Ragni Castro Leite, Presidente do CODIVAR, março de 1995.

“Devemos encontrar a fórmula para o desenvolvimento sustentado, através de parcerias e soluções conjuntas, inclusive reformulando a atuação da SMA. O Estado tem papel de subsidiar e apoiar, junto às Prefeituras e ONGs, a formulação de projetos para captação de recursos[...] Não haverá progresso sem conservação ambiental e justiça social. A política da SMA é de transparência e parceria, e ela deve ser articuladora no âmbito do governo do Estado para facilitar o desenvolvimento sustentado da região.” Deputado Fábio Feldmann, Secretário de Estado do Meio Ambiente, abertura da reunião do CODIVAR, março de 1995. Assim se inicia o documento preliminar da Agenda Ambiental do Vale do Ribeira (MARETTI, Cláudio C. p/ Grupo de Trabalho do Vale do Ribeira e Litoral Sul, nov. de 1995, SMA, SP), documento esse que buscou sistematizar as diversas propostas de ações para a região.

O grupo de trabalho foi formado para formular uma política ambiental para o Vale do Ribeira e Litoral Sul, levando em conta a importância e especificidades da região, prioritária no âmbito das ações da SMA. apontando a necessidade de uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentado e conservação, sobretudo pela concretização de projetos, exemplo práticos, por um “choque de desenvolvimento sustentado” (SMA-GTVR&LS, 1995).

Segundo o documento, a atuação governamental tem se pautado pelo caráter restritivo e repressivo, “há que se integrar as Unidades de Conservação no desenvolvimento e no planejamento regionais, cabendo lembrar que a conservação de recursos da zona costeira e florestas devem levar em conta a biodiversidade e o envolvimento das comunidades locais e tradicionais estão entre as prioridades mundiais, apontadas na Agenda 21, Rio 92”.

Lembra o documento que a região em foco está protegida em cerca de 60% por Unidades de Conservação com diversos graus de restrição.

As parcerias devem ser buscadas, construídas sob liderança da SMA, articuladora e catalizadora, que deverá “apoiar e ajudar a elaboração de projetos, a captação de recursos e a sua implementação”, estabelecendo-se uma estratégia também a curto e médio prazos. Defende, assim, a realização de projetos capazes de se concretizarem em 6 meses ou um ano, a título de demonstração e exemplificação, com conseqüente multiplicação, com papel também político e ideológico.

O documento destaca o papel que a comunicação e a educação desempenham numa estratégia de intervenção.

No tocante à gestão, deve ser participativa e justa: municípios, ONGs, associações de base “devem adquirir competência para continuar a gestão ambiental sem a necessidade constante da interferência dos poderes mais centrais”. Ou seja, a diretriz é de descentralização do sistema de gestão ambiental.

“É necessário construir, no processo, a institucionalização do planejamento e de seus instrumentos de decisão (colegiados) e de gestão integrada”, lembrando que a bacia hidrográfica em questão abrange dois Estados - São Paulo e Paraná, e, mesmo o ambiente estuarino-lagunar o é: de Iguape até Paranaguá.

“A conservação ambiental está ligada ao processo educacional e a educação ambiental é uma ferramenta eficaz para a proteção ambiental.” Aponta, nesse sentido, que várias iniciativas foram desenvolvidas regionalmente, entretanto de modo bastante descontínuo.

Região prioritária para a SMA-SP e Governo do Estado, as vias para o cumprimento da função pública, de definir as diretrizes de desenvolvimento da região, constituem-se da descentralização da gestão e institucionalização do planejamento. “É necessário construir, no processo, a institucionalização do planejamento e de seus instrumentos de decisão (colegiados) e de gestão integrada”, lembrando que essa bacia é “bi-estadual”, cabendo estabelecer-se uma cooperação com o Estado do Paraná.

Dentre as prioridades, coloca:

- eixos de atuação, pelos quais a SMA e o Governo do Estado devem levar adiante instrumentos como a compensação financeira, o macrozoneamento - de forma participativa-, o Comitê de Bacia como fórum regional, prognósticos em termos de possibilidades de desenvolvimento e de impactos sócio-ambientais decorrentes de empreendimentos de porte, a capacitação de agentes/ técnicos ambientais e a articulação entre os diversos órgãos envolvidos com vistas a um programa de desenvolvimento sustentado para a região, sendo cabíveis parcerias com a Universidade e intercâmbios nacionais e internacionais, parcerias para elaboração de projetos e obtenção de recursos e construção de instrumentos de decisão e gestão.
- alternativas econômicas de desenvolvimento sustentado, procurando-se uma atuação com base no incentivo a essas em lugar do caráter repressivo, através de modelos exemplificativos
- novo enfoque das Unidades de Conservação, com “negociações com as comunidades e eventualmente revisões na legislação”, sendo as Ucs sítios preferenciais para coadunar diversidade biológica com atividades como ecoturismo e educação ambiental.
- um dos programas prioritários é o de controle ambiental, onde cabe a “revisão de procedimentos de licenciamento e controle/fiscalização, adaptando-se a novas demandas e realidades”, considerando-se os posseiros e situação fundiária dos pequenos agricultores da região.

Como instrumentos, aponta a comunicação e educação ambientais, como meios para a participação: “A participação só é realmente possível com informação e comunicação nos dois sentidos, em tempo, instrumentos e linguagens adequados”.

A educação e a capacitação são fundamentais, com o estabelecimento de ações concretas e considerando-se o contexto local.

Outro instrumento é o Macrozoneamento Ecológico-Econômico, como etapa do processo de planejamento e complementado por indicações de possibilidades alternativas específicas segundo a “vocalização florestal-pesqueira”, como de mecanismos políticos de decisão e definição de procedimentos, diretrizes e capacidade de suporte regional para licenciamento ambiental.

Projetos-piloto de apoio ao desenvolvimento sustentado, demonstrativos e cujos estudos pudessem melhorar o conhecimento dos recursos naturais, lembrando da “certificação ambiental” como incentivo a produtos ambiental e socialmente bem produzidos.

Ainda como instrumentos, os Planos de Gestão/ Manejo das Unidades de Conservação efetivamente implantados e a estruturação regional, implantando-se uma sede regional comum e garantindo-se um sistema representativo.

Esse documento, preliminar, finaliza abordando as questões da estruturação dos serviços e do processo de discussão e debates em busca das soluções, organizados através de um "colegiado informal", "grupo de articulação" para "a construção de um acordo social na região", implementando o plano de ação, tendo com escala a região.

1.5 - Diretrizes Específicas para o Complexo Lagunar de Cananéia - Iguape - Paranaguá

Ainda com diretrizes básica para a proposição de um ZEE e Plano de Gestão para a APA Cananéia-Iguape-Peruíbe baseamo-nos naquelas apresentadas nos demais planos propostos para a região, ampla e profundamente discutidos, que são o Macrozoneamento do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia, o Macrozoneamento do Vale do Ribeira e ainda a Regulamentação da APA da Ilha Comprida.

O primeiro estabelece um zoneamento e um plano de gerenciamento. O segundo pretende o mesmo, ainda que seus trabalhos estejam em fase de finalização, tendo sido considerados estudos parciais. Ambos integram, por sua vez, o Programa de Gerenciamento Costeiro no Estado de São Paulo.

Considerando-se o contexto regional, a proposta de Macrozoneamento do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia, abordado anteriormente neste documento, formulou um cenário para a região, para o que dá diretrizes de intervenção setorial, diretrizes de intervenção municipal, organização e gestão institucional do plano.

O cenário idealizado de modelo Eco-turístico-pesqueiro, onde "o caráter ecológico desempenha o papel de atração para um turismo de visitação seletiva e, ao mesmo tempo, direcionado, que garanta a produtividade do ecossistema. Ele permite também a dinamização da atividade pesqueira-aquícola, produtora de alimentos, que, por sua vez, também promove o turismo, com o qual deve estabelecer uma aliança conservacionista para arrefecer a voracidade imobiliária nas unidades de zoneamento sob influência direta da laguna e do mar aberto" completa-se pela introdução de usos sustentados em unidades do zoneamento: agricultura, reflorestamento e extrativismo vegetal, "absorvendo boa parte da mão-de-obra rural que atualmente se encontra sem perspectivas produtivas, buscando interpor os dois conjuntos de forma que se complementem, numa perspectiva de sustento e intercâmbio produtivo".

E assinala que "a população local ainda mantém o vigor de suas tradições, representado pela habilidade na construção e manejo de seus instrumentos de produção, pelas suas festas populares e pelo seu patrimônio histórico edificado."

Além de Programas de Desenvolvimento Turístico, da Pesca, Manejo Agrícola Extrativista e de Implantação de Infra-Estrutura Urbana e Regional, o Programa de Gerenciamento Costeiro prevê a formação de Colegiados Costeiros, devendo-se considerar o comitê da bacia hidrográfica e o Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira - CODIVAR.

A APA da Ilha Comprida, cuja regulamentação prevê um zoneamento e parâmetros de controle, foi elaborado quando a ilha era dividida entre os municípios de Cananéia e Iguape. Desde sua emancipação como município, Ilha Comprida se vê diante de problemas previsíveis à época dessa regulamentação, principalmente no tocante à receita e decorrências da ocupação urbana em sítio totalmente inadequado a esse gênero. Reside, portanto, também na gestão a possibilidade de soluções para seus problemas. As soluções, várias delas, passarão necessariamente pela articulação regional e estabelecimento de consórcios, dada a fragilidade de sua capacidade de suporte.

Assim, não se poderia proceder de forma diferente, ou seja, buscar embasamento em ações governamentais já propostas, cuja formalização encontra-se em vias de ser estabelecida, como é o Projeto de Lei de Gerenciamento Costeiro, em análise na Assembléia Legislativa do Estado e integrar ações quanto a Ilha Comprida.

Nessa visão mais abrangente, coloca-se a APA federal de Guaraqueçaba, localizada na porção norte do litoral paranaense, abrangendo os municípios de Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul.

Com cerca de 313.000 ha, foi criada pelo Decreto Federal nº 90.883, de 1985, estando em processo de regulamentação através também de convênio entre IBAMA e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tendo sido elaborado um Plano de Gestão Ambiental pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

É, como diz o documento, uma versão preliminar, pois prevê a análise e adaptação pelos diferentes atores sociais que atuam na sua gestão (*Plano de Gestão Ambiental, convênio IBAMA/ SEMA-PR nº 021/94; Secretaria de Estado Meio Ambiente, IAP; Curitiba, 1995*)

Visa estabelecer diretrizes e orientar programas, projetos e ações num prazo de 2 anos, dirigindo-se principalmente, à ação do setor governamental.

Tem como base a Proposta de Configuração dos Planos de Gestão Ambiental no Gerenciamento Costeiro (AFRA-FILHO, 1994), não dispondo de zoneamento regulamentado e não tem caráter normativo. Para sua consecução final utilizou-se do método ZOPP - de planejamento de projetos orientado por objetivos, que se realizou em Guaraqueçaba, de 12 a 16 de dezembro de 1994.

Como definição de seu Plano Estratégico coloca diretrizes, linhas de ação, estratégias e ações necessárias, considerando tratar-se de Unidade de Conservação de uso múltiplo e com populações locais. Apresenta "linhas mestras, buscando-se integrar e estabelecer um sistema interinstitucional e participativo de gestão ambiental e sócio-econômica.

Ressalta que, apesar de se basear no Gerenciamento Costeiro, "não define medidas econômicas, regulamentos e normatização, investimentos e financiamento, e tão pouco está elaborado a partir do zoneamento ecológico-econômico e/ou estabelece diretrizes de ocupação e uso dos recursos naturais." Para sua implementação há que discuti-lo e deverá ser detalhado pelos "Planos Operativos e/ou instrumentos de planejamento que definam a atuação específica de cada um dos partícipes" da gestão.

Com base nos problemas e soluções discutidos, estabeleceram-se os resultados esperados para 1995/1996:

- (1) gestão operacional da APA de Guaraqueçaba melhorada;
- (2) fluxo de informações estabelecido em todos os níveis/ segmentos;
- (3) ações de manejo conservacionista implementadas;
- (4) conhecimento científico/ tecnológico aplicado à gestão da APA;
- (5) atividades econômicas sustentáveis compatíveis com os objetivos da APA viabilizadas de acordo com as necessidades da população local;
- (6) monitoramento das atividades humanas e naturais implantado;
- (7) sistema integrado de fiscalização e licenciamento de atividades produtivas na APA implantado e,
- (8) infra-estrutura básica geral melhorada e situação fundiária levantada."

Como resultado esperado coloca-se ainda a programação, monitoramento, avaliação e ajuste permanente do Plano de Gestão Ambiental, sendo os responsáveis o conjunto de instituições envolvidas, prevendo-se, portanto, o acompanhamento da gestão em diversos níveis e setores, tendo o documento como referência para o estabelecimento do plano de ação na região.

O Plano Estratégico consta de 8 programas, correspondentes com os resultados esperados acima listados, a serem detalhados por cada executor/ colaborador, de acordo com sua capacidade de execução (recursos financeiros e humanos e missão institucional).

Propõe o estabelecimento de uma instância única e representativa dos diferentes setores sociais envolvidos na gestão ambiental e sócio-econômica, a quem caberia analisar, deliberar sobre e coordenar ações, "integrar esforços de execução e compatibilizá-los ao longo do tempo, de forma a gerar a maior eficiência nos processos de gestão ambiental e na melhoria da qualidade de vida da população local."

Os programas são os seguintes:

- Programa de Administração e Gerenciamento - a autoridade administrativa, no caso, é o IBAMA (nível federal) e pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (nível estadual). O programa visa operacionalizar procedimentos, ordenar e coordenar ações, buscando a integração de esforços e promoção da participação popular na gestão ambiental;
- Programa de Educação e Comunicação - visa buscar apoio da população local e público em geral, incluindo atividades de educação ambiental, comunicação inter e intra-institucional e acesso público ao conhecimento produzido sobre a região;
- Programa de Manejo Conservacionista - atividades e ações que visam o uso apropriado de bancos genéticos, ecossistemas e espécies, de acordo com sua capacidade de suporte;
- Programa de Pesquisa - além de identificar áreas básicas para elaboração de um plano de manejo: inventário botânico e faunístico; levantamento quantitativo das espécies; relações ecológicas; necessidades das espécies; dinâmica de alterações e análise dos efeitos de manejo, além dos aspectos climáticos e meio físico, aponta a necessidade de análises sociais- econômicas locais e resgate e sistematização do conhecimento de domínio popular;
- Programa de Desenvolvimento Sustentável - amplo conjunto de atividades visando readequar processos produtivos em curso e desenvolver novos;
- Programa de Monitoramento - atividades de acompanhamento sistemático das condições e qualidade ambiental como subsídio ao processo de planejamento e gestão;
- Programa de Fiscalização - conjunto de procedimentos para prevenção e punição de atividades ilegais, a cargo do IAP, BPFlo e IBAMA. Busca o cumprimento da lei "de forma igualitária e com justiça social", com ênfase na prevenção;
- Programa de infra-estrutura e ocupação do espaço - entende a infra-estrutura os serviços públicos básicos: saúde, educação, saneamento, eletrificação, comunicação, etc, visando "condições sadias de qualidade de vida das populações residentes". Refere-se à integração de iniciativas do poder público estadual e municipal, através de sub-programas, priorizando-se saúde e educação.

No Plano de Ação existem algumas atividades comuns entre os programas:

- constituição de um Conselho participativo para viabilização da gestão única e integrada;
- criação de um Centro de Referência com informações sobre a região e promoção do conhecimento sobre a APA;
- criação de sistema de comunicação interinstitucional e intersetorial sobre a região;
- estabelecimento do zoneamento ecológico-econômico da APA;
- desenvolver, difundir e estimular técnicas produtivas compatíveis com os princípios de conservação e melhoria da qualidade de vida da população local;
- desenvolvimento de pesquisas visando obter conhecimento necessário e suficiente para a gestão.

2 - PLANO DE GESTÃO

2.1 - Aspectos Metodológicos

A proposta metodológica básica para esta regulamentação partiu de MARETTI, Cláudio C (1994), que no documento "Metodologia e Reflexões para o Zoneamento Ecológico-Econômico & Plano de Gestão da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe" (SMA/ CPLA/ DPL, doc. int., 1994), estabelece a Pesquisa Bibliográfica, o Cadastramento de Agentes Intervenientes e o Seminário como atividades fundamentais para elaboração de um Plano de Ação Emergencial.

Buscando integrar, em 1996, essa proposta preliminar com as demais ações em curso anteriormente elencadas e demais diretrizes consideradas, foi elaborada uma caracterização referencial para a gestão e ZEE, consubstanciada no 1º volume deste trabalho, com indicativos mais amplos quanto à gestão regional.

A proposta voltou-se à consecução de:

- a) uma estrutura gestora, capaz de descentralizar a gestão;
- b) programas e projetos a serem iniciados imediatamente;
- c) diretrizes que apontem para demais programas a curto e médio prazos;
- d) Unidades de Gestão, base para refinamento consensual do Zoneamento Ecológico-Econômico.
- e) subsídios para a formação de um Banco de Dados (Agentes Intervenientes e Pesquisa Bibliográfica);

Justificativa

A bibliografia consultada reforça a conveniência de um processo participativo com os setores envolvidos para eficácia de uma política que concilie conservação dos recursos e desenvolvimento, qual seja, de desenvolvimento sustentável.

As diretrizes apontam para isso, a partir do que foi elaborada a caracterização do contexto em que se situa a APA. Considerando-se as iniciativas anteriores e em curso na região, se, por um lado estabeleceram as bases para a implementação de uma proposta do gênero, por outro cerca de maior responsabilidade os organismos governamentais ambientais na formulação de novas propostas.

A região da APA é, como vimos, complexa em termos sócio-econômicos e ambientais, demandando estudos e levantamentos para uma definição precisa de zoneamento. Outro aspecto é a implementação de projetos-piloto como apoio a medidas de caráter pedagógico, quer de formação e capacitação, quer de educação ambiental.

Assim, a proposta contempla ações multi-setoriais, visando integrar as ações governamentais nos diversos níveis - onde se deverá buscar a descentralização - e a criação de uma estrutura capaz de assumir pouco a pouco a responsabilidade pelo encaminhamento das ações.

Objetivos paralelos, como organização das estruturas municipais, co-responsabilidade pela fiscalização, envolvimento dos setores para compreensão da proposta e conscientização acerca de seu significado e potencialidades, reforço e valorização da identidade regional, capacitação técnica e a inclusão da variável ambiental nas decisões estão, entre outros, compreendidos nos programas e projetos propostos a curto e médio prazos.

A mobilização obtida até o momento justifica e incentiva a continuidade de ações no sentido de se buscar uma mudança qualitativa em termos de qualidade de vida da população, possibilitando a otimização de demais ações governamentais ou não na região.

2.2 - Proposta: Plano de Gestão

Com o objetivo de elaborar as bases do plano emergencial para a APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, para os próximos dois anos foi realizada uma Oficina de Planejamento, segundo a metodologia ZOPP, que significa "Projetos Orientados por Objetivos", de 22 a 26 de abril de 1996, na Fazenda Intervalles, uma Unidade de Conservação localizada na macro-região.

O local foi escolhido por propiciar maior interação dos participantes, isolado que é, além de ser uma antiga fazenda, hoje Parque Estadual, com instalações hoteleiras. Tal isolamento permitiu menor trânsito de participantes e incremento produtivo nas discussões, possibilitando grande interação do grupo e resultados bastante ricos.

Por outro lado, deve-se colocar a questão da dificuldade colocada por diversos dos convidados de se permanecer por 5 dias distante dos afazeres, considerando-se ainda a multiplicidade de tarefas que essas pessoas desempenham.

No entanto, pode-se avaliar como positiva a participação majoritária de representantes da comunidade, quer das Prefeituras, quer de associações.

O relatório integral desse encontro encontra-se em anexo, tratando-se, aqui, de alinhar os pontos principais desta 1ª fase da oficina, já que a mesma foi desdobrada em duas para ampliação da discussão com as bases representadas.

Para seleção dos participantes foram realizadas duas reuniões, no dia 17 de abril, uma no município de Iguape (Casa Paroquial) e uma no município de Itariri (Câmara Municipal), para cuja convocação contou-se com o apoio de colaboradores fundamentais atuantes na região e dados do Cadastramento de Agentes Intervenientes.

Como **objetivo geral** desse Plano emergencial colocou-se "garantir a proteção integral da APA associada à promoção do desenvolvimento sustentável da área", o que deverá ser buscado através de:

- "- priorização das ações a serem adotadas de acordo com as necessidades locais, e
- orientação das atividades necessárias de forma a garantir um desenvolvimento sustentável da região respeitando a cultura local, historicamente construída e a conservação dos recursos naturais e das belezas cênicas."

Como **objetivos específicos** foram enumerados 15 enfoques, resultante da ampliação pelos participantes com relação ao preliminarmente proposto: piscicultura, agricultura e silvicultura, pesca, uso da terra, educação ambiental, pesquisa, ecoturismo, infra-estrutura, preservação, manejo, legislação ambiental, educação formal, pecuária, pequenos animais, e extrativismo.

Reagrupados os enfoques e definidos os **objetivos de desenvolvimento específicos**, tivemos:

- "- promover o ecoturismo;
- promover a educação ambiental;
- promover a conservação dos recursos naturais, culturais e dos ecossistemas;

- desenvolver modelos para o desenvolvimento sustentável;
- apoiar a questão sanitária;
- promover a fiscalização;
- estabelecer as bases para a criação do grupo gestor e dos instrumentos de gestão.”

Deve-se esclarecer que essa Oficina voltou-se principalmente à gestão da APA, vista a importância dos participantes na mesma, que, através do entendimento e capacitação poderão posteriormente contribuir e muito para o detalhamento do zoneamento ecológico-econômico, a partir das Unidades de Gestão definidas, junto com o espectro global de atores intervenientes na região.

Considerando-se a gestão uma questão central para o sucesso de uma proposta integrada, o zoneamento a ser consolidado manterá, desde sua proposição, relação direta com a gestão.

Assim, as atividades passaram pela identificação dos objetivos de desenvolvimento por enfoque e das linhas de ação respectivas, considerando-se a ótica do desenvolvimento sustentável, o caráter específico de ser uma APA, onde a conservação dos recursos naturais e culturais da população local devem ser condicionantes e um horizonte o mais realista e factível possível.

O tipo de ação a ser desenvolvida e a prioridade a lhe ser dada dependerá, por sua vez, das potencialidades e interesses reinantes, as quais, ainda que subjetivamente, nos dá um certo grau da factibilidade e êxito das propostas.

Como *objetivo superior*, temos “ **proteção dos ecossistemas e da biodiversidade e da cultura tradicional caiçara, harmonicamente com o fomento ao manejo sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida.**”

E baseados nos enfoques, foram elencados os *objetivos de desenvolvimento sustentável*:

“- **Ecoturismo** implantado na APA com a valorização das belezas e riquezas cênicas, culturais e naturais;

- População local e flutuante informadas e sensibilizadas sobre a conservação da natureza e das culturas regionais através da **educação ambiental**;

- **Conservação da biodiversidade** na APA garantida através de mecanismos de identificação e proteção dos recursos naturais e culturais;

- Incentivadas as **práticas agrossilvícolas, a pesca e a aqüicultura** visando a viabilidade sócio-econômica e a proteção dos recursos naturais das comunidades da APA e entorno através do **manejo sustentável**.

- Ações de **saneamento** para a melhoria da qualidade de vida desenvolvidas.

- A APA Cananéia-Iguape-Peruíbe é gerida com apoio de um **colegiado** (IBAMA, ESP, PMs e Sociedade Civil) com **mecanismos participativos** e a **interação** entre as Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais de São Paulo e Paraná.”

Alguns dos **resultados (R)**esperados constituem praticamente projetos a serem desenvolvidos, como verificamos abaixo:

OBJETIVO Nº 1:

Ecoturismo implantado na APA com valorização das belezas e riquezas cências, culturais e naturais.

Obj 1.1. Potencialidades de paisagens e ambientes naturais pesquisadas e diagnosticadas

R: Desenvolver as ações e medidas para elaborar diagnóstico das potencialidades para o ecoturismo

Obj 1.2. Projeto de formação de R.H. em ecoturismo incentivados e implantados

R:Contratar e ministrar cursos de treinamento de monitores de agentes de turismo

Obj 1.3. Investimento na estrutura de ecoturismo incentivado através de parcerias

R: Articular órgãos de turismo e entidades financiadoras para prover investimentos em ecoturismo

OBJETIVO Nº 2:

População local e flutuante informadas e sensibilizadas sobre a conservação da natureza e das culturas regionais através da **educação ambiental**

Obj 2.1. R.H.s formados e atuando na conservação da natureza e das culturas regionais

R1: Capacitar RH dos sistemas público e privados de ensino em educação ambiental na região

R2: Realizar cursos a respeito da conservação da natureza e da cultura local

R3: Realizar seminários e encontros articulando trabalhos na área de educação ambiental na região da APA

Obj 2.2. Prefeituras e órgãos de gestão articulados e visados para um sistema integrado de comunicação

R1: Articulação das escolas rurais em torno de um sistema de comunicação voltada para a realidade regional e local

R2: Montar programa com rádio voltado para uma comunicação em que se explicitam os conceitos sócio-ambientais e culturais da região e a universalidade dos mesmos

Obj 2.3. Patrimônio histórico e cultural da APA resgatado

R1: Organizar eventos a respeito do patrimônio natural e cultural da APA

R2: Incentivar a organização de grupos nos diferentes municípios interessados no patrimônio natural e cultural da região

Obj 2.4. Projetos de educação ambiental implantados nas escolas e postinhos rurais da APA e entorno

R1: Reorganizar e ativar projetos integrados e saúde, educação nas escolas públicas

Obj 2.5. Projetos de educação ambiental implantados nos sistemas público e privado de ensino

R1: Organizar programas educativos com a mídia (TV) a respeito da realidade de vida e trabalho dos alunos das escolas públicas e privadas da região da APA

OBJETIVO Nº 3:

Conservação da biodiversidade na APA garantida através de mecanismos de identificação e proteção dos recursos naturais e culturais

Obj 3.1. Atividades de conservação da biodiversidade desenvolvidas na APA e seu entorno

R1: Mantida a biodiversidade a ser explorada sem riscos de prejuízos ambientais na APA e seu entorno

Obj 3.2. Atividades sócio-econômicas e culturais identificadas dentro da unidade e seu entorno, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável e a conservação dos recursos naturais

R1: Implantada a pesquisa de novos modelos de desenvolvimento sustentável na APA e seu entorno

R2: Mantidas as atividades sócio-econômicas não prejudiciais aos ecossistemas da APA e seu entorno

Obj 3.3. Diretrizes definidas para pesquisas voltadas para a biodiversidade na APA e seu entorno

R1: Definidas as linhas de pesquisa a serem adotadas para conservar a biodiversidade da APA e seu entorno

R2: Aumentada a conscientização da população, iniciativa privada e governos, com investimento em pesquisas, recursos humanos capacitados e divulgação

OBJETIVO Nº 4:

Incentivadas as **práticas agrossilvícolas, pesca e aqüicultura** visando a viabilidade sócio-econômica e proteção dos recursos naturais das comunidades da APA e entorno através do **manejo sustentável**

Obj 4.1. Implantadas/ apoiadas técnicas de manejo de aqüicultura e apoio aos pescadores de pequeno porte

R1: Viabilizadas ações de apoio técnico aos pescadores de pequeno porte

R2: Apoiadas/ pesquisadas e implantadas técnicas de piscicultura aos produtores com viveiros

R3: Apoiadas e pesquisadas técnicas de mitilicultura, ostreicultura e carcinicultura adequadas

Obj 4.2. Incentivadas/ apoiadas técnicas de manejo de espécies nativas economicamente viáveis da região

R1: Incentivado e apoiado o manejo sustentado do palmito Juçara (*Euterpe edulis*)

R2: Incentivado e apoiado o uso e cultivo de plantas medicinais nativas

R3: Pesquisado e incentivado o cultivo de plantas ornamentais

R4: Incentivado o manejo sustentado do Jacatirão

Obj 4.3. Implantadas opções agrossilvícolas em áreas manejadas extensivamente

R1: Incentivado, pesquisado e apoiado o cultivo de espécies de pupunha (*Bactris gospiae*) em áreas degradadas ou manejadas extensivamente

R2: Incentivado, pesquisado e apoiado o cultivo de espécies tropicais adaptadas à região

R3: Incentivadas, pesquisadas e apoiadas práticas de agricultura alternativa

Obj 4.4. Implantadas/ apoiadas tecnologias alternativas adaptadas à região

R1: Incentivadas e apoiadas tecnologias de melhoria de qualidade de vida do produtor rural

Obj 4.5. Incentivadas/ apoiadas técnicas de criação de pequenos animais

R1: Incentivadas, pesquisadas e apoiadas técnicas de criação de pequenos animais

R2: Incentivadas, pesquisadas e apoiadas técnicas de apicultura

R3: Incentivados, pesquisados e apoiados o manejo racional de animais silvestres

Obj 4.6. Implantadas novas tecnologias para pecuária menos impactantes

R1: Implantadas e pesquisadas novas tecnologias menos impactantes da pecuária estabelecida na região

Obj 4.7. Lavouras caiçaras regularizadas e aprimoradas

R1: População caiçara praticante da agricultura itinerante cadastrada

R2: Áreas e regras de uso da mata autorizadas e definidas

R3: Experimentos agro-florestais implantados

Obj 4.8. Modelos de manejo sustentado (agro-florestais, coletores e pesqueiros) criados e experimentados

R1: Incentivados modelos de manejo sustentado

OBJETIVO Nº 5:

Ações de **saneamento** para a melhoria de qualidade de vida desenvolvida

Obj 5.1. Implantação de projetos alternativos de saneamento rural apoiados e incentivados

R1: Treinar agentes de saúde e educadores para informar a população rural da importância do saneamento básico

R2: Incentivar e implantar sistema de saneamento básico através de fossas sépticas e poços protegendo o lençol freático e as fontes

Obj 5.2. SABESP, CETSB e Prefeituras articuladas para a implantação do saneamento urbano

R1: Articular os órgãos responsáveis pelo saneamento para a implantação de esgotos e tratamento de resíduos sólidos e líquidos

OBJETIVO Nº 6:

Fiscalização participativa e para manutenção da biodiversidade e autosustentabilidade

Obj 6.1. Órgãos fiscalizadores orientados para atuarem de forma educativa junto à comunidade, e de forma penalizadora quando necessário

R1: Retomada da credibilidade dos órgãos de fiscalização, através de uma atuação orientadora e efetiva

Obj 6.2. População local e flutuante orientadas e conscientizadas sobre a conservação dos ecossistemas

R1: Programa de educação ambiental incentivado e apoiado na APA e seu entorno

R2: Incentivada a participação da população na fiscalização da APA e seu entorno

Obj 6.3. Biodiversidade e desenvolvimento sustentável mantidas através da orientação, controle e fiscalização

R1: Ecossistemas conservados através do desenvolvimento sustentável e da exploração controlada dos recursos naturais

OBJETIVO Nº 7:

APA Cananéia-Iguape-Peruíbe **gerida** com apoio de um **colegiado** (IBAMA, ESP, Pms, Sociedade Civil) com **mecanismos participativos e interação** entre as Ucs federais, estaduais e municipais - São Paulo e Paraná

Obj 7.1. Conselho de gestão deliberativo estruturado e funcionando representativamente

R1: Diretrizes de gestão da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe definidas

R2: Definida composição e mecanismos de participação e funcionamento do conselho de gestão deliberativo da APA CIP

R3: População, órgãos federais, estaduais, municipais e entidades representativas da sociedade civil organizados

Obj 7.2. Área da APA CIP monitorada sócio-ambientalmente (relatórios de qualidade do meio-ambiente)

R1: Relatórios de qualidade do meio ambiente elaborados e publicados (RQMA)

Obj 7.3. Administração geral do projeto (planejamento, monitoramento, etc) realizada

R1: Planejados os meios e fases para execução do projeto

R2: Organizados os meios humanos e materiais para o projeto

R3: Dirigidos e orientados todos os canais de execução e realização do projeto

R4: Mecanismos de controle definidos

Como conteúdo dos trabalhos, foi avaliado pela moderação como “excelente [...] bastante realista e prático demonstrando com isso o aproveitamento do grupo.”

Ficou clara a disponibilidade quanto ao estabelecimento de parcerias com outras instituições para viabilização de algumas das propostas.

O relatório sugere a definição de “**Coordenadores por resultado em cada município** ou outra unidade que se quiser, para facilitar o trabalho de monitoria a nível regional. A formação do comitê de gestão poderá, por outro lado, realizar esse tipo de tarefa ou designar os coordenadores por resultado [...] diretamente submetidos ao comitê de gestão”, o que caberá ser providenciado na elaboração do plano operacional. “O comitê de gestão poderia ter caráter de um Conselho de Integração a nível regional.”

Outra sugestão é a elaboração de um **Manual de Procedimentos** de cooperação entre os diversos envolvidos no projeto, o que facilitaria a linguagem comum, o seguimento de normas e a comunicação inter e intra-institucional.

E, finalmente, de que os colaboradores e executores do projeto sejam efetivamente **treinados em técnicas e métodos de planejamento** para compreenderem melhor o ciclo de gerenciamento de um projeto, suas necessidades e etapas.

Os participantes da 1ª Oficina são apresentados no quadro abaixo, com a moderação da Dra. Walkyria Moraes:

| | |
|---------------------------------------|---|
| Manuel Fernando de O. Lisboa | Ass. Amigos do Bairro de Ilha Comprida/ SP Pedrinhas |
| Marcus Vinícius Munhoz de Vasconcelos | Engenheiro Agrônomo - Juquiá/ SP Piscicultura |
| Marília Britto Rodrigues de Moraes | SMA/ CPLA- coord. do projeto São Paulo/ SP de regulam. da APA CIP |
| Marinus Filet | SMA/ CPLA- coord. do Prog.Est. São Paulo/ SP de Gerenciamento Costeiro |
| Moacir Bueno de Arruda | IBAMA- Chefe de Div. de Brasília/ DF Conserv. Ecosist./ DIREC |
| Ranulfo Paiva Sobrinho | Prefeitura Municipal de Cananéia/ SP Cananéia |
| Renato de F. Vianna | Engenheiro Agrônomo- Sec. Peruíbe/ SP Agríc. e Abast. (SAA)/ CATI |
| Rosa R. de Oliveira | Un. Mun. de Saúde/ Pref. Mun. Pedro de Toledo/ SP de Pedro de Toledo |
| Roseli Alleman | Prefeitura Municipal de Iguape Iguape/ SP |
| Shenia Liane Pimenta | DIR 17 (Secr. de Saúde do Registro/ SP Estado de SP) |

Matriz de Objetivos

2.3 - Proposta: Grupo Gestor

A segunda fase da Oficina para o Plano de Gestão da APA Cananéia-Iguape Peruíbe deu-se nos dias 3 e 4 de junho, em Cananéia, para definir o Grupo Gestor e Ações Prioritárias a serem desenvolvidas.

Com uma média de 25 participantes, teve, como esperada, maior flutuação de presença. Alguns participantes do 2º dia não constam desta listagem, como diversos representantes de ONGs e Associações de Iguape.

Tendo por base o documento referente à oficina anterior, foram expostos alguns dos painéis a título de resgate do processo.

Esta oficina tinha por **objetivo geral** :

- elaborar uma proposta de composição do comitê gestor
- definir algumas ações prioritárias para a fase imediata que antecede ao início da implementação das ações do projeto

Sobre o primeiro item, foram organizados três grupos de trabalho cujas propostas não diferiam significativamente, apontando diferenças principalmente quanto a representatividade das comunidades envolvidas.

A proposta consolidada estabeleceu que tal **organização da comunidade se dará a partir de grupos temáticos**:

- pesca
- manejo agro-florestal sustentado
- desenvolvimento social
- ecoturismo
- aqüicultura
- agricultura tradicional

Cada grupo temático, definidos como Sub-Comitês, elegerá um representante que irá compor o **Comitê Gestor**, juntamente, e em número paritário com:

- 1 representante do IBAMA
- 1 representante da SMA
- 1 representante da UVEVAR (União dos Vereadores do Vale do Ribeira)
- 1 representante do CODIVAR (Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira)
- 1 representante do Ministério Público
- 1 representante do CONDEMA (quando existente)
- 1 representante do Conselho Técnico

Este último será composto por Universidades, Institutos de Pesquisa, Secretarias de Estado e ONGs, para trabalhar junto a cada Grupo Temático, com a função de orientar e assessorar as comunidades, identificar problemas emergentes e articular as ações entre esses e outros setores da sociedade.

Questões fundamentais sobre as atribuições de cada um desses níveis do Grupo Gestor deverão ser consideradas após a formação do mesmo e definidas as responsabilidades:

- articulação nos diversos níveis
- gerenciamento financeiro
- divulgação do projeto
- transferência de informações geradas ao longo do projeto

Foi discutido e acordado que os representantes junto ao grupo gestor das diversas comunidades agrupadas segundo áreas temáticas não será jamais um técnico ou uma ONG, sendo que está prevista sua participação como assessoria a apoio a esses sub-comitês. Os técnicos e as ONGs têm o Conselho Técnico como fórum, de onde serão eleitos seus representantes junto ao Comitê Gestor.

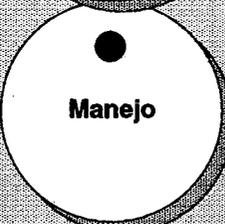
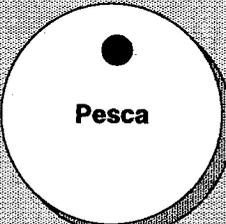
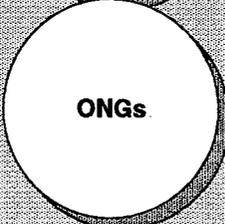
Ficou também estabelecido que o grupo gestor terá caráter deliberativo.

COMITÊ GESTOR



CONSELHO TÉCNICO

CONSELHO DE COMUNIDADES



● Participação do setor técnico

2.4 - Proposta: Ações Imediatas Priorizadas

Também o planejamento das ações prioritárias a serem desenvolvidas de imediato para encaminhamento do processo de planejamento e de implementação das futuras ações da regulamentação foi executado de forma participativa, através da divisão dos participantes em grupos, que apresentaram suas propostas. Da discussão delas, optou-se por dividirem-se ações prioritárias pré-projeto e ações prioritárias do projeto.

Como ações prioritárias pré-projeto:

- organização do grupo articulador
- mobilização dos grupos comunitários por tema, captação de informações e divulgação do projeto
- constituição do grupo gestor e definição de suas atribuições e responsabilidades
- definição das ações prioritárias do projeto (sub-projetos por tema)

Quanto às *ações prioritárias do projeto*, dependerão da apreciação de toda a comunidade envolvida ou de seus legítimos representantes, com base nos sub-projetos elencados como prioritários, para que sejam referendados ou modificados, além de compatibilizadas com a matriz de objetivos da oficina anterior.

Isso se justifica pela representatividade restrita deste fórum, com alterações com relação ao primeiro, inclusive, e devendo-se considerar o Cadastramento de Agentes Intervenientes feito no bojo desta regulamentação.

“Lembrando que um projeto e seu gerenciamento faz parte de um processo como um todo e não se configurando, portanto, como um evento ou uma ação pontual e isolada, é natural que durante esse processo haja mudanças na conjuntura global, que acabam por levar à necessidade de ajustes dos planos iniciais. Em decorrência deste fator, é provável que as prioridades estabelecidas nesta oficina possam vir até a mudar quando da implementação do projeto. Daí a necessidade de se recorrer novamente à opinião das comunidades interessadas sobre as prioridades a serem atendidas”, aponta a consultora/ moderadora.

Concluindo seu relatório, comentando acerca de certa animosidade por parte de alguns participantes, quando alguns atritos retardaram ou dificultaram o andamento dos trabalhos, a moderadora coloca que “é importante que todos tenham consciência sobre a importância da participação plena e do efeito de esforços para a consecução dos objetivos”.

Ou seja, espera-se a participação na forma de trabalho efetivo, além de fiscalização e controle por parte da comunidade, que assumirá também responsabilidades no processo, como foi frisado nos debates.

“É importante também que todos entendam que o projeto visa mudanças que vão contribuir para a melhoria das condições de vida da população em geral e, portanto, deve ser dado um voto de confiança ao mesmo Trata-se de introduzir novos métodos de trabalho e uma nova concepção de trabalho conjunto entre estado, prefeitura, união e comunidade. Está-se buscando uma forma nova de atuação através de um processo participativo em que as bases comunitárias foram e continuarão a ser ouvidas, com direito a escolha e poder decisório. Mas para que isto surta o efeito necessário é preciso que cada um dos envolvidos componha com os demais na busca de soluções, deixando os interesses pessoais, partidários e corporativistas de lado”.

Como *ações prioritárias consensuadas*, foram estabelecidas:

• **Bloco 1:**

- organizar o corpo técnico (articuladores)

resp: coordenação do projeto + participantes do seminário

prazo: final de junho/ início de julho (reunião agendada em Iguape, dia 8/7)

• **Bloco 2:**

- ação articulada dos grupos setoriais com indicação de projeto

- mobilização das comunidades envolvidas

- estabelecer interlocutores através dos agentes intervenientes, já (por objetivos)

resp: corpo técnico

prazo: final de agosto

• **Bloco 3:**

- montagem do comitê gestor (com troca de representantes, UVEVAR e CODIVAR até 31/12/96)

- estabelecer o comitê gestor e elaborar o regimento interno

resp: corpo técnico + comunidade (grupos setoriais)

prazo: até 15 de setembro

• **Bloco 4:**

- definição dos projetos

resp: comitê gestor

prazo: até 30 de setembro

OFICINA DE PLANEJAMENTO
REGULAMENTAÇÃO DA APA DE CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE
CANANÉIA 03 E 04 DE JUNHO DE 1996

| NOME | INSTITUIÇÃO/CARGO | ENDEREÇO |
|--|---|---|
| Ana Aparecida Rebeschini | PROTER/REBRAF Assistente Social | R. Sinhô Rollo, 21 Iguape-SP Tel. (013) 841-1319 |
| Antonio Adão Paiva | Agente Ambiental Pref. Municipal de Cananéia | Av. Beira Mar, 208 Cananéia-SP Tel. (013) 851-1481 |
| Antonio Marcio Ragni C. Leite | Prefeitura Municipal de Iha Comprida Prefeito | Av. Copacabana, 825 Iha Comprida-SP Tel. (013) 842-1011/842-1141 |
| Antonio Schumacker Cordeiro (Tonhão) | UAI-União das Associações Iguapenses Presidente | Largo da Basílica, 114 Cx. Postal, 112 Tel/Fax. (013) 841-1319 |
| Armin Deitenbach | Rede Brasileira Agroflorestal-REBRAF Projeto PROTER_REBRAF | Cx. Postal 112 Iguape-SP Tel/Fax. (013) 841-1319 |
| Amaldo Junior | UVEVAR Presidente-Vereador | R. Tiradentes, 52-s/4 Cx. Postal 09 Iguape-SP Tel/Fax. (013) 841-2108 |
| Devancyr A. Romão | SAV/IEA Pesquisador Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira | R. Costa Carvalho, 93 - casa 1 São Paulo-SP Tel. (011) 813-8876 |
| Djalma Vieira da Silva | Associação Capoava do Momuna Diretor de Patrimônio | Sítio União Vieira Capoava do Momuna Iguape-SP |
| Elisabete C. G. Buschel | SMA/CPLA/DPL Geógrafa | R. Prof. Frederico Hermann Jr.,345 São Paulo-SP Tel. (011) 210-1100 r. 452 |
| Elson Tuzino | Projeto Ecológico "Euterpes" Produtor | Rua 2, nº 342 Bairro Santa Rita do Ribeira Miracatú-SP Tel. (013) 846-6178 |
| Gisele Martensen da Silva | EEPSG Prof. Ottoniel Junqueira Professora | Av. Pe. Leonareddo Nunes, 804 Peruíbe-SP Tel. (013) 455-1729 |
| Hiroyuki Nemoto | IBAMA/DICE/DIREC Engº Civil | SAIN, Quadra 04, lote 04 Tel. (061) 226-6371 Fax. (061) 316-1174 |
| Ibison de Oliveira João do Marco Neto | Agricultor SMA/Instituto Florestal Est.Ec.Juréia-Itatins | Bairro Rio das Minas Estr. do Guaraú, 4164 Cx.Postal 159 Tel. (013) 457-9243 |

| | | |
|------------------------------------|---|--|
| Joemar Tomasino Mendonça | Inst. de Pesca Pesquisador Científico | Av. Prof. Besnard, s/nº Cx. Postal 61 Cananéia-SP Tel. (013) 851-1555 |
| José Antonio de Jesus Baptista | Pref.Munic. de Ilha Comprida Dir.Administração | Av. Beira-Mar, 14.300 IlhaComprida-SP Tel. (013) 842-1011 |
| José Carlos Cubas | Colônia de Pescadores Z-9 Presidente | R. Apolinário de Araújo, 85 Cananéia-SP Tel. (013) 851-1653 |
| José Peixe Amarante | UAI-União das Associações Iguapenses Vice-Presidente | Bairro Despraiado Iguape-SP Tel/Fax. (013) 841-1319 |
| Josê Sepe | UNICAMP-Dep. Política e Adm. de Rec. Minerais Mestranda | R. Joaquim Antonio, 250 Campinas - SP Tel. (019) 239-0214 |
| Luiz Antonio Xavier Davies | IBAMA Chefe da APA Cananéia, Iguape, Peruíbe | Rua XV de Novembro, 330 Iguape-SP Tel. (013) 841-2388 |
| Luiza Alonso da Silva | SMA/CPLA/DPL Assessora em Educação Ambiental | R. Pereira Barreto, 312 Campinas-SP Tel. (019) 254-3560 |
| Marcelo de Lucca Figueiredo | Téc. computação Autônomo | Av. D. Pedro I, 540 - Ipiranga São Paulo-SP Tel. (011) 63-1828 |
| Maria O. Paiva | Prefeitura Municipal de Cananéia Prefeita | Av. Beira-Mar, 287 Cananéia-SP Tel. (013) 851-1477 |
| Martinus Filet | SMA/CPLA/DPL Diretor de Divisão | Av. Prof. Frederico Hermann Jr.,345 São Paulo-SP Tel. (011)210-5478 |
| Moacir Bueno Arruda | IBAMA/DICOE/DIREC Chefe de Divisão | Sain L 4N Brasília-DF Tel.(061) 226-6371 |
| Rafael Reséndiz Sánchez Hidalgo | Prefeitura Municipal de Ilha Comprida Meio Ambiente | Av. Copacabana, 825 Ilha Comprida-SP Tel. (013) 842-1011/842-1141 |
| Renato de Freitas Vianna Neto | SAA/ CATI Delegado Agrícola de Santos | Av. Bartolomeu de Gusmão, 192 Santos-SP Tel.(0132) 238-9830/238-8826 Fax. (0132) 238-9248 |
| Rinaldo A. C. Campanhã | SMA/Instituto Florestal Diretor | Av. Prof. Besnard s/nº Cananéia-SP (013) 851-1108 |
| Roberto de Medeiros Zini | Associação Comercial de Cananéia Representante | Av. Municipal, 65 Cananéia-SP Tel. (013) 851-1317 |
| Roque Santaguida Neto | APIVALE-Assoc. Apícola do Vale do Ribeira Tesoureiro | Rodovia Casimiro Teixeira, Km.12 Iguape-SP |
| Rosa Risterich Oliveira | U.M.S. Pedro de Toledo Enfermeira | R. Cel. Raimundo Vasconcelos, 365 Tel. (013) 419-1376 |

Rubens de Oliveira
Sergio Vassimon

Agricultor
Fundação Florestal
Assessor

Shenia Liane Pimenta

Enfermeira

Walkyria Moraes

Consultora

Bairro Rio das Minas
R. do Horto, 931
São Paulo-SP
Tel. (011) 953-5331 r. 212
R. Parquera-açú, 41
Registro-SP
Tel. (013) 821-2533
R. Sampaio Viana, 391 - ap. 31
São Paulo-SP
Te/Fax. (011) 885-2509

2.5 - CONCLUSÕES

A partir dos tópicos aqui analisados e depoimentos colocados durante o processo de participação minimamente desenvolvido, podemos delinear os próximos passos a serem dados no processo para uma regulamentação efetiva desta Unidade de Conservação, a APA Cananéia-Iguape-Peruíbe.

Como conclusão básica temos que a implementação de um Plano de Gestão requer investimentos de vulto, considerando-se o contexto analisado, demanda que vem-se acumulando há tempos.

Há, então, necessidade de recursos financeiros mesmo para as atividades requeridas para o detalhamento e operacionalização desta proposta inicial, para o que conta-se com a continuidade desta linha de financiamento, sendo clara, entretanto, a necessidade de investimentos concentrados na região, advindos de diversas fontes.

Todos os princípios de planejamento e gestão participativos apontam para a conveniência de se estabelecer uma estrutura que garanta a inclusão dos municípios, demais órgãos governamentais atuantes na região e sociedade civil para deliberação, acopanhamento e divisão de responsabilidades.

É de se notar a multiplicidade de atores e interesses envolvidos nesse contexto até então aqui analisado, através dos temas principais abordados, do Cadastramento de Agentes Intervenientes e seminários e reuniões realizadas.

Assim propõe-se um conselho capaz de atender aos desígnios da população em nível mais amplo, consultivo, a partir das Unidades de Gestão, e outro nível mais específico, de caráter também deliberativo.

A presente proposta concluiu por uma determinada estrutura baseada em grupos temáticos como representantes da comunidade

Futuramente, das Unidades de Gestão, poderão ser eleitos de representantes com base em associações existentes ou a partir de lideranças significativas, relativas a tais Unidades, descentralizando o gerenciamento da APA como um todo.

Há uma sensível multiplicidade de organismos, com a qual devemos lidar.

Dos organismos estaduais relacionados, constam:

- SMA, através das Coordenadorias de Planejamento Ambiental (CPLA), com o Programa de Gerenciamento Costeiro e o PED - Projetos de Execução Descentralizada; a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEAM), CINP/ IF (Instituto Florestal), responsável pelos Parques e Reservas do Estado; a CPRN / DAIA (Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental) e DEPRN (Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais), responsável por licenciamento e fiscalização, com a participação da Polícia Florestal; Fundação Florestal e CETESB;

- SABESP e DAEE;

- Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), com a DIRA/ CATI e Instituto de Pesca;
- representada pela Agenda de Ecoturismo, a SET - Secretaria de Esportes e Turismo do Estado;

Como Conselhos, ainda, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Vale do Ribeira e o CODIVAR (Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira), além do CONSEMA, da

SMA, com suas Câmaras Técnicas e CONDEPHAAT, constante da Secretaria de Cultura, responsável pelo tombamento;

Outras Secretarias como da Educação e Saúde devem ser consideradas.

Como Federais, além do IBAMA, estão o Departamento de Patrimônio da União e a FUNAI - Fundação Nacional do Índio e a SUCEN.

A dificuldade reside no número de membros e concentração, muitas vezes de mais de um papel exercido pelos mesmos indivíduos. O Grupo Gestor, como está proposto, deverá racionalizar tal articulação, através do Conselho Técnico.

Também a agenda de reuniões consultivas e deliberativas deverá ser estabelecida em função da adequação aos objetivos pretendidos e disponibilidade dos envolvidos, de maneira a atender ao cronograma estabelecido. Daí a necessidade de consenso e de que sejam assumidas de fato as responsabilidades.

Como atividades subsequentes à esta proposta de Regulamentação, propõe-se:

I. Estabelecimento do Processo Participativo no Planejamento, com procedimentos de caráter informativo, formativo e recolhimento de subsídios do conhecimento popular.

II. Diagnóstico Sócio- Ambiental das Unidades de Gestão, segundo suas especificidades e metas a serem buscadas no âmbito do Plano, de forma objetiva e dirigida aos aspectos fundamentais.

III. Estabelecimento de Metas, considerando a estrutura gerencial para as Unidades estabelecidas e programas/ projetos a curto, médio e longo prazos.

IV. Captação de Recursos Financeiros, investigando interessados e fontes existentes nos setores público e privado, de âmbito nacional e internacional.

V. Sistema de Monitoramento de Desempenho dos programas/ projetos propostos, com avaliação, re-direcionamento e complementação do Plano iniciado, através de novas parcerias, governamentais ou não.

VI. Estabelecimento de Parâmetros e Avaliação dos Perímetros Propostos no ZEE/ Unidades de Gestão, através dos dados levantados nos projetos-piloto, diagnóstico sócio-ambiental e condicionantes municipais, estaduais e federais.

Através do Comitê Gestor, e seus Sub-Comitês, com apoio do Conselho Técnico, estima-se que num prazo de três meses, poderemos ver finalizadas as providências iniciais, dentre as quais destacamos:

1. Discussão da Proposta com o CONSEMA

Esta proposta deverá ser objeto de discussão com o Conselho Estadual do Meio Ambiente, quer através de suas Câmaras Técnicas, contribuindo quer para os diversos enfoques, quer no escopo geral.

2. Estabelecimento da estrutura gestora:

Formação do Comitê Gestor, dos Sub-Comitês, Conselho Técnico e elaboração de regimento interno.

3. Programas e projetos prioritários:

Deverão ser iniciados alguns programas com projetos exemplares, utilizando-se dos recursos disponíveis oferecidos pelo PNMA. Tais projetos são fundamentais para o desencadeamento do processo efetivo na região, subsidiando, ainda, a avaliação e novas proposições.

Os campos contemplados dizem respeito a Ecoturismo, Educação Ambiental, Capacitação e Manejo Sustentado, num primeiro momento.

Em que pese o enfoque de um plano emergencial, para os próximos dois anos, não se pode perder de vista a diretriz de desenvolvimento sustentável, permitindo uma conservação duradoura da biodiversidade. Daí o caminho utilizado de se inserir tais ações emergenciais num âmbito mais global.

Deve-se, portanto, constituir um conjunto mais abrangente de programas/ projetos, metas institucionais e sociais, sistematizando os aspectos aqui levantados, até mesmo para possibilitar a busca por recursos em outras linhas de financiamento e/ou crédito, ou integrando-os com demais propostas destinadas à região.

4. Zoneamento Ecológico-Econômico:

Como procurou-se demonstrar, o estabelecimento de um zoneamento requer medidas preliminares para uma implantação efetiva e êxito de seus objetivos, consubstanciados no cenário pretendido, qualitativamente diverso do tendencial. Nesse sentido, o processo é tão importante quanto o fim.

Ainda que parciais, iniciativas do gênero tiveram algum sucesso, de cuja parcela nos referenciamos para propor o presente encaminhamento, com o que buscamos aumentar as possibilidades de sucesso da aplicação do instrumento. Participação da população, dados atualizados e suficientes e compatibilização com demais ações em curso são peças fundamentais.

Estima-se que a conjugação de esforços no sentido de ter tais elementos vá progressivamente subsidiar o refinamento da proposta inicial de unidades relativamente homogêneas, estabelecidas em função de algumas metas e por uma parcela reduzida de proponentes.

Assim é que o desenvolvimento paralelo do Plano de Gestão e do ZEE resultarão num processo interagente, em que se rebaterá no outro.

As diretrizes apontadas mais à frente foram propostas levando tais pontos em consideração.

Por outro lado, é fundamental que não seja interrompido o processo para não dar margens a especulações e jogos de interesses, procurando-se o máximo de clareza no diálogo entre os envolvidos básicos: governo e sociedade.

5. Integração da proposta de Regulamentação da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe com as demais ações governamentais:

Continuando o acima mencionado, há a necessidade de se ter para a região um Plano integrado entre os diversos enfoques de interesse, visto estarem interligadas causas e efeitos, de forma sistêmica.

Como podemos observar quando da caracterização do contexto em que se insere a APA, há uma série de programas e projetos correlatos em andamento, assim como existirão questões a serem abordadas preventivamente.

Alguns deles requerem meramente um ajuste institucional, ou debate, via à solução.

DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES

Como diretrizes a serem consideradas na continuidade da gestão da APA, colocamos:

- **Capacitação e Formação:** atuar junto aos novos eleitos buscando estabelecer diálogo e parcerias, apoiando e contribuindo para o encaminhamento conjunto das questões locais e regionais. Noutra esfera, a da população, atuar pela constituição de quadros locais, quer para a administração pública, quer para atividades setoriais. Deve acompanhar as ações de educação.
- **Fiscalização, Licenciamento e Controle:** adotar procedimentos consensuados entre os órgãos governamentais e estabelecer a integração das administrações municipais e comunidade nas atividades concementes.
- **Pesquisa:** envolver as Universidades atuantes na região ou em situações similares, promovendo parcerias para incremento no campo das pesquisas. Buscar cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais visando divulgar o conhecimento e acelerando a investigação e experimentação científicas no sentido do desenvolvimento sustentável. Incentivar pesquisas ligadas aos projetos propostos no bojo desta regulamentação.
- **Educação Ambiental:** buscar a integração entre educação ambiental e educação formal: alunos e professores. Incentivar atividades culturais que considerem o patrimônio ambiental, histórico e cultural existente. Dar prosseguimento aos projetos aqui propostos através do estabelecimento de parcerias,
- **Ecoturismo:** iniciar as ações aqui propostas constantes da Agenda de Ecoturismo, buscando a integração racional da administração da APA com o Programa. Buscar recursos para as obras fundamentais e de vulto, notadamente a revitalização do patrimônio histórico e arquitetônico. apoiar os demais projetos constantes da Agenda.
- **Saneamento Ambiental:** continuidade das iniciativas como a do Bairro do Itapitangui, buscando alternativas para o saneamento ambiental rural, e acompanhamento da implementação do Pró-Saneamento.

- **Populações Tradicionais:** valorização da cultura e tradições caiçaras e da população indígena, estudando e desenvolvendo manifestações artísticas e artesanato, visando subsidiar e influenciar a produção em maior escala.
- **Pesca e Recursos Marinhos Costeiros:** administração pesqueira, com destaque para a pesca artesanal, utilizando-se do cadastramento de agentes intervenientes elaborado e parceria estreita com IBAMA e demais órgãos.
- **Fauna:** Centro de Triagem da Fauna, para acolher animais apreendidos, doados e resgatados na região, prevendo-se equipe e manutenção compatíveis. Definição das áreas de interesse para conservação da fauna, em escala regional, com medidas de proteção específicas. Estudos sobre impacto do manejo de espécies vegetais sobre a fauna, qualitativos e quantitativos.
- **Agricultura:** desenvolvimento de métodos e técnicas para aperfeiçoamento tanto do manejo caiçara quanto tradicional. Levantamento de dados para subsidiar o ZEE.
- **Aquicultura:** estabelecimento de critérios e incentivos adequados à compatibilização da atividade no contexto regional.
- **Desenvolvimento Urbano:** desenvolver em conjunto com as Prefeituras e Câmaras Municipais instrumentos relativos ao controle do desenvolvimento urbano, incluindo Planos Diretores, Cadastros Técnicos, patrimônio histórico e cultural, regularização de loteamentos, infra-estrutura (saneamento e drenagem), equipamentos sociais e serviços para a população residente e adequados ao ecoturismo que se pretende desenvolver, resíduos sólidos (coleta seletiva, disposição adequada e reciclagem), orla, arborização, sistema viário e material de aterro.
- **Patrimônio Histórico e Arqueológico:** estabelecer convênio com o Instituto de Pré-História da USP para tratamentos dos sítios arqueológicos. Ativar o estabelecimento de parcerias entre Prefeituras Municipais e CONDEPHAAT para devido cuidado com os bens arquitetônicos isolados (entre eles as Ruínas do Abarebebê), de conjuntos urbanos (projeto elaborado pela Agenda de Ecoturismo) e entendimentos estaduais quanto às áreas naturais. Buscar envolver a iniciativa privada. Subsidiar o detalhamento do ZEE.
- **Unidades de Conservação:** estabelecer ações conjuntas principalmente com EEJI, Parque Estadual do Jacupiranga e PE Ilha do Cardoso. Compatibilizar diretrizes com as demais unidades presentes no entorno: APA da Serra do Mar, Estação Ecológica Chauás, etc. Integrar com os respectivos planos de manejo para destacamento do ZEE.
- **Material de Aterro/ Cascalho:** continuidade das ações iniciadas nesta primeira fase quanto a definição de locais adequados e critérios. Busca de novas soluções para diminuir a demanda por material de aterro para ocupação de loteamentos. Consórcios intermunicipais para aporte de grandes quantidades.
- **Resíduos Sólidos:** continuidade e ampliação das ações iniciadas para soluções consorciadas entre municípios. Estimular e apoiar alternativas técnicas e tecnológicas para as diversas fases do processo, incentivando a coleta seletiva e a reciclagem.
- **Qualidade das Águas:** promover com a CETESB a ampliação de postos de coleta de amostras através de estudos conjuntos, como demais medidas concernentes.

- **Convênio Interestadual São Paulo-Paraná:** participação e cooperação no termo em estabelecimento entre os dois Estados. No caso específico da APA de Guaraqueçaba, estabelecer diretrizes e metas conjuntas, em cooperação estreita.
- **Regularização Fundiária:** dar andamento conjunto entre ITESP e SMA prioritariamente aos casos situados em Unidades de Conservação e na área rural, visando o desenvolvimento de projetos aqui propostos.
- **Desenvolvimento Institucional Municipal:** contribuir para a organização e capacitação das administrações municipais, de modo a que possam assumir progressivamente responsabilidades quanto ao planejamento e gestão ambiental, apoiando-as tecnicamente, inclusive na solução de problemas financeiros. Incentivar a participação das Prefeituras em iniciativas culturais e de lazer, como mobilizadoras para a consciência ambiental e cultural.
- **APA da Ilha Comprida:** dar continuidade aos pontos discutidos no início desta regulamentação, de apoio e colaboração para implementação da gestão desta APA estadual, em consonância com a federal.
- **Gestão integrada com o Programa de Gerenciamento Costeiro:** através do Macrozoneamento do Complexo Estuarino-Lagunar, Macrozoneamento do Vale do Ribeira e gestão da Baixada Santista, uma vez que esta APA se interliga com os três setores costeiros.
- **Gestão integrada com o IBAMA,** através da DIREC/ DICOE - BR e SUPES-SP, no sentido de implementar a descentralização, promover o desenvolvimento metodológico conceitual e prático. Especificamente no caso dos limites e texto do documento legal da APA, formar uma equipe para discussão, estabelecimento de critérios e proposta consensual.
- **Pesquisa Bibliográfica:** dar continuidade à pesquisa bibliográfica iniciada, buscando a utilização daquelas ligadas aos objetivos da APA e incentivando a realização de outras necessárias. O que se busca, num horizonte temporal médio, é o estabelecimento de um Centro de Referência de Dados localizado na região.
- **Avaliar, detalhar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico da APA,** em conjunto com a sociedade através do Grupo Gestor, compatibilizando-o com as demais Unidades de Conservação, municípios e intervenções da sociedade civil.

Como **recomendações**, são apontadas algumas questões que dizem respeito basicamente à gestão institucional, a partir da caracterização da área e metas estabelecidas:

- Divulgação e atuação junto aos demais organismos governamentais, principalmente ligados à saúde, educação, transporte, infra-estrutura e abastecimento; não se restringindo a esses, contudo, buscando a conjugação de seus esforços. A via estabelecida pelo Comitê de Bacia mostra-se promissora, sem ser a única.
- Participação em fóruns de debates afins, para divulgação, ampliação de parcerias e troca de conhecimento e experiências.
- Atuar junto aos centros dos governos estadual e federal buscando apoio para implementação das propostas. Enquanto a questão for encarada como um "problema ambiental" dificilmente a qualidade de vida na região melhorará significativamente.

- Promover a integração com demais setores da SMA, através das coordenadorias e institutos, visando a consonância de conceitos, critérios de ação e otimização das iniciativas.
- Discussão e avaliação da legislação utilizada para fins de qualidade ambiental e de vida, atentando para sua multiplicidade, objetividade, capacidade de aplicação, área de abrangência x diferentes realidades e eficácia, entre outros aspectos.
- Buscar-se progressivamente a descentralização da gestão, através das demais instâncias governamentais e de organismos não governamentais, incentivando formas de organização da população local.

2.6 - QUADRO - PLANO DE AÇÃO PARA A APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUIBE

OBJETIVO: A APA CIP é gerida com apoio de um colegiado (IBAMA, ESP, PM's, Sociedade Civil) com mecanismos participativos e interação entre as UC's federais, estaduais e municipais - São Paulo e Paraná.

| | Principais Ações/Atividades | Executores/Colaboradores | Resultados Esperados |
|--|---|---|---|
| PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO COORD.: IBAMA/SMA | 1. Organizar o Comitê Gestor Provisório | Coordenação da APA: SMA e IBAMA | - Definida composição e mecanismos de participação e funcionamento do conselho de gestão participativo |
| | 2. Ação articulada dos grupos setoriais com indicação de projeto com mobilização das comunidades envolvidas 3. Estabelecer interlocutores através dos agentes intervenientes (por objetivos) | Coordenação da APA: SMA e IBAMA | Comitê Gestor Provisório em funcionamento. Regimento Preliminar. |
| | 4. Montagem do comitê gestor (com troca dos representantes da UVEVAR e CODIVAR até 31/12/96) 5. Estabelecer o comitê gestor e elaborar o regimento interno. | Comitê Gestor Provisório Coordenação da APA: SMA e IBAMA | Comitê Gestor definido com membros indicados por resolução conjunta |
| | 6. Definição dos projetos prioritários; 7. Estabelecer o sistema de administração geral do plano (planejamento, monitoramento, etc) 8. Organizar meios humanos e materiais para execução; 9. Definir mecanismos de controle 10. Implantar o monitoramento sócio-ambiental (RQMA). | Comitê Gestor Provisório Conselho Técnico Gestor | - Projetos priorizados, detalhamento dos projetos e responsáveis executivos na comunidade - Monitoramento e avaliação do projeto em funcionamento - Gestão operacional da APA melhorada |

OBJETIVO: Conservação da Biodiversidade na APA garantida através de mecanismo de identificação e proteção dos recursos naturais.

| | Principais Ações/Atividades | Executores/Colaboradores | Resultados Esperados |
|---|---|--|--|
| PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO COORD.: COMITÊ GESTOR/SMA | <ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer grupo de trabalho, com responsabilidades, metas e prazos. 2. Definir diretrizes para pesquisas voltadas para a biodiversidade da APA e seu entorno. 3. Identificar atividades sócio-econômicas e culturais apropriadas dentro da APA e entorno 4. Levantamento de dados específicos sobre distribuição da fauna (vertebrados) e mapeamento dos nichos ecológicos. 5. Montar Centro de Triagem Fauna. | <p>Conselho Técnico Probio Conselho Nacional de Reserva da Biosfera / Consórcio Mata Atlântica Universidades ONGs IBAMA SMA</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Programa de Pesquisa estabelecido voltado para a biodiversidade da APA e entorno, com identificação dos vetores adversos. - Subsídios aos programas educativos e de conscientização da população, iniciativa privada e governos para novos investimentos em pesquisas e recursos humanos. - Áreas de proteção à fauna definidas. |

OBJETIVO: Incentivar práticas agrossilvícolas, pesca e aquicultura visando a viabilidade sócio-econômica e proteção dos recursos naturais das Comunidades da APA e entorno através do manejo sustentado.

| | Principais Ações/Atividades | Executores/Colaboradores | Resultados Esperados |
|---|---|--|--|
| PROGRAMA DE MANEJO SUSTENTADO COORD.: FUNDAÇÃO FLORESTAL/COMITÊ GESTOR | <ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer coordenadores dos sub-comitês: Pesca, Manejo, Agricultura tradicional e Aquicultura 2. Priorizar e detalhar projetos, ações, metas e prazos, considerando iniciativas em curso e parcerias (v. cadastro, ag. interno) 3. Incentivar e apoiar técnicas de manejo das espécies nativas economicamente viáveis na região. 4. Implantar e apoiar tecnologias alternativas menos impactantes adaptadas à região. 5. Incentivar e apoiar técnicas de criação de pequenos animais. 6. Implantar opções agrícolas em áreas manejadas extensivamente. 7. Promover divulgação e capacitação de técnicas de manejo e espécies adequadas à região. 8. Regularizar e aprimorar as lavouras caiçaras. 9. Criar e experimentar modelos de manejo sustentado (agro-florestais, coletores e pesqueiros). 10. Cadastrar a população caiçara praticante de agricultura itinerante. | FUNDAÇÃO FLORESTAL / Conselho Técnico SAA/I. Pesca Prefeituras Municipais Comitê Gestor Universidades ONGs | <ul style="list-style-type: none"> - Comunidades tradicionais exercendo suas atividades seguindo padrões historicamente estabelecidos e aperfeiçoados. - População rural mantida no campo, com melhoria de qualidade de vida. - Modelos de manejo sustentado implantados. - Desenvolvimento sustentável viabilizado na região. |

OBJETIVO: Fiscalização participativa e para a manutenção da biodiversidade e auto-sustentabilidade.

| | | Principais Ações/Atividades | Executores/Colaboradores | Resultados Esperados |
|-------------------------------------|--------|--|---|---|
| PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE | COMITÊ | <ol style="list-style-type: none"> 1. Orientar e capacitar órgãos fiscalizadores para atuarem de forma preventiva e educativa, com preponderância sobre a repressiva. 2. Promover ações para orientar e conscientizar as populações local e flutuante sobre a conservação dos ecossistemas. 3. Estabelecer as diversas responsabilidades entre os órgãos ambientais presentes na região. 4. Promover a divulgação da legislação ambiental - objetivos e procedimentos. 5. Avaliar e aperfeiçoar a legislação, de acordo com as características locais e regionais | <p>IBAMA DEPRN Prefeituras Municipais Polícia Florestal</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Gestão ambiental desenvolvida - Otimização de recursos - Biodiversidade e desenvolvimento sustentável mantidos através de orientação, controle e fiscalização eficazes. - incentivada a participação da população na fiscalização da APA e entorno - Credibilidade dos órgãos de fiscalização resgatada através de uma atuação orientada e efetiva. - Legislação adequada ao contexto regional implantada e eficiente. |
| COORD.: GESTOR/PF | | | | |

OBJETIVO: Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico valorizado

| | Principais Ações/Atividades | Executores/Colaboradores | Resultados Esperados |
|--|--|--|--|
| PROGRAMA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO NATURAL E CULTURAL COORD.: SECRETARIA CULTURA/SMA | <ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer programa conjunto entre APA CIP e CONDEPHAAT; 2. Estabelecer programa conjunto com Instituto de Pré-História da USP visando delimitação, proteção e valorização do patrimônio arqueológico; 3. Apoiar e incentivar as manifestações culturais tradicionais através do registro sistematizado e valorização junto às populações local e flutuante; 4. Buscar recursos para revitalização do patrimônio histórico e arquitetônico: conjuntos urbanos e bens isolados; 5. Apoiar e incentivar o artesanato caiçara, indígena e demais produções locais e regionais; 6. Integração com Agenda de Ecoturismo e Programa de Ecoturismo da APA CIP; 7. Promover a divulgação da importância histórica e ambiental da região. | CONDEPHAAT/Secretaria da Cultura Instituto de Pré-História/USP/ Comitê Gestor; Prefeituras Municipais FUNAI; Iniciativa Privada; Agenda de Acoturismo, Agenda Ambiental do Vale do Ribeira | <ul style="list-style-type: none"> - Patrimônio arquitetônico e cultural resgatado e valorizado; - Atividades de Ecoturismo desenvolvidos; - Pesquisas desenvolvidas; |

OBJETIVO: Ações de saneamento desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida.

| | Principais Ações/Atividades | Executores/Colaboradores | Resultados Esperados |
|--|---|--|---|
| PROGRAMA DE SANEAMENTO COORD.: SMA/CETESB | 1. Continuar as ações iniciadas para tratamento dos resíduos sólidos: coleta seletiva, reciclagem, disposição consorciada, articulando CETESB, PMs e população; 2. Implantar projetos alternativos de saneamento rural; 3. SABESP, CETESB e Prefeituras articuladas para implantação do Saneamento urbano; 4. Treinar agentes de saúde e educadores para informar a população rural da importância do saneamento básico. | SABESP CETESB Prefeituras Municipais | <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Saneamento básico implantado, com proteção do lençol freático, fontes, laguna e mares - Órgãos responsáveis pelo saneamento (implantação de rede de esgotos e tratamento de resíduos sólidos) articulados e gerindo eficientemente. - Melhoria dos indicadores relativos à saúde obtida. |

OBJETIVO: Ações para informar, formar e capacitar os agentes locais

| | Principais Ações/Atividades | Executores/Colaboradores | Resultados Esperados |
|--|--|--|--|
| PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO COORD.: SMA/IBAMA | <ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a informação e conscientização dos novos eleitos: Prefeitos e Vereadores sobre desenvolvimento sustentável, conservação de biodiversidade e objetivos da APA CIP. 2. Formação de agentes técnicos locais 3. Capacitação e formação dos quadros de administração pública. | <p>Comitê Gestor CEPAM SMA/IBAMA</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Quadros técnicos das Prefeituras Municipais desenvolvidos; - Prefeitos e Vereadores informados e integrados na gestão da APA - Gestão municipal integrada aos objetivos da APA |

OBJETIVO: Ecoturismo: implantação na APA com valorização das belezas e riquezas cênicas, culturais e naturais.

| | Principais Ações/Atividades | Executores/Colaboradores | Resultados Esperados |
|---|--|--|---|
| PROGRAMA DE ECOTURISMO COORD.: COMITÊ GESTOR/SUB-COMITÊ DE ECOTURISMO | 1. Formar grupo de trabalho para instalação do Sub-comitê 2. Compatibilizar ações considerando Agenda de Ecoturismo e demais iniciativas na região da APA e entorno. 3. Promover a formação de RH em ecoturismo 4. Incentivar investimentos na estrutura de ecoturismo através de parcerias. 5. Buscar recursos para revitalização do Patrimônio Histórico na região da APA 6. Pesquisar e diagnosticar as potencialidades das paisagens e ambientes naturais | Agenda de Ecoturismo/PMs Comitê Gestor/ Sub-Comitê de Ecoturismo | - Integração com Agenda de Ecoturismo estabelecida - Cursos de treinamento de monitores/agentes contratados e ministrados - Órgãos de turismo e entidades financeiras articulados para prover investimentos na APA e entorno. |

OBJETIVO: População local e flutuante informados e sensibilizados sobre a conservação da natureza e das culturas regionais através da educação ambiental.

| | Principais Ações/Atividades | Executores/Colaboradores | Resultados Esperados |
|--|---|--|--|
| PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO COORD.: LUIZA ALONSO (SMA) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Fornecer RH voltado para a conservação dos recursos naturais e culturais regionais; 2. Estabelecer a integração deste programa com demais iniciativas da Agenda Ambiental do Vale do Ribeira; <ul style="list-style-type: none"> - Rede de educação ambiental; - Características sócio-ambientais (pesquisa participante); - formação de professores em educação ambiental; - Núcleos de educação ambiental; - Memória regional (Centro de Documentação e Informações); - Comunicação (rádio e TV); 3. Inserir conteúdo sobre patrimônio histórico, arqueológico, natural e cultural regionais nos currículos; 4. Articular prefeituras e órgãos de gestão visando um sistema integrado de comunicação 5. Implantar projetos de educação ambiental nas escolas e postinhos rurais da APA e entorno 6. Implantar projeto de educação ambiental nos sistemas público e privado | <p>Agenda Ambiental do Vale do Ribeira;</p> <p>PMs</p> <p>Comitê Gestor</p> <p>CEAM</p> <p>Delegacia de Ensino</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Escolas rurais articuladas em torno de um sistema de comunicação voltado para realidade local e regional; - Cursos sobre conservação da natureza e cultura local realizado, inclusive com RH formado; - Seminários e encontros realizados para articulação de trabalhos na área de educação ambiental; |

2.7 - Projetos propostos para o exercício 1996/1997

PROGRAMAS DE MANEJO

resp: Fundação Florestal

1. Manejo Florestal do Palmitreiro em Mata Atlântica

Este programa, a ser desenvolvido fora dos limites de Unidades de Conservação, visa atender à pesquisa e alternativas quanto a espécies de palmito, como forma de substituir a clandestinidade, incentivando o manejo de caráter positivo para a região, com a criação de uma Cooperativa dos Produtores.

Município: Cananéia

Coordenação: Fundação Florestal

Participantes:

- Prefeitura Municipal de Cananéia

- . apoio logístico
- . organização de comunidades rurais

- Fundação Florestal (FF)

- . assistência técnica
- . avaliação sócio-econômica e organização dos produtores
- . articulação/ coordenação
- . administração do projeto

- IBAMA (E.R.) e SUPES/SP

- . cadastramento, licenciamento, acompanhamento

- Secretaria do Emprego e das Relações do Trabalho do E.S.P. (SERT)

- . orientação de cooperativismo

- Secretaria da Agricultura e Abastecimento do E.S.P.

- Fornecedores de mudas e sementes

- SMA/ CPLA

- . integração com planejamento na região

- Sindicato de Trabalhadores Rurais

ETAPAS:

(I) Curto prazo: MESES (1-12)

1-3 - Identificação dos camponeses aptos

Envolvidos: PMC, CPLA/ SMA, STR, FF

2-5 . Quantificação do(s) potencial(is) natural
Envolvidos: FF, STR, CPC

3-6 . Definição de tecnologia *
Envolvidos: FF, STR, CPC

5-9 . Formação técnica dos camponeses
Envolvidos: FF, PMC, DPRN, STR, CPC

5-9 . Formação de cooperativismo dos camponeses
Envolvidos: SERT ou SAA, PMC, STR, CPC, FF

8-12 . Início da experimentação

(II) Médio Prazo:

- . Instalação de áreas-piloto experimentais
- . Monitoramento da(s) atividade(s) e do ambiente/meio manejado

(*)

- áreas degradadas ou agrícolas : plantio, agricultura de palmito híbrido (açai + juçara), pupunha, etc
- áreas florestadas com alguma degradação: manejo com palmito/ enriquecimento de juçara
- áreas conservadas : manejo sem perda da biodiversidade (tecnologia FF/ IFSC/ ESALQ-USP)

2. Implantação de áreas piloto para pesquisa da sustentabilidade dos processos de manejo tradicionais (agro-florestal, coletor e pesqueiro)

Dados os objetivos desta APA e a importância do potencial dos recursos naturais presentes na região, são necessários experimentos que traduzam esse significado, através de projetos exemplificativos e motivadores das comunidades envolvidas.

municípios: Itariri, Iguape, Cananéia e outros
responsável: Fundação Florestal

Participantes:

- Sindicatos de Trabalhadores Rurais

- . organização de camponeses
- . identificação de áreas

- Colônias de Pescadores

- . organização de camponeses
- . identificação de áreas

- órgãos públicos

- . acompanhamento e controle
- . fiscalização, cadastramento, licenciamento

- Universidades

- . elaborar modelos
- . acompanhamento
- . pesquisa

- Prefeituras Municipais

- . acompanhamento

- Fundação Florestal

- . articulação/ coordenação
- . administração

Etapas:

(I) Curto Prazo: MESES (1-12)

1-4 . Identificação de áreas de manejo integrado "tradicional"

2,3 -6 . Discutir interesse e disponibilidade das comunidades em participar/ submeterem-se ao experimento

5-10 . Elaborar modelos com as comunidades, pesquisadores e intermediários (extensionistas, etc)

9-12 . Início de implantação das áreas experimentais

(II) Médio prazo:

- . continuidade da pesquisa nas áreas definidas

3. Manejo de recursos costeiros: manejo de ostras em manguezais

Este programa visa ampliar a ação que vem sendo desenvolvida com o manejo de ostras em Cananéia, programa esse que vem tendo resultados muito positivos em diversos aspectos.

Tradicional criatório de ostras do Estado, os recursos vêm, no entanto, sofrendo com a falta de um tratamento adequado às diversas fases, desde criação propriamente dita, coleta, armazenamento e distribuição.

No sentido da integração, sempre em pauta, esta iniciativa vem se somar, por exemplo, àquela do PED - Projetos de Execução Descentralizada, ampliando sua área de abrangência.

Municípios: Cananéia, Iguape e Peruíbe

Participantes

- Colônias de Pescadores (CP) Z-9, 7 e 5

. organização do beneficiamento, transporte e comercialização

- Instituto de Pesca (IP) - SAA

. pesquisa do crescimento natural, tamanhos mínimos

- SMA/CPLA

. integração com planejamento regional

- Fundação Florestal

. articulação/ coordenação

. administração

. apoio à organização

- IBAMA

. cadastramento, licenciamento, controle, fiscalização, acompanhamento

- Secretaria do Emprego e das Relações do Trabalho (SERT)

. formação em cooperativismo

- Associações de base, comunitárias e/ou de bairros

Etapas

MESES (1-12)

1-4 . Identificação dos sítios mais propícios ao manejo (taxa de crescimento, não poluição, etc)

Envolvidos: IP, CP

3-6 . Cadastramento de camponeses/ caiçaras interessados e aptos

Envolvidos: CP, IP, FF

6-12 . Implantação de áreas-piloto de manejo com caixas de engorda

Envolvidos: CP, IF, FF

9-12 . Implantação de pequenas depuradoras regionalizadas

Envolvidos: SERT, CP

PROGRAMA DE ECOTURISMO

Responsável: Fundação Florestal

ECOTURISMO:

A SMA está desenvolvendo a Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira, que consiste em um mecanismo de articulação entre os seus componentes com vistas ao estudo, planejamento e fomento do ecoturismo na região do Vale do Ribeira, enquanto estratégia do desenvolvimento sustentável regional.

Sobre Ecoturismo, este pode ser definido como "um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas." (Grupo de Trabalho Interministerial sobre Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo - convocado pelos Ministério do Meio ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal e Ministério da Indústria, Comércio e Turismo- agosto de 1994).

Esse mecanismo está em processo de formalização através de uma Resolução Conjunta entre as Secretarias de Estado envolvidas e de um termo público de adesão, através do qual o CODIVAR/ Consórcio de desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira se compromete a participar integralmente da Agenda, integrado por 26 municípios da região.

O ecoturismo é apontado como um instrumento de desenvolvimento sustentável regional ideal, harmonizando a conservação desses importantes recursos naturais com a melhoria da qualidade de vida.

A par de sua importância ambiental, a região apresenta enorme importância histórica e cultural, com localização privilegiada em relação ao país e ao MERCOSUL, considerando suas especificidades: acesso rodoviário a duas horas de São Paulo, ou do sul do continente e a duas horas de Curitiba, capital do Paraná.

Em função de seus diversos atrativos, vem crescendo o número de atrativos que visitam a região, com objetivos distintos. alguns municípios chegam, em média, a duplicar sua população nas temporadas.

Essa crescente visitação por turistas, não somente por brasileiros, mas também por estrangeiros, tem causado certa preocupação e bastante euforia aos técnicos e administradores regionais. A euforia, pelos benefícios que a "indústria do turismo" traz, diretos e indiretos. a preocupação se dá pela necessidade de prevenção dos impactos negativos que podem ser causados pela atividade junto aos recursos culturais e naturais: resíduos sólidos e esgoto têm atingido níveis preocupantes nas temporadas.

A infra-estrutura viária e de transportes deverá ser bastante melhorada, assim como o programa Pró-Sanear (no contexto do programa "Qualidade de Vida"), vão atingir quase a totalidade das sedes municipais da região.

A SMA prepara a retomada de ações regionais de Educação Ambiental, atuando ao lado da Secretaria da Educação, ao mesmo tempo que, em paralelo à sua função de fiscalização dos recursos naturais, assume a postura indutora de desenvolvimento sustentável da região, como forma de garantir a conservação dos valiosos bens naturais e culturais regionais.

Nesse contexto, o ecoturismo tem sido entendido como o mais significativo indutor desse desenvolvimento, cujo potencial é enorme e timidamente explorado.

"O Ecoturismo [...] pressupõe:

- A preservação dos componentes representativos de vida silvestre, suas espécies, comunidades e ecossistemas, garantindo-se a proteção da biodiversidade, e, em última instância, a consistência dos biomas;
- a conservação dos patrimônios paisagísticos, culturais, urbanístico-arquitetônicos, artísticos e históricos, perpetuando-se-os para as futuras gerações;
- o cumprimento da legislação ambiental, em seus contextos municipais, estaduais, federal e internacional, e
- o respeito à liberdade individual e coletiva, especialmente das comunidades locais, permitindo-se a fruição e o acesso ao patrimônio natural pelos cidadãos e visitantes." (Da Natureza da Atividade - Estatuto Social do Instituto de Ecoturismo do Brasil, 1995).

O turismo, uma das mais importantes atividades econômicas - movimenta cerca de 4 trilhões de dólares anualmente, no mundo - vê o segmento de Ecoturismo aumentando cerca de 20% ao ano: segundo uma tendência mundial, os turistas estão cada vez mais interessados em destinos vinculados ao meio ambiente e culturas originais.

Há exemplos, como a Costa Rica, onde o Ecoturismo, apolado há mais de dez anos pelo governo, apresenta cifras em que os visitantes atraídos por atividades ecoturísticas gastam dez vezes mais que o turista convencional.

No Estado de São Paulo, sem um esforço planejado de marketing, as Unidades de Conservação que são legalmente aptas a receber visitantes e as Estações Experimentais Florestais recebem 1.300.000 visitantes por ano, adequadamente distribuídos por aproximadamente 800.000 ha.

As atividades da "Agenda" são definidas através de planejamentos anuais. Envolvem atividades técnicas, atividades de planejamento e eventos, basicamente versando em: informações, capacitação, infra-estrutura e fomento. Cada atividade e evento possui metas e articulações específicas. Os técnicos dos diversos órgãos encontram-se, ao menos, em reuniões mensais.

Desde o início de seu funcionamento, em fevereiro de 1995, foram constatados importantes avanços. O principal consiste na otimização de recursos, de diversas fontes, com vistas ao desenvolvimento ecoturístico regional. Visitas conjuntas a empreendimentos ecoturísticos regionais e na execução de atividades de coleta de dados e treinamento de pessoal, discussões técnicas multidisciplinares aprofundando a temática - envolvendo diversos órgãos e a elaboração conjunta de projetos visando o aproveitamento de recursos destinados à temática em questão, são exemplos dessa otimização - que apresenta, ainda, a vantagem de evitar sobreposição de atividades na região.

Mais concretamente, em junho de 1995 foi realizado um Seminário sobre "Ecoturismo e Desenvolvimento sustentável Regional" em Iporanga, SP - com a presença de vários especialistas e um representante do estado do Paraná - dando início ao planejamento ecoturístico da Bio-Região que envolve a APA Cananéia-Iguape-Peruíbe.

Proposta de Gestão da Atividade na APA Cananéia-Iguape-Peruíbe

A gestão do Ecoturismo na APA será implementado através de um programa definitivo para a atividade na região, apoiado pela Agenda de Ecoturismo. Para tornar-se efetivo e atender aos objetivos de desenvolver a atividade ecoturística na região, será elaborado de forma participativa, através de reuniões e "workshops" setoriais durante o ano de 1997, com base nas informações quantitativas e qualitativas a serem obtidas, durante treinamento de Agentes Municipais de Ecoturismo, e com base nas diretrizes de planejamento da atividade que estão sendo desenhadas.

Entretanto, a discussão para implementação do Ecoturismo na região somente será efetiva se forem verificados mecanismos compensatórios e de incentivo à atividade ecoturística executada pela população local. Durante o "workshop" "Política de Unidades de Conservação" (1994), foi eleita uma série de mecanismos intimamente ligados ao desenvolvimento de atividades econômicas da população residente na área de influência das Unidades de Conservação.

Sugere-se um "Fundo Rotativo" para pequenos empreendimentos, direcionado por critérios amplamente debatidos e acompanhados por um colegiado específico, gerenciado pela "Agenda".

O processo de gestão da atividade, no início, dependerá de recursos externos. Mas a curto prazo deverá funcionar exclusivamente com recursos próprios, através de um planejamento visando atingir esse objetivo, principalmente ao atingir positivamente a população local.

O Ecoturismo pode constituir um dos diversos mecanismos compensatórios e de incentivo que podem ser estabelecidos para a criação, implantação e manutenção de Ucs, cuja necessidade é enfatizada no documento "Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo", proposto pelo Ministério do Meio ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, que considera urgente sua criação junto com estratégias para o desenvolvimento da atividade.

Metodologia

Foram coletados dados desde maio de 1995 até março de 1996, pesquisa que foi executada pelos Agentes Municipais de Ecoturismo e por técnicos da "Agenda", com base em questionário (37 páginas), previamente discutido. Em seguida foi feita a checagem e consistência dos dados, em campo e com dados secundários. Foram também sistematizados os dados e editado o material.

É importante considerar que os dados são produto de um processo de treinamento dos Agentes Municipais de Ecoturismo, sendo apenas quantitativos (Fase I) e intermediários. Precedem e embasam a Fase II: qualitativa e de planejamento. Permitem análises quantitativas básicas, como número total de leitos e a quantificação de recursos naturais, devendo, contudo, serem analisados como partes de um processo mais amplo.

Projetos Propostos

A sistematização e divulgação efetiva de dados relacionados ao ecoturismo na região, que deverá ser finalizado até dezembro de 1996 e a existência de mecanismos compensatórios a atividades de desenvolvimento sustentável são premissas básicas para a etapa final.

Os projetos apresentados são apresentados levando em consideração dois prazos:

- A. Julho/ 1996 a Julho/1997 e
- B. Janeiro/ 1997 a Dezembro/1997.

Geograficamente, os projetos consideram duas áreas de influência:

- C. APA Cananéia-Iguape-Peruíbe (7 municípios) e
- D. Vale do Ribeira, Bio-Região com interação mais intensa.

Fruto das discussões e atividades elaboradas no âmbito do grupo de trabalho, foram traçados alguns objetivos gerais e medidas para atendimento dos mesmos:

1. Sistematizar, discutir publicamente, divulgar e atualizar as informações necessárias ao pleno desenvolvimento do ecoturismo na região.
2. Estruturar minimamente os municípios para eficientes sistemas de planejamento do ecoturismo e de recepção aos ecoturistas.
3. Capacitar agentes locais, públicos e privados, para planejamento e execução do ecoturismo regional, e atividades correlatas.
4. Viabilizar linhas de financiamento específicas e organizar (através de associações ou cooperativas) os pequenos empreendedores em ecoturismo.

As medidas para atendimento aos objetivos gerais estão em andamento, harmonizando-se com aquelas executadas pelos componentes da "Agenda" com as iniciativas do setor privado que investe na região e com as da sociedade civil atuantes, evitando danos com o aumento da demanda.

O conjunto de projetos propostos para a APA Cananéia-Iguape-Peruíbe contém:

1. "Ação Integrada das Atividades de Educação ambiental, Ecoturismo e Proteção à Natureza na Porção Sul do Parque Estadual de Jacupiranga, em Cananéia."
2. "Estação Ecológica Juréia - Itatins - Núcleo Itinguçu: Postos de Venda".
3. "Edição de CD-ROM - Ecoturismo na Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe".
4. "Núcleos Municipais de Informações Ecoturísticas de Cananéia e Itariri".
5. "Formação de Monitores em Ecoturismo para Unidades de Conservação e de Agentes Municipais de Ecoturismo - APA Cananéia-Iguape-Peruíbe".
6. "Projeto Editorial - Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável Regional".
7. "Informações para Ecoturismo - APA Cananéia-Iguape-Peruíbe."

8. "Implantação de Mecanismo compensatório e de Incentivo aos Pequenos Empreendedores Ecoturísticos para o Vale do Ribeira - Fundo Rotativo gerido pela Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira e pela Gerência da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe: Estímulo à População da APA."

9. "Recuperação dos Núcleos Históricos de Cananéia e Iguape: Revitalização do Turismo Histórico-Cultural - Parte I: Projetos."

10. "Recuperação dos Núcleos Históricos de Cananéia e Iguape: Revitalização do Turismo Histórico-Cultural - Parte II: Obras".

A versão completa da qual foi extraída esta listagem, conjunto que contém detalhamento e custos, será encaminhada à Gerência da APA/ Comitê Gestor, através do sub-comitê Ecoturismo.

São aqui apresentados projetos relativos ao P.O.A 96/97, face à redução dos recursos financeiros.

1- Formação de Agentes Municipais de Ecoturismo

responsável: Fundação Florestal

Serão ministrados cursos para finalização do treinamento iniciado em abril de 1995, no âmbito da Agenda de Ecoturismo.

Nos sete municípios justifica-se a existência de Agentes por serem capacitados como Interlocutores Municipais: coletarão dados, atualizarão dados externos e internos, receberão e encaminharão turistas, estruturarão novas iniciativas de capacitação e intermediarão projetos futuros, com base em planejamentos.

Seu treinamento é preponderantemente conceitual, administrativo e generalista, visando técnicas de planejamento.

No bojo da APA CIP será ministrado 1 curso, com custo a ser financiado de R\$ 6.666, 67, para contratação de técnicos instrutores em planejamento ecoturístico.

O restante será contraparte do Estado, estimada em R\$ 15.000,00, considerando também 2 outros cursos - no alto-Vale do Ribeira e Médio-Vale do Ribeira.

2. Formação de Monitores em Ecoturismo para Unidades de Conservação na APA CIP

responsável: Fundação Florestal

Integrado à Agenda de Ecoturismo, visa atender numa primeira fase a duas Unidades de Conservação: Parque Estadual do Jacupiranga (limítrofe à APA) e Estação Ecológica Juréia-Itatins (contida em seus limites)

Consta de 4 cursos para formação de monitores, selecionados nas populações do entorno das Unidades, realizando-se 2 em Itariri - EEJI (onde não há monitores) e 2 em Cananéia (onde está sendo formada a Associação de Monitores) - P.E. Jacupiranga.

Objetiva-se formar 80 monitores (20 por curso), perfazendo um total de 128 horas-aula (16 dias com 8 hs/ dia) e 272 horas- atividades práticas supervisionadas em acordo com empresas turísticas e Unidades de Conservação, num total de 400 hs, em prazo máximo de 3 meses por curso, sendo necessários para isso :

- 4 instrutores
- 1 especialista em Ciências Naturais
- 1 especialista em Ciências Sociais e Humanas

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

responsável: Luiza Alonso da Silva (SMA/ CPLA)

1. Comunicação

Participantes: SMA - CPLA/ CEAM/ IF/ FF; IBAMA

Visa o aproveitamento do poder dos veículos de comunicação de massa - particularmente rádio e TV - para educação, conscientização e informação sobre questões atinentes ao contexto sócio-ambiental da região. Integra a Agenda Ambiental do Vale do Ribeira.

Objetivos:

- . iniciar os Programas de rádio e posterior televisão como forma de comunicação na região;
- . explicitar, de forma criativa, as necessidades existentes na região;
- . valorizar, de forma criativa, as necessidades existentes na região;
- . valorizar a linguagem da própria população, sua cultura, dando corpo e incorporando-se aos grandes centros de produção intelectual;
- . tomar como ponto de partida a cultura existente (altamente desenvolvida e presente nos grandes centros, trabalho realizado por grupos.

Ações:

- levantar a rede de rádios existentes na Região do Vale do Ribeira e Litoral Sul (estudo iniciado por Cláudio Maretti)
- o que deve ser trabalhado: as questões mais urgentes em termos ambientais;
- definição do público a ser trabalhado e suas principais necessidades (adequação de linguagem);
- produção: como o rádio
 - . definir conteúdo
 - . busca de informações
 - . tratamento de linguagem
 - . edição
- estúdio
- locução:
- levantar metodologias de trabalho, como:
 - . entrevistas;
 - . boletim informativo;
 - . agenda de eventos;
 - . música e mensagem.
- buscar patrocínio para o trabalho de Rádio

2- Formação de professores em Educação Ambiental

Participantes:

SMA- CPLA/ CEAM/ IF/ FF/ DEPRN; IBAMA
UNICAMP; UNESP; CEPEL; USP; CEFAN-SECR. EDUCAÇÃO

Objetivos:

- atender na formação a demanda regional;
- estabelecer a formação de pessoal para vários setores - saúde, agricultura, educação, ecoturismo;
- articulação do setor educacional na região (1º, 2º e 3º graus) com o ensino, pesquisa e extensão das universidades e ONGs, dando apoio e suporte na construção da política ambiental da região assegurando o desenvolvimento sustentado, qualidade de vida e cidadania;
- formar núcleos de Educação Ambiental na região: Juréia e Ilha do Cardoso, IBAMA (APA);
- arquitetar ambientes nos municípios da região, onde a tônica seja o patrimônio natural e cultural existente;
- resgate de trabalhos significativos do ponto de vista da Educação Ambiental e editá-los.

Ações:

- escolher ambientes e arquitetá-los nos diferentes municípios para visitação pública;
- privilegiar através dos cursos, oficinas, orientações técnicas, os diferentes campos do conhecimento - ora nas artes, ora as expressões e linguagens, ora na ciência e tecnologia, ora na história e geografia para os trabalhos de Educação Ambiental;
- busca de financiamento para os cursos seminários, oficinas e viagens de estudos na região;
- organizar a aproximação do sistema oficial de ensino e escolas particulares, possibilitando estudos, cultura e lazer às crianças e jovens da região.

Capacitação de professores e educadores para educação ambiental

Distribuído em três blocos de interesse, os coordenadores responsáveis irão, de forma integrada com as demais ações de Educação Ambiental previstas, abordar os temas abaixo:

- Valores dos projetos de educação ambiental

responsável: Luiza Alonso (SMA)

- Proposta de extensão agro-florestal

responsável: Renato Viana (SAA)

- Proposta de aprimoramento de lavouras/ manejo tradicional

responsável: Ranulfo Paiva (Cananéia)

- Preservação dos Recursos Naturais

responsável: IBAMA/ NEA -SP

3- Rede de Educação Ambiental do Vale do Ribeira

SMA- CPLA/ CEAM/ IF/ FF/ DEPRN; IBAMA

Objetivos:

- valorizar e estabelecer a comunicação como instrumento de cidadania;
- definir o tempo como elemento aglutinador das ações, realizando o exercício dos direitos dos cidadãos;
- trabalhar a rede informatizada, enfatizando valores humanos como solidariedade, identidade, dignidade, garantindo a civilidade da Sociedade Civil;
- ênfase em ações que trabalhem o zoneamento ambiental, biodiversidade, resíduos sólidos, recursos hídricos, consumo e consumismo.

Ações:

- Calendário Ambiental Escolar, com eventos ambientais significativos na APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, tendo em vista a solidariedade na escola, entre escolas e comunidade;
- edição do Boletim da Rede de Educação Ambiental;
- trabalhar nas ações de Educação Ambiental com o setor público e privado;
- editar Cadernos de Educação Ambiental da APA CIP, complementando a matriz inicial dados outros temas emergentes na região;
- evidenciar trabalhos significativos que explicitem a adesão dos Educadores às questões ambientais:
 - . Projeto TARTARIC: conservação da Tartaruga Marinha da Ilha Comprida (Ilha Comprida: Rafael Rensendiz Sanchez Hidalgo)
 - . Projeto com Pássaros: "papagaio de cara-roxa" - observações de alunos da Ilha Comprida (Ilha Comprida: Diretor- Alencar das Neves Gato)
 - . trabalho com resíduos sólidos: coleta seletiva EEPSPG Armando Gonçalves - Miracatu
 - . promover monografias de alunos dos cursos noturnos e diurnos das escolas públicas e privadas de 2º grau a respeito das questões ambientais da região do Vale do Ribeira e Litoral Sul
 - . estabelecer contatos com Universidades/ ONGs a respeito das informações, sistematização - orçamento do projeto "Rede de Educação Ambiental"

4- Características Sócio-Ambientais do Vale do Ribeira e Litoral Sul

SMA-CPLA/ CEAM/ IF/ FF/ DEPRN- IBAMA

Objetivos:

- estabelecer instrumentos da Política Ambiental através da Pesquisa Participante, coletando, analisando os dados a respeito dos bairros rurais da Região;
- evidenciar o papel relevante das escolas unidocentes (de um só professor para as quatro séries iniciais do 1º grau), na efetivação de valores contidos no conceito de sustentabilidade;
- criar condições objetivas a partir da pesquisa, para o trabalho do desenvolvimento sustentável no cotidiano do bairro rural. Através da Escola, como "lugar" da cultura e tecnologia.

Ações:

- realizar diagnóstico sócio-cultural, educacional nos bairros rurais da APA CIP;
- levantar junto às Escolas e Delegacias de Ensino da infra-estrutura básica das escolas de 1º, 2º e 3º graus;
- atualização do mapeamento dos assentamentos humanos dos bairros da APA CIP - esc. 1:50.000;
- elaboração, distribuição de instrumentos de coleta de dados junto a professores, diretores, supervisores, delegados de ensino do Município de Miracatu (piloto deste trabalho em pesquisa participante);
- elaboração de textos básicos a respeito do Município de Miracatu, como piloto;
- trabalhar os demais municípios, aplicando a metodologia anterior.

5- Memória Regional

SMA/ CPLA/ CEAM- IBAMA- Pref. Munic. de Cananéia- CEFAM/ SE

Objetivo:

- Estudar, montar as referências históricas sobre a região, contidas em múltiplos estudos realizados no âmbito nacional e internacional;
- arquitetar espaços para realizar a ambiência adequada à tarefa;

Ações:

- aprofundar estudos a respeito das diversidades étnicas existentes na região;
- busca de estudos já realizados em projetos anteriores, montando o Banco de dados onde o patrimônio natural e cultural pensado seja de domínio público e faça parte do Centro de Documentação e Informação (ou de Referência), a ser instalado na região;
- pensar esse local, arquitetar espaços, privilegiando os acervos já existentes, em fotos, registros existentes no seio das famílias da região;
- buscar informações e possibilidades com a Prefeitura local e Comitê da Bacia Hidrográfica e ONGs.

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO AMBIENTAL DOS AGENTES LOCAIS

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO e FORMAÇÃO AMBIENTAL DOS AGENTES LOCAIS

I. Caracterização do problema

A regulamentação da APA Federal de Cananéia-Iguape-Peruíbe se concretiza através do Plano de Gestão e Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) que aponta estímulos e restrições a determinadas atividades em cada unidade. Com base nessas propostas, bem como nas propostas dos agentes locais — sociedade e governo, serão estabelecidas ações para o desenvolvimento sustentado da área com valorização da população e melhoria de sua qualidade de vida.

As ações propostas priorizadas e organizadas na forma de programas e projetos pelas instâncias de governo responsáveis por organizar a gestão da APA revestem-se de grande significado, pois das ações de fato implantadas nos primeiros anos de gestão da APA dependerá, em grande parte, a consolidação da vontade política expressa por sua criação e respectiva regulamentação. O Plano de Gestão proposto deverá garantir a sistematização e a coerência dessas ações, a alocação de recursos que as viabilizem, bem como seu monitoramento, avaliação e reformulação continuados.

Para o êxito de tais programas e projetos é fundamental que haja recursos humanos e disponibilidade financeira. O mais importante e mais crítico destes fatores é, certamente, a capacidade e a vontade de colocar os planos em ação por parte dos agentes locais responsáveis e das populações beneficiadas.

Com base nesta premissa, propõe-se um programa “transversal” — que perpassa todos os demais — voltado para a preparação de quadros locais e formação de agentes. Este será o Programa de Capacitação e Formação Ambiental de agentes locais. Para sua maior eficácia, ele deverá ser associado a um processo de Educação Ambiental que sensibilize a população em geral e revele agentes de transformação.

II. Processos de capacitação/formação ambiental de quadros locais

Formação Ambiental

Antes de mais nada, é necessário esclarecer o que se entende por Formação Ambiental, estabelecendo a diferença entre *educação* e *formação* ambiental.

Associa-se *educação* ao ensino mais formal, envolvendo disciplinas, conteúdos, atitudes a serem trabalhadas com crianças e jovens em idade escolar; enquanto o termo *formação* está aqui sendo empregado para indicar a preparação de profissionais para trabalhar direta ou indiretamente com as questões ambientais.

Mesmo quando usada num contexto mais amplo e abrangente, para indicar atividades dirigidas à comunidade em geral, tem-se empregado o termo educação ambiental (formal ou informal) quando se trata de informar e conscientizar pessoas para uma compreensão das questões ambientais gerando reflexões, envolvimento pessoal e atitudes de cidadania a partir dessa conscientização.

Já a formação ambiental se refere a um trabalho mais específico dirigido à pequena parcela da comunidade que deverá se responsabilizar por encontrar e aplicar soluções para os problemas ambientais de sua competência. A formação ambiental, então, estará sendo compreendida, para fins deste trabalho, como um tipo especial de educação ambiental: deverá promover, além de uma visão mais ampla da realidade ambiental em suas diversas dimensões, um aprofundamento em pelo menos algumas questões, visando instrumentalizar seu público-alvo para tomadas de decisão e implementação de ações decorrentes dessas decisões.

Um grupo bem específico dentre o público-alvo para a Formação Ambiental é constituído pelos Professores, desde os que trabalham em pré-escolas até os de instituições de Ensino Superior envolvendo, em tese, todas as disciplinas. Nesse caso, a Formação Ambiental teria como objetivo tanto discutir e sensibilizar o Professor para a questão ambiental como um todo e sua importância na vida das comunidades e na sobrevivência da humanidade, quanto prepará-lo para a abordagem destas questões em seu relacionamento com os estudantes, inclusive através de práticas de Educação Ambiental que indiquem ou que impliquem ações concretas. Este grupo de *agentes locais* - o dos Professores - pode ser (como aliás tem sido) considerado um dos públicos-alvo prioritários a serem atingidos através de programas de Formação Ambiental promovidos como parte do Plano de Gestão da APA.

Quadros Locais

Um quadro ou agente local, para efeitos desta proposta, é um ator social que tem algum tipo de responsabilidade em seu município ou região, influenciando nas decisões e nas ações pelo menos em nível local. Ele pode estar vinculado a qualquer dos diferentes grupos que compõem o chamado *poder local*:

- . funcionários do governo municipal - de carreira ou de cargos de confiança;
- . funcionários de outras instâncias de governo, com responsabilidades locais;
- . empreendedores, responsáveis por empresas locais;
- . técnicos de instituições que promovem estudos, pesquisas ou que oferecem serviços especializados - aqui estão incluídos os professores, em todos os níveis;
- . lideranças instituídas: vereadores, presidentes de associações de bairro, lideranças sindicais, etc.;
- . membros de Organizações Não Governamentais (ONGs), em especial as com atuação ambiental;
- . outras lideranças da comunidade: de Igrejas, de clubes de serviço, de grupos culturais, etc.

IV. Público-alvo

Nível de escolaridade

Propõe-se a formação ambiental de agentes como os citados acima. Mais especificamente ainda, um tipo de agente que tem especial importância para o processo de tomada de decisão e que pode provir de qualquer dos grupos mencionados anteriormente: trata-se do "agente técnico-político", termo que será definido mais adiante. Esse agente, que pode prescindir de uma educação formal de mais alto nível, muitas vezes será um *quadro intermediário*.

Ao que tudo indica, uma das grandes deficiências em termos de preparação, capacitação ou formação geral e específica, no Brasil, tem sido a de pessoal de nível intermediário. Entre o alto especialista — o "doutor" — e o trabalhador não especializado, com pouca ou nenhuma escolaridade, encaixa-se uma ainda estreita faixa intermediária de profissionais muitas vezes pouco preparados para exercer suas funções específicas. São os quadros intermediários, essenciais para a viabilização de um sistema democrático. A exiguidade desses quadros, no Brasil, prejudica muito a superação de nosso sistema social autoritário calcado na exclusão de grandes contingentes. A preparação de quadros intermediários locais, preciosos auxiliares nas demandas relativas à preservação e conservação dos patrimônios natural e cultural do país, é estratégica para a construção de uma sociedade sustentável.

Nesta proposta, portanto, está-se considerando como público-alvo da *formação ambiental*, principalmente os chamados quadros intermediários, cuja escolaridade vai desde técnicos de nível médio até lideranças com pouca escolaridade, embora possam incluir também especialistas com formação universitária. O aspecto mais importante, nesse caso, não será a formação acadêmica ou formal do indivíduo, mas sua função na comunidade, caracterizada pelas seguintes condições:

- . pertencer a qualquer das categorias do poder local mencionados acima (condição política);
- . desejar ou estar disposto a potencializar sua ação através de um processo de formação ambiental (condição técnica).

Agente Técnico-político

O programa de capacitação de quadros locais estará voltada prioritariamente para formar recursos humanos que tendam a ser agentes técnico-políticos. A seguir, explica-se o que se entende por isso.

Pode-se considerar que há vários tipos de reflexão ou *cálculos* que precedem e presidem qualquer tomada de decisão. Num extremo, situa-se o cálculo intuitivo e assistemático, imediatista, limitado em suas perspectivas, com frequência atribuído aos políticos que se movem no campo do imediatismo situacional. No extremo oposto, pode-se situar o cálculo técnico-político sistemático, que articula as considerações situacionais de curto prazo com as perspectivas de longo prazo, procura fundamentar-se tecnicamente e de forma sistemática, processo este que alguns especialistas¹ chamam de Planejamento propriamente dito, sem adjetivos.

O planejamento deve promover a mediação entre o conhecimento e a ação. Para tanto, contribuem não só os conhecimentos sobre as alternativas dos pontos de vista técnico e econômico, mas também as distintas visões ou pontos de vista dos diversos atores sociais que coexistem na situação e têm ingerência em um dado problema.

Assim, o agente capaz de realmente planejar, isto é, decidir de acordo com considerações técnico-políticas sistemáticas, seria aquele apto a tomar decisões com base na interlocução entre os diferentes atores, uns com mais conhecimentos científicos, outros com mais conhecimentos provindos de sua inserção na realidade, de sua prática. Ele deve entender que não há uma explicação ou uma solução melhor que a outra, válida para todos os atores sociais; e que não pode operar com base somente em sua própria percepção e interpretação sobre os pontos de vista dos demais agentes.

¹ MATUS, Carlos - Adiós Señor Presidente, Pomaire, Caracas, 1987.

"Cada ator seleciona as variáveis de seu modelo porque lhe parecem relevantes em sua visão da realidade. Até onde suas projeções sobre o futuro são consequência das políticas já decididas, e até onde são úteis para explorar políticas alternativas? Com que critério decide ante a diversidade de posições? Estas perguntas nos dizem que a reflexão que precede e preside a ação não é óbvia, e requer métodos especiais. Afinal, todo esse complexo cálculo técnico, político e social, deve preceder e presidir a ação, pois de outra maneira resulta num planejamento supérfluo."²

Públicos prioritários

Podem-se identificar alguns públicos cuja formação/capacitação é fundamental, estratégica mesmo, para o processo como um todo. Para tanto, deve-se levar em consideração as três origens diferentes desse público:

1. agentes governamentais;
2. agentes da comunidade, das organizações da sociedade civil; e
3. empreendedores das áreas de agricultura, indústria, comércio e serviços.

Cabe ao poder público proporcionar a formação de seus próprios quadros; facilitar e subsidiar a formação de agentes sociais com funções de caráter público, como é o caso da maior parte das lideranças da comunidade; e disponibilizar as informações, provocando a formação de quadros na esfera dos empreendedores — subsidiando os microempresários e pequenos proprietários rurais, em parceria com a grande empresa local, na formação de agentes da iniciativa privada.

Quanto aos agentes governamentais, avalia-se como públicos prioritários:

- . os prefeitos (com respectivas assessorias) e os vereadores recém-eleitos;
- . os técnicos da área jurídica das prefeituras e das promotorias públicas (curadorias de meio ambiente);
- . os técnicos das áreas de educação e saúde, tanto das prefeituras quanto das estruturas do governo estadual que atuam na região (incluindo-se aqui professores e pesquisadores de faculdades/universidades públicas);
- . os técnicos das áreas de planejamento, obras, saneamento, meio ambiente e turismo, tanto das prefeituras quanto das estruturas dos governos estadual e federal que atuam na região;
- . os técnicos que trabalham com pesca, recursos costeiros e recursos hídricos, tanto das prefeituras quanto das estruturas do governo estadual que atuam na região;

E quanto aos agentes não governamentais, constituem grupos estratégicos:

- . as crianças e jovens das escolas;
- . as lideranças de comunidades tradicionais, especialmente as que habitam as áreas de proteção como parques e estações ecológicas — um grupo especial a ser considerado, aqui, é o das mulheres que, com algum apoio, podem ter um papel fundamental na formação e capacitação dos adolescentes e jovens dessas comunidades;
- . lideranças de organizações da sociedade civil — sindicatos (urbanos e rurais), associações (como a dos artesões), Igrejas, ONG's, etc.

Por tudo o que foi apresentado, não pode haver dúvida quanto à necessidade absoluta de se priorizar um programa que proporcione oportunidade para informação, discussão, troca de experiências e articulação entre esses 3 grupos de agentes.

² MATUS, C., op. cit., p.31.

V. Objetivos

O Programa de Capacitação e Formação Ambiental deverá capacitar os recursos humanos encarregados de decidir, planejar e executar os demais programas e projetos, bem como preparar, informar e sensibilizar os quadros técnicos e políticos responsáveis pelos processos de decisão no contexto das ações propostas.

Propõe-se, para isso, o desenvolvimento de dois tipos de projetos:

a) projetos específicos, de capacitação dos agentes encarregados de planejar e executar as ações previstas no Plano de Gestão da APA - estes farão parte do que chamaremos de Programa de Capacitação Específica; e

b) projetos de formação ambiental, propostos a partir da identificação de públicos-alvo estratégicos, dirigidos em especial para agentes decisores que deverão estar sensibilizados e motivados para participar dos processos de tomadas de decisão e negociação - estes farão parte do que chamaremos de Programa Básico de Formação Ambiental.

VI. Tarefas e etapas de execução

Para a obtenção dos objetivos propostos, serão desenvolvidas as tarefas citadas a seguir.

1. Definir públicos-alvo estratégicos a serem atingidos pelo Programa Básico de Formação Ambiental, propondo os projetos prioritários.

2. Avaliar a necessidade de capacitação e formação ambiental dos diversos projetos e programas previstos no Plano de Gestão da APA, elegendo prioridades que deverão ser contempladas Programa de Capacitação Específica.

3. Definir um conjunto inicial de projetos mais urgentes, dentro destes dois programas, a serem implementados nos primeiros dois anos.

4. Apresentar um plano geral especificando os projetos priorizados, seu público-alvo, seus objetivos e metas, as estratégias e a metodologia a ser empregada, um cronograma geral e uma avaliação de custos.

5. Detalhar o planejamento e executar cada projeto decidido através das seguintes etapas:

- a) análise de conjuntura;
- b) definição de objetivos específicos;
- c) detalhamento das metas e recursos necessários;
- d) estabelecimento de parcerias e obtenção dos recursos;
- e) definição dos métodos e técnicas a serem empregados;
- f) preparação dos materiais necessários ao desenvolvimento do projeto;
- g) divulgação do projeto e mobilização do público-alvo;
- h) seleção (caso necessário) e inscrição;
- i) desenvolvimento do projeto específico;
- j) avaliação dos resultados imediatos
- l) monitoramento e avaliação do impacto após algum tempo.

VII. Cronograma Geral

| TAREFA | mês 1 | mês 2 | mês 3 | mês 4 | mês 5 | meses 6 a 24 |
|-----------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------------|
| 1. definir públicos estratégicos | xxxxx | | | | | |
| 2. definir públicos específicos | | xxxxx | | | | |
| 3. priorizar projetos de For/Cap | xxx | xxxxx | | | | |
| 4. apres. plano geral o/ custos | | | xxxxx | | | |
| 5. detalhar projetos (etapas a-f) | | | | xxxxx | xxxxx | |
| 6. implantar projts. (etapas g-l) | | | | | | xxxxxxxxxxxx |

PROPOSTA DE PROJETOS PARA O PROGRAMA BÁSICO DE FORMAÇÃO AMBIENTAL

I - PROJETO DE FORMAÇÃO PARA PREFEITOS E VEREADORES

1. Resumo da Proposta

Propõe-se um seminário de 2 dias, em final de semana (sexta e sábado) a ser definido entre os dias 18 de outubro e 23 de novembro, para os governantes municipais recém-eleitos: prefeitos e respectivas assessorias, bem como vereadores. Será oferecida a estadia completa, em hotel-fazenda, para que se aumente a motivação e se facilite a concentração, a dedicação exclusiva ao seminário nesses dois dias. O seminário trará informações de interesse dos governos locais quanto ao binômio desenvolvimento / meio ambiente, em geral, e quanto ao plano de gestão da APA em particular. Proporcionará às equipes de cada município, num primeiro momento, e depois ao conjunto dos 7 municípios, comparar programas e projetos próprios e da APA, propondo alterações e definindo sua participação no processo de gestão.

2. Justificativa

Este público foi avaliado como sendo um dos grupos mais estratégicos para o encaminhamento de todo o plano de gestão da APA Federal. Tendo em vista o fato de este ano, a partir da segunda quinzena de outubro, estarem definidos os novos governantes municipais; tendo em vista também que estes governantes trarão suas expectativas, seus compromissos, e estarão iniciando a elaboração de planos e projetos concretos para o período governo que irá de 1.997 ao ano 2.000, os meses de outubro (2ª quinzena) e novembro, este será um momento privilegiado em termos de informar e sensibilizar esses governantes a respeito de todo o contexto em que se insere a implantação da APA — motivos, legislação (estímulos e restrições impostas), forma de gestão e projetos propostos, bem como recursos disponíveis em função dos projetos aprovados e das compensações por restrições ambientais.

3. Público-alvo

Propõe-se um primeiro seminário que atenda aos 7 governos municipais da APA no Estado de São Paulo, com vagas para até 42 participantes (6 por município), sendo cerca de 50% das vagas para prefeitos e assessores, e as demais para vereadores interessados na questão ambiental. Esta limitação de vagas se deve tanto a considerações metodológicas para a condução do seminário, quanto às acomodações previstas para este seminário (Fazenda Intervalles, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de S. Paulo) que, em função da estratégia proposta, deverá ser oferecido sem custos aos participantes.

Fala-se em primeiro seminário por que, havendo grande demanda, poder-se-á proporcionar um segundo seminário no ano de 1997; e porque se pode também prever, em seguida, um seminário semelhante para os 3 municípios envolvidos na APA do Paraná, possivelmente em outro local e com outros recursos.

4. Objetivos

Este seminário deverá proporcionar aos novos governantes municipais ocasião para:

a) informarem-se sobre questões relacionadas às leis e outras normas que incidem sobre os territórios que serão por eles governados, relacionadas à proteção ambiental, especialmente as relativas à instituição, regulamentação e gestão da APA Federal de Cananéia-Iguape-Peruíbe;

b) sensibilizarem-se e compreenderem as razões e os valores que presidiram a instituição daquelas leis e normas, predispondo-se a discutí-las e aperfeiçoá-las mantendo-lhes o espírito, e a traduzí-las em termos de ações concretas em seus municípios;

c) proporcionar ocasião para que cada equipe de um mesmo município, com o auxílio de um "facilitador" (pessoa especializada em conduzir discussões para obtenção de resultados em processos participativos), compare suas propostas com as de seus pares e com os programas e projetos previstos no plano de gestão da APA, identificando consensos e discensos, explicitando conflitos e necessidades de negociação, para que se chegue a uma agenda mínima de projetos;

d) promover uma discussão entre as equipes de cada município para que se exponham as agendas de cada um, se discutam os pontos em comum e as divergências que eventualmente existam, e se chegue a propostas de interações através do plano de gestão da APA e de outros meios institucionais como o Consórcio Intermunicipal, a Agência de Bacia, a Associação de Vereadores, etc.

e) avaliar e rever o plano de gestão em termos de estrutura, programas e estratégias, diante dos resultados do seminário.

5. Etapas

1ª. Avaliar as vantagens e a possibilidade de se contar com a parceria de outros órgãos, como o Cepam, e promover as articulações necessárias para incluí-los nas etapas subsequentes.

2ª. Detalhar o projeto em termos de pauta, métodos, processo de divulgação e inscrições, técnicas e instrumentos a serem empregados, equipamentos e materiais necessários, etc.

3ª. Selecionar e contratar consultores, apoio administrativo e facilitadores.

4ª. Preparar as atividades e os materiais informacionais necessários para o seminário.

5ª. Executar o seminário.

6ª. Produzir relatório sobre as atividades reunindo depoimentos, críticas, sugestões, propostas e compromissos firmados durante o seminário.

7ª. Assessorar os grupos dos demais programas e projetos relativos à gestão da APA para incorporarem as conclusões do seminário a seus projetos, com especial atenção ao programa de assessoria aos governos municipais.

6. Cronograma

| ETAPAS | jul/96 | ago/96 | set/96 | out/96 | nov/96 | dez/96 |
|------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 1. articular parcerias | xxx | | | | | |
| 2. detalhar o projeto | xxxxxx | xxxx | | | | |
| 3. selecionar pessoal | xxxx | | | | | |
| 4. preparar materiais | | xxxxxx | xxxxxx | xxx | | |
| 5. executar seminário | | | | xxx | xxx | |
| 6. produzir relatório | | | | | xxxxxx | |
| 7. assessorar grupos | | | | | xxx | xxxxxx |

7. Avaliação de Custos

a) Itens de custo

. Recursos Humanos

- 1 coordenador, por um total de 110 horas
(50 horas de preparação, 20 horas de execução, 20 horas de produção do relatório com registros e resultados, 20 horas de assessoria às demais equipes do plano de gestão)
- 1 assessor da coordenação, pelo mesmo período
- 1 apoio administrativo, pelo mesmo período
- 7 facilitadores, por 32 horas
(8 horas de preparação, 16 horas de execução e 8 horas de avaliação e produção de relatórios)

. Transporte

- para os participantes
- para a equipe "docente"
(10 pessoas: 3 carros ou equivalente - combustível, honorários de motoristas)

. Diárias

- para os participantes
(42 x 2 dias = 84 diárias)
- para os "docentes" e motoristas
(13 x 2 = 26 diárias)

. Material de consumo

- reprodução de textos informativos
(45 x 20 pg = 900 páginas)
- material de escritório
(10% das despesas com rec. humanos)

II - PROJETO DE FORMAÇÃO PARA AGENTES DA COMUNIDADE

1. Resumo da Proposta

Propõe-se um seminário de 2 dias, em final de semana (sexta à noite, sábado e domingo pela manhã) no início de dezembro, para agentes representativos da comunidade: lideranças de comunidades tradicionais, agentes de organizações da sociedade civil – sindicatos (urbanos e rurais), associações (como a dos artesões), Igrejas, ONG's, etc., com especial atenção aos setores envolvidos em programas e projetos propostos pelo plano de gestão da APA. Será oferecida a estadia completa, em hotel-fazenda, para que se aumente a motivação e se facilite a concentração, a dedicação exclusiva ao seminário nesses dois dias. O seminário trará informações de interesse das lideranças locais quanto ao binômio desenvolvimento / meio ambiente, em geral, e quanto ao plano de gestão em particular. Proporcionará às equipes de cada tipo de organização, num primeiro momento, e depois ao conjunto dos participantes, comparar programas e projetos próprios e da APA, propondo alterações e formas de participação nos processos de tomada de decisão e implementação de projetos.

2. Justificativa

Este público foi avaliado como essencial, não só para o encaminhamento de todo o plano de gestão da APA, como para quaisquer processos de decisão e implementação de políticas de desenvolvimento e meio ambiente para a região. Além disso, tendo-se em vista as poucas oportunidades que têm sido criadas para a reflexão e troca de experiências entre estes agentes, de modo a terem sua ação potencializada, considera-se indispensável que se proporcione ocasião de troca de informações entre os agentes e entre eles e os responsáveis pela gestão da APA.

3. Público-alvo

Propõe-se um primeiro seminário aberto a lideranças dos 7 municipais da APA no Estado de São Paulo, com vagas para até 42 participantes interessados nas questões relativas ao binômio desenvolvimento e meio ambiente na região. Esta limitação de vagas se deve tanto a considerações metodológicas para a condução do seminário, quanto às acomodações previstas para este seminário (Fazenda Interales, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de S. Paulo) que, em função da estratégia proposta, deverá ser oferecido sem custos aos participantes.

Fala-se em primeiro seminário por que, havendo grande demanda, poder-se-á proporcionar um segundo seminário no ano de 1997; e porque se pode também prever, em seguida, um seminário semelhante para os 3 municípios envolvidos na APA do Paraná, possivelmente em outro local e com outros recursos.

4. Objetivos

Este seminário deverá proporcionar aos participantes ocasião para:

a) informarem-se sobre questões relacionadas às leis e outras normas que incidem sobre os territórios que serão por eles governados, relacionadas à proteção ambiental, especialmente as relativas à instituição, regulamentação e gestão da APA Federal de Cananéia-Iguape-Peruíbe;

b) sensibilizarem-se e compreenderem as razões e os valores que presidiram a instituição daquelas leis e normas, predispondo-se a discutí-las e aperfeiçoá-las mantendo-lhes o espírito, formulando críticas e propostas nesse sentido;

c) proporcionar ocasião para uma troca de experiências entre seus pares e com os responsáveis pelos programas e projetos previstos no plano de gestão da APA;

d) promover uma discussão entre os participantes para que se exponham as agendas de cada um, se discutam os pontos em comum e as divergências que eventualmente existam, e se chegue a propostas de participação e/ou revisão dos projetos propostos no plano de gestão;

e) avaliar e rever o plano de gestão em termos de estrutura, programas e estratégias, diante dos resultados do seminário.

5. Etapas

1ª. Avaliar as vantagens e a possibilidade de se contar com a parceria de outros órgãos, como instituições especializadas em movimentos sociais, sindicatos e associações da região, e promover as articulações necessárias para incluí-los nas etapas subsequentes.

2ª. Detalhar o projeto em termos de pauta, métodos, processo de divulgação e inscrições, técnicas e instrumentos a serem empregados, equipamentos e materiais necessários, etc.

3ª. Selecionar e contratar consultores, apoio administrativo e facilitadores.

4ª. Preparar as atividades e os materiais informacionais necessários para o seminário.

5ª. Executar o seminário.

6ª. Produzir relatório sobre as atividades reunindo depoimentos, críticas, sugestões, propostas e compromissos firmados durante o seminário.

7ª. Assessorar os grupos dos demais programas e projetos relativos à gestão da APA para incorporarem as conclusões do seminário a seus projetos, com especial atenção aos programas e projetos em interface ou parceria com agentes da comunidade.

6. Cronograma

| ETAPAS | set/96 | out/96 | nov/96 | dez/96 | jan/97 | fev/97 |
|------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 1. articular parceiras | xxx | | | | | |
| 2. detalhar o projeto | xxxxxx | xxxx | | | | |
| 3. selecionar pessoal | xxxx | | | | | |
| 4. preparar materiais | | xxxxxx | xxxxxx | | | |
| 5. executar seminário | | | | xxx | | |
| 6. produzir relatório | | | | xxx | xxxxxx | |
| 7. assessorar grupos | | | | | xxx | xxxxxx |

7. Avaliação de Custos

a) Itens de custo

. Recursos Humanos

- 1 coordenador, por um total de 110 horas
(50 horas de preparação, 20 horas de execução, 20 horas de produção do relatório com registros e resultados, 20 horas de assessoria às demais equipes do plano de gestão)
- 1 assessor da coordenação, pelo mesmo período
- 1 apoio administrativo, pelo mesmo período
- 7 facilitadores, por 32 horas
(8 horas de preparação, 16 horas de execução e 8 horas de avaliação e produção de relatórios)

- . Transporte
 - para os participantes
 - para a equipe "docente"
(10 pessoas: 3 carros ou equivalente - combustível, honorários de motoristas)
- . Diárias
 - para os participantes
(42 x 2 dias = 84 diárias)
 - para os "docentes" e motoristas
(13 x 2 = 26 diárias)
- . Material de consumo
 - reprodução de textos informativos
(45 x 20 pg = 900 páginas)
 - material de escritório
(10% das despesas com rec. humanos)

III - PROJETO DE FORMAÇÃO PARA TÉCNICOS LOCAIS

1. Resumo da Proposta

Propõe-se um curso de 80 dias em duas fases de 40 horas (propõe-se 2 semanas em período integral cada, sendo a primeira em março de 1997 e a segunda em junho do mesmo ano) para agentes técnico-políticos de governo que atuam na região:

a) técnicos da área jurídica das prefeituras e das promotorias públicas (curadorias de meio ambiente);

b) técnicos das áreas de educação e saúde, tanto das prefeituras quanto das estruturas do governo estadual que atuam na região (incluindo-se aqui professores e pesquisadores de faculdades/universidades públicas);

c) técnicos das áreas de planejamento, obras, saneamento, meio ambiente e turismo, tanto das prefeituras quanto das estruturas dos governos estadual e federal que atuam na região;

d) técnicos que trabalham com pesca, recursos costeiros e recursos hídricos, tanto das prefeituras quanto das estruturas do governo estadual que atuam na região.

Será oferecida aos técnicos que se inscreverem no curso uma bolsa para ajuda de custo e a disponibilização de um auxílio-projeto para a execução de projetos propostos como produto do curso. Sendo um curso em "regime de internato", receberão também estadia completa, em hotel-fazenda, para que se aumente a motivação e se facilite a concentração, a dedicação exclusiva ao curso em dois períodos de 5 dias.

O curso, possivelmente oferecido em parceria com uma Universidade estadual, trará informações técnicas quanto ao binômio desenvolvimento / meio ambiente, em geral, e quanto ao plano de gestão da APA em particular. Proporcionará às equipes de cada município, num primeiro momento, e depois ao conjunto dos 7 municípios, uma ampla troca de experiências, a comparação dos programas e projetos da APA com os de sua própria competência, tendo em vista também as opiniões e sugestões dos agentes da comunidade, para que discutam alterações e adaptações, propondo projetos e formas de sua participação no processo de gestão.

2. Justificativa

Os agentes técnico-políticos serão a base técnica em que se apoiará a gestão da APA Federal. São indispensáveis, não só para o encaminhamento de todo o plano de gestão, como para quaisquer processos de decisão e implementação de políticas de desenvolvimento e meio ambiente para a região. Como a partir de 1997 estarão se iniciando os novos governos municipais, de cujos quadros se pretende mobilizar pelo menos 70% dos participantes, este será um momento privilegiado em termos de informar, sensibilizar e capacitar esse público a respeito de todo o contexto em que se insere a implantação da APA – motivos, legislação (estímulos e restrições impostas), forma de gestão e projetos propostos, bem como ações iniciadas e recursos disponíveis em função dos projetos aprovados e dos diversos tipos de compensação financeira.

Além disso, tendo-se em vista as poucas oportunidades que têm sido criadas para a reflexão e troca de experiências entre estes agentes, bem como para reflexão e aprofundamento dos fundamentos de sua ação, de modo a terem sua ação potencializada, considera-se indispensável que se proporcione ocasião para isso.

3. Público-alvo

Propõe-se um primeiro curso que atenda aos 7 governos municipais da APA no Estado de São Paulo, com vagas para até 44 participantes (até 11 por tipo de agente), sendo pelo menos 70% das vagas para técnicos municipais, e as demais para técnicos de órgãos estaduais e federais que atuam na região. Esta limitação de vagas se deve tanto a considerações metodológicas para a condução do curso, quanto às acomodações previstas para este curso (Fazenda Intervalles, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de S. Paulo) que, em função da estratégia proposta, deverá ser oferecido sem custos aos participantes.

Fala-se em primeiro curso por que, havendo necessidade, poder-se-á proporcionar um segundo curso no ano de 1998; e porque se pode também prever, em seguida, um curso semelhante para os 3 municípios envolvidos na APA do Paraná, possivelmente em outro local e com outros recursos.

4. Objetivos

Este curso deverá proporcionar aos técnicos participantes ocasião para:

a) informarem-se sobre questões relacionadas às leis e outras normas que incidem sobre os territórios nos quais deverão atuar, relacionadas à proteção ambiental, especialmente as relativas à instituição, regulamentação e gestão da APA Federal de Cananéia-Iguape-Peruíbe;

b) sensibilizarem-se e compreenderem as razões e os valores que presidiram a instituição daquelas leis e normas, predispondo-se a discutí-las e aperfeiçoá-las mantendo-lhes o espírito, e a traduzí-las em termos de ações concretas em suas áreas de competência;

c) proporcionar ocasião para que cada equipe de uma mesma área de atuação, com o auxílio de um "facilitador" (pessoa especializada em conduzir discussões para obtenção de resultados em processos participativos), troque experiências, compare suas propostas com as de seus pares e com os programas e projetos previstos no plano de gestão da APA, identificando consensos e discensos, explicitando conflitos e necessidades de negociação, para que se chegue a uma agenda mínima de projetos;

d) promover uma discussão entre as equipes das diversas áreas de atuação para que se exponham as agendas de cada uma, se discutam os pontos em comum e as divergências que eventualmente existam, e se chegue a propostas de interações através do plano de gestão da APA e de outros meios institucionais;

e) oferecer ocasião e estimular interações e articulações entre as diversas instituições e grupos representados pelos participantes;

f) planejar, discutir, aperfeiçoar e iniciar a implementação de pelo menos 5 projetos relacionados ao plano de gestão da APA, novos ou já propostos mas ainda não implementados;

g) avaliar e rever o plano de gestão em termos de estrutura, programas e estratégias, diante dos resultados do curso.

5. Etapas

1^a. Avaliar as vantagens e a possibilidade de se contar com a parceria de uma Universidade Estadual, promovendo, se for o caso, as articulações necessárias para incluí-la nas etapas subsequentes.

2^a. Selecionar e contratar consultores, apoio administrativo e docentes.

3^a. Detalhar o projeto em termos de conteúdos, estratégias, métodos, processo de divulgação e inscrições, técnicas e instrumentos a serem empregados na docência e nas avaliações, equipamentos e materiais necessários, etc.

4^a. Preparar as atividades e os materiais informacionais necessários para o curso.

5^a. Executar a primeira fase do curso.

6^a. Avaliar esta primeira fase e acompanhar os resultados em campo.

7^a. Preparar a segunda fase.

8^a. Executar a segunda fase do curso.

9^a. Avaliar esta fase e acompanhar os resultados em campo.

10^a. Produzir relatório sobre as atividades reunindo depoimentos, críticas, sugestões, propostas e compromissos firmados durante o curso.

11^a. Assessorar os grupos dos demais programas e projetos relativos à gestão da APA para incorporarem as conclusões e iniciativas provindas do curso a seus projetos, com especial atenção aos programas envolvendo a atuação desses técnicos governamentais.

6. Estrutura do Curso

Propõe-se um curso em duas fases, cada uma com a duração de 5 dias inteiros (num total de 80 horas). Serão propostos projetos ao final da primeira fase, com início de sua implementação entre a primeira e a segunda fases, avaliação coletiva para sugestões, e continuidade após o final do curso.

O primeiro período de estudos dará mais ênfase a informações trazidas pela a equipe docente e pelos participantes (em especial sobre processos de desenvolvimento e sua relação com o meio ambiente, aplicados às áreas de competência dos participantes; e sobre as normas estabelecidas para a APA bem como seu plano de gestão). Os dois primeiros dias serão comuns aos 4 grupos de participantes; no terceiro e quarto dias cada grupo trabalhará em separado; e no último dia, os trabalhos serão novamente comuns. Como resultado espera-se a proposição de projetos.

O segundo período de estudos dará mais ênfase à troca de experiências e ao contato com processos de decisão coletiva envolvendo negociações. Os projetos serão apresentados e discutidos, em termos do que foi proposto e do estado de implementação, para apoio mútuo e redirecionamentos eventuais.

7. Cronograma

| ETAPAS | set-out /96 | nov-dez /96 | jan-fev /97 | MAR /97 | abr-mai /97 | JUN /97 | jul-set /97 |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|---------|-------------|----------|-------------|
| 1. articular parcerias | XXXXXX | | | | | | |
| 2. selecionar pessoal | XXX | XXXXXXX | | | | | |
| 3. detalhar o projeto | | XX | XXXXXXXX | XX | | | |
| 4. preparar materiais | | | XXXXX | XXXX | | | |
| 5. executar 1ª fase | | | | XXX | | | |
| 6. avaliar e acompanhar | | | | | XXXXXXXX | | |
| 7. preparar 2ª fase | | | | | XXXXX | XX | |
| 8. executar 2ª fase | | | | | | XXX | |
| 9. avaliar e acompanhar | | | | | | XX | XXXXXX |
| 10. produzir relatório | | | | | | XXXX | XX |
| 11. assessorar grupos | | | | | XXXXXXXX | XXXXXXXX | XXXXXXXX |

8. Avaliação de Custos

a) Itens de custo para as atividades docentes

. Recursos Humanos

- 1 coordenador, por um total de 380 horas
(80 horas de preparação, 60 horas de execução da primeira fase, 80 horas de avaliação e acompanhamento, 40 horas de preparação da segunda fase, 60 horas de execução da segunda fase, 40 horas de avaliação, acompanhamento e produção do relatório com registros e resultados, 20 horas de assessoria às demais equipes do plano de gestão)
- 1 assessor da coordenação, pelo mesmo período (380 horas)
- mais 1 assessor da coordenação por ocasião dos cursos (120 horas)
- 1 apoio administrativo, pelo mesmo período da coordenação (380 horas)
- mais 1 apoio administrativo, por ocasião dos cursos (120 horas)
- 16 docentes, por 30 horas cada (total de 480 horas)
(10 horas de preparação, 8 horas de execução e 12 horas de avaliação, acompanhamento e produção de relatórios)

. Transporte

- para os participantes - a cargo das respectivas instituições
- para a equipe "docente"
(20 pessoas: disponibilidade de 3 carros - combustível, honorários de motoristas, por 5 dias, duas vezes)

. Diárias

- para os participantes
(44 x 5 dias = 220 diárias, por duas vezes = 440 diárias)
- para os docentes
(16 x 2 = 26 diárias por duas vezes, = 52 diárias)
- para a coordenação e motoristas
(8 x 5 = 40 diárias, por duas vezes, = 80 diárias)

. Material de consumo

- reprodução de textos informativos
(44 x 60 pg = 2.640 páginas)
- material de escritório e geral
(10% das despesas com recursos humanos)

b) Bolsas e recursos para os projetos

- . Bolsas para os participantes: 2 salários mínimos por fase para cada participante
- . Recursos de estímulo ("seed money") para os projetos: 1.000,00 por participante

PROGRAMA PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A Fauna como Indicador para a Conservação da Biodiversidade

Resp: Paulo Martuscelli

Justificativa

Como detentora de um dos mais completos e diversos ecossistemas da região sul e sudeste brasileira, a região em que se insere a APA Cananéia-Iguape-Peruíbe apresenta duas grandes paisagens ecológicas que se sobressaem: serrana e planícies costeiras.

Influenciada pelos fatores climáticos e geomorfológicos, a cobertura vegetal surge nos lugares baixos sob a forma de manguezais, matas de restingas, matas baixo-montanas, ou constituem exuberantes matas montanas, culminando em formação de altitude a mais de 1300 m.

A singularidade da disposição desses fatores estimularam a formação de uma diversidade florística além de proporcionarem uma fauna igualmente constituída por um grande número de espécies, incluindo endemismos notáveis.

Assim, constituindo importante detentora de biodiversidade, a APA encontra-se entre as áreas prioritárias para a conservação na região Neotropical, segundo o International Council for Bird Conservation (ICBP-UK).

A destruição dos ambientes naturais, a fragmentação e isolamento genético das populações remanescentes, o desconhecimento da composição faunística e a falta de uma estratégia para a conservação dessa biodiversidade contribuem para o rápido extermínio desse patrimônio.

Para reverter esse quadro são propostas medidas para terem andamento nos próximos dois anos, em conjunto com as demais do Plano.

Objetivos

Propõe-se a realização de estudos que, utilizando a fauna como indicador de alta eficácia, permitirão a elaboração de uma estratégia para conservação da diversidade biológica. De uma maneira expedita, os principais objetivos são:

1. levantamento de dados específicos sobre distribuição da fauna (vertebrados) na APA;
2. produção de mapas temáticos sobre ecossistemas e de distribuição da fauna;
3. elaborar uma estratégia de conservação que garanta a biodiversidade na APA.

Ações

- a) levantamento de dados: coleta em campo de dados sobre distribuição da fauna (vertebrados) na APA;
- b) Banco de Dados: implantação de dados para sistematizar as informações disponíveis sobre a distribuição da fauna;
- c) mapeamento: produção de mapas temáticos sobre ecossistemas e distribuição atual da fauna (vertebrados) baseado em dados secundários e no cruzamento destes com dados sobre remanescentes vegetais naturais;

- d) prirização de áreas-chave para a conservação da fauna;
- e) subsidiar o ZEE (zoneamento ecológico-econômico) e plano de ação.

Recursos Humanos:

1 zoólogo

1 estagiário (biólogo)

1 digitador/ digitalizador.

O biólogo (zoólogo) terá por responsabilidade coordenar o trabalho, coleta de dados, sistematização e produção dos documentos. Ao estagiário caberá a coleta de dados brutos sobre distribuição da fauna (dados bibliográficos e de museus). Os dados serão plotados em programa de mapas informatizado.

3 - Bibliografia

BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, Aziz Nacib. **O Ribeira de Iguape: uma setorização endereçada ao planejamento regional.** São Paulo : SUDELPA, 1985. (Boletim Técnico, 1)
- ALMEIDA, F.F.M.de. Fundamentos geológicos do relevo paulista. **Bol.I.G.G.**, São Paulo, n.41, p.168-262, 1964.
- AMEND, S., AMEND, T. **Habitantes en los parques nacionales: una contradicción insoluble?** In:____. Espacios sin habitantes? Caracas : IUCN, 1992. p.457-472.
- ANDERSON, A.B., POSEY, D.A. Management of a tropical scrub savanna by Gorotire Kayapó of Brazil. **Advances in Economic Botany**, n.7, p.159-173, 1989.
- ARAUJO, D.S.D., HENRIQUES, R.P.B. Análise florística das restingas do Rio de Janeiro. In: LACERDA, L.D., ARAUJO, D.S.D., TURQ, B. (Ed.). **Restingas: origem, estrutura, processos.** Rio de Janeiro : Universidade Federal Fluminense, 1984.
- ARROYO, Monica (Org.). **O Novo Mapa do Mundo - natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica.** 2.ed. São Paulo : Hucitec/ANPUR, 1994.
- BARROS, F. et al. Flora fanerogâmica da Ilha do Cardoso. **Instituto de Botânica**, São Paulo, v.1, n.1, p.1-184, 1991.
- BARZETTI, V. (Ed.). **Parks and progress.** Cambridge : IUCN, 1993. 240p.
- BAUDRY, J. Structure et fonctionnement écologique des paysages: cas des bocages. **Bull. Ec.**, v.19, n.4, p.523-530, 1988.
- BAUDRY, J., BAUDRY-BUREL, F. La mesure de la diversité spatiale: relations avec la diversité spécifique. **Acta Oecologica Applic.**, Paris, v.3, n.2, p.177-190, 1982.
- BEGOSSI, A. Fishing spots and sea tenure: incipient forms of local management in Atlantic Forest coastal communities. **Human Ecology**, v.23, n.3, p.387-406, 1995.
- _____. Language, knowledge and social change: some ecological features. In: DIEGUES, A.C.S. (Ed.). **Tradition and social change in the coastal communities of Brazil: a reader of maritime anthropology.** São Paulo : CEMAR/NUPAUB/USP, 1992. p.137-141.
- BIBBY, C.J. et al. **Putting biodiversity on the map: priority areas for global conservation.** Cambridge : International Council for Bird Conservation, 1992.

BIGARELLA, J.J., ANDRADE, G.O. Contribution to the study of the Brazilian Quaternary. In: _____. *Geological Society of America: international studies on the quaternary*. Washington, 1965. p.333-451. (Special Paper, 84)

BLANCO, D., CANEVARRI, P. *Censo neotropical de aves acuáticas 1991 - Programa de Ambientes Acuáticos Neotropicais (NWP)*. Buenos Aires, 1992.

BONTRON, Jean-Claudes, CROS, Zsuzsa, LUGINBÜHL, Yves (Colab.). *Sous-direction des espaces protégés, des paysages et de la qualité architecturale methode pour des atlas de paysages: identification et qualification*. Paris : Direction de l' Architecture et de l' Urbanisme, 1994.

BRASIL. Mensagem nº176, de 1992. Texto Substitutivo do Projeto de Lei n.2.892 (Poder Executivo). *Diário do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados*, Brasília, p.12.297, 05 jun.1992.

BRASIL. Projeto de Lei nº2.892, de 1992. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. *Diário do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados*, Brasília, p.12.294-12.297, 05 jun.1992. (Deputado Fábio Feldmann)

BRASIL. Ministério da Agricultura - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza - FBCN - Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil - II Etapa - Brasília - 1982

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Secretaria Especial do Meio Ambiente. *Áreas de proteção ambiental: abordagem histórica e técnica*. Brasília, 1987.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Programa de desenvolvimento sustentado em aquicultura*. São Paulo : SMA/Prefeitura Municipal de Jacupiranga, 1995.

_____. *Roteiro metodológico para a elaboração de planos de ação emergencial das unidades de conservação de uso indireto (2a. versão)*. Brasília : IBAMA/DIREC- DEUC, 1994.

_____. *Uso sustentável do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape, Cananéia e Ilha Comprida: projetos de execução descentralizada*. São Paulo : SMA/Prefeitura Municipal de Cananéia, 1995.

BRASIL. Secretaria Especial do Meio Ambiente. Coordenadoria de Áreas de Proteção Ambiental. *Caracterização e diretrizes gerais de uso da Área de Proteção Ambiental do Rio São Bartolomeu*. 2.ed. Brasília, 1988. v.1, 53p.

BRITO, Francisco A. Gestão ambiental em Área de Proteção Ambiental (APA). In: WORKSHOP DOS CHEFES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., Belo Horizonte. *Palestras*. Belo Horizonte : MMA/IBAMA-DIREC-DEVIS-DICOE, 1995.

BRITO, M.C.W. de. **Unidades de Conservação: intenções e resultados.** São Paulo, 1995. Tese (Mestrado) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.

BROOKS, T., BALMFORD, A. **Atlantic Forest extinction.** Nature, n.380, p.115, 1996.

CÂMARA, João Batista Drummond. **Análise da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu, como instrumento de Planejamento e Gestão Ambiental.** Brasília, 1993. Dissertação (Mestrado)

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente.** São Paulo : Cultrix, 1982.

CETESB. **Destinação final dos resíduos sólidos na Baixada Santista: relatório final.** São Paulo, 1979. 181p.

_____. **Diretrizes para resíduos sólidos na Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira.** São Paulo, 1993.

CHABWELA, H.W. The exploitation of wetland resources by traditional communities in the Kafue Flats and Bangweulu Basin. In: MALTBY, E., DUGAN, P.J., LEFEUVRE, J.C. (Ed.) **Conservation and development: the sustainable use of wetland resources.** Gland : IUCN, 1992. p.31-39.

CHIODI, D.K. et al. **Projeto planejamento minerário na ocupação do solo em área de atuação da SUDELPA.** São Paulo : CPRM/SUDELPA, 1982. 2v. il., mapa.

COLLAR, N.J. et al. **Threatened birds of the America: the ICBP/IUCN Red Data Book.** Washington : Smithsonian Institution, 1992.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE
DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, 03 a 14 jun.1992. **Resumo da Agenda 21**
(1a. tradução). Rio de Janeiro : Centro de Informação das Nações Unidas, 1992.
CONSEMA. **Áreas de Proteção Ambiental - APAS Corumbataí e Piracicaba Área I: propostas para a sua regulamentação,** São Paulo : SMA/CPLA, 1995. 15p.
(Relatório interno)

COPLACO. **Plan espacial de proteccion del medio fisico de la Provincia de Madrid.** Madrid : Ministerio de la Vivienda, 1975.

CORREA, Fredmar. **A reserva da biosfera da Mata Atlântica: roteiro para o entendimento de seus objetivos e seu sistema de gestão.** São Paulo : Conselho Nacional da Reserva da Biosfera/Consórcio Mata Atlântica, 1995.

CRACRAFT, J. Historical biogeography and patterns of differentiation within the South American avifauna: areas of endemism. In: BUCKLEY, P.A. et al. **Neotropical Ornithology**. Washington, 1985. p.49-84. (Ornithological Monographies, 36)

CUNHA, L.H.O. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos - o caso de Guaraqueçaba**. São Paulo : USP/UICN/Ford Foundation , 1989. 78p.

_____. **Reserva extrativista em áreas úmidas: uma alternativa de produção e conservação da natureza**. São Paulo, 1994. (Relatório não publicado)

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Inventário de áreas úmidas do Brasil - Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil**. São Paulo : USP/UICN/ Ford Foundation, 1990. 450p.

_____. Managing Brazil's coastal wetlands: the contribution of research amid the realities of politics. In: MALTBY, E., DUGAN, P.J., LEFEUVRE, J.C. (Ed.). **Conservation and development: the sustainable use of wetland resources**. Gland : IUCN, 1992. p.87-96.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994,

_____. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo : NUPAUB/USP, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana, NOGARA, P.J. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo : NUPAUB, 1994. 187p.

DUGAN, P.J. Research priorities in wetland science, wetland conservation and agricultural development. In: MALTBY, E., DUGAN, P.J., LEFEUVRE, J.C. (Ed.). **Conservation and development: the sustainable use of wetland resources**. Gland : IUCN, 1992. p.3-10.

DURELL, L. **Gaia: el futuro del arca - atlas del conservacionismo en accion**. Madrid : H.Blume, 1986.

ESTRATÉGIA Mundial para a Conservação. Brasília, 1994. Anexo 3.

FARIAS, A.C. **Guia para elaboracion de estudios del medio fisico: contenido y metodologia**. Madrid : Ministerio de Obras Publicas e Urbanismo/Universidad de Valencia, 1986.

FONSECA, G.A.B. The vanishing Brazilian Atlantic Forest. **Biological Conservation**, n.34, p.17-34, 1985.

FORMAN, R., GORDON, M. Patches and structural components for landscape ecology. *Bioscience*, 1981.

FRANÇA. Ministère Chargé de l'Environnement. Direction de la Protection de la Nature. *Guide méthodologique pour la réalisation des plans de gestion dans les réserves naturelles*. Paris, jun.1991.

FULFARO, V.J., SUGUIO, K., PONÇANO, W.L. A gênese das planícies costeiras paulista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 28., Porto Alegre, 1974. *Anais...* Porto Alegre : SBG, 1974. p.37-42.

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS. *Plano e gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Carste de Lagoa Santa*: documento preliminar. Belo Horizonte, 1995.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. *Plano de Desenvolvimento Florestal Sustentável*. São Paulo, 1993.

GRANDE, D.A. de, LOPES, E.A. Plantas da restinga da Ilha do Cardoso, São Paulo, Brasil. *Hoehnea*, n.9, p.1-22, 1981.

GRIFFITH, James Jackson, JUCKSCH, Ivo, DIAS, Luiz Eduardo. *Roteiro metodológico para zoneamento de Áreas de Proteção Ambiental*. Viçosa : Universidade Federal de Viçosa/Centro de Ciências Agrárias, 1995.

HAFFER, J. Avian speciation in tropical South America. Massachusetts : *Nutal. Ornithol. Club.*, 1974. 390p. (Publication, 14).

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do paraíso*. 6.ed. São Paulo : Brasiliense, 1994.

IBAMA. *Encontro Técnico para Planejamento e Gerenciamento da APA da Serra da Mantiqueira (SP, MG, RJ)*. Passa Quatro, 1992.

_____. *Programa Piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil (PP/G7)*. Brasília, 1995. 39p.

_____. Relatório sucinto sobre o Workshop para Elaboração do Anteprojeto de Planejamento e Gerenciamento da APA da Mantiqueira (MG, SP, RJ). In: UCO/PNMA/KFW/GTZ. *Projeto Unidades de Conservação*. Brasília, 1992.

IBAMA/DIREC. *Programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil*: concepção básica do projeto parques e reservas. Brasília, maio 1995.

INSTITUTO FLORESTAL. *Cadastro geral de ocupantes da E.E.J.I.* São Paulo, 1991. 26p. (Mimeo.)

_____. *Desapropriações em Parques e Estações Ecológicas.* São Paulo, 1995. 26p. (Mimeo.)

IPT. *Considerações acerca da questão ambiental de locais e formas de disposição de resíduos sólidos.* São Paulo, 1992. (Relatório IPT, 30.997).

ITESP. Ações de regularização fundiária do DRF. In: _____. *Estrutura do Instituto de Terras.* São Paulo, 1995. 40p. (Mimeo.)

_____. *A regularização fundiária e as Unidades de Conservação.* São Paulo, 1995. 26p. (Mimeo.)

IUCN. *South America Environmental Perspectives: Paraty Document.* Gland, 1993. 47p.

KIRIZAWA, M. et al. Vegetação da Ilha Comprida: aspectos fisionômicos e florísticos. *Rev. Inst. Flor.*, n.4, p.386-391, 1992.

KUCHEL, A.W., ZONNEVELD, I.S. *Vegetation mapping.* London : Kluwer Academic/Dordrecht, 1988.

LAURIE, Michael. *Introducción a la arquitectura del paisaje.* Barcelona : Gustavo Gilli, 1983. (Colección Arquitectura/Perspectivas).

LAVINAS, Lena, CARLEIAL, Liana Maria da Frota, NABUCO, Maria Regina (Org.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.* São Paulo : Hucitec/ANPUR, 1993.

LEITE, Maria Angela F.P. *Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização.* São Paulo : Hucitec/FAPESP, 1994.

MACEDO, Silvio S. *Paisagem, urbanização e Litoral: do Éden à Cidade.* São Paulo, 1993. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MACEDO NETO, Antonio Teixeira de. Cultura caiçara no Litoral Sul de São Paulo. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR, 3., São Paulo, 03 a 05 abr.1989. *Pesca artesanal: tradição e modernidade.* São Paulo, 1989. (Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil.)

MARETTI, Cláudio Carrera. **Agenda ambiental do Vale do Ribeira**: Plano de ação da SMA do Estado de São Paulo para o desenvolvimento sustentado do Vale do Ribeira e Litoral Sul. São Paulo, 1995.

_____. **Exemplos de geologia aplicada a um processo de planejamento costeiro**: cartas geológico-geotécnico da Região Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia e da Ilha Comprida. Tese (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

_____. **Metodologia e reflexões para o zoneamento ecológico-econômico e o Plano de Gestão da APA (Federal) de Cananéia, Iguape e Peruibe**: documento preliminar. São Paulo : IBAMA/SMA, 1994. 41p. (Relatório interno)

_____. **Para um desenvolvimento durável do arquipélago de Bijagós**: contribuição ao Plano de Desenvolvimento Integrado. Guiné-Bissau : CECI/UICN, 1991.

_____. **Planos de Manejo**: proposta preliminar e parcial de metodologia. São Paulo : CPLA/DPZA/DPL, 1992.

MARETTI, Cláudio Carrera et al. **A reserva da biosfera do Arquipélago dos Bijagós**: uma abordagem do desenvolvimento rural. Guiné-Bissau : INEP-Centro de Estudo de Tecnologia Apropriada, 1993. (Boletim de Informação Científica e Técnica)

MARTINEZ, Francisco R. El paisaje en la ordenación del espacio Litoral. In: MUNÓZ, Juan Manuel Barragan (Coord.). **El medio ambiente en los usos no económicos del espacio Litoral**. Cádiz : Universidade de Cádiz, 1994.

MARTUSCELLI, P. **Birds of Atlantic Rain Forest in southeastern Brazil**. (Ornithological Monographies)

_____. Ecology and conservation of the red-tailed Amazon *Amazona brasiliensis* in southeastern Brazil. **Bird Conservation International**, n.5, p.405-420, 1995.

MARTUSCELLI, P., RODRIGUES, M.G. Novas ocorrências do mico-leão Caiçara *Leontopithecus Caiçara* (Primates-Callitrichidae) no sudoeste do Brazil. **Rev. Inst. Florestal**, n.4, p.920-924, 1992.

MATTOS, Neide Simões de. **Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira - a região lagunar-estuarina de Iguape-Cananéia-Paranaguá**. São Paulo : SMA/Secretaria de Educação, 1992. (Educação Ambiental).

METODOLOGIA ZOPP: planejamento de projetos orientados por objetivos. São Paulo, 1996.

MILANO, M.S. Manejo de áreas silvestres. In: CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 6., Campos de Jordão. *Anais...* Campos de Jordão : SBG, 1990. p.134-138.

MITTERMEIER, R.A. et al. Conservation of primates in the Atlantic Forest eastern Brasil. *Int. Zoo. Yearbook*, n.22, p.2-17, 1982.

MORAES, Walkyria. *Relatório de Consultoria*: oficina de planejamento de projetos orientados por objetivos. Guaraqueçaba : Instituto Ambiental do Paraná, 1994.

MORAN, E.F. *Adaptabilidade humana*. São Paulo : EDUSP, 1994. 445p.

OLMOS, F. et al. The sea-birds of São Paulo, southeastern Brazil. *Bull. B.O.C.*, v.115, n.2, p.117-128, 1995.

OLMOS, F., MARTUSCELLI, P. An important brazilian mangrove swamp under threat. *Oryx*, v.29, n.3, p.154-157, 1995.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Instituto Ambiental do Paraná. *Plano de gestão da APAS de Guaraqueçaba*: relatório preliminar. Curitiba, 1995.

_____. *Plano de gestão da Ilha do Mel*: relatório preliminar. Curitiba, 1996.

PETAK, W.J. Environmental management: a system approach. *Environmental Management*, v.5, n.3, p.213-224, 1981.

PETRONE, Pasquale. *A Baixada do Ribeira*: estudo de geografia humana. São Paulo : FFCL/USP, 1966. (Boletim, 283/Geografia, 14)

PHILLIPI JUNIOR, Arlindo. *Saneamento do meio*. São Paulo : Faculdade de Saúde Pública/Departamento de Saúde Ambiental, 1985.

PIRES NETO, A.G. *Abordagens sintético-histórica e analítico-dinâmica*: uma proposta metodológica para geomorfologia. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

_____. *O relevo do Vale do Ribeira*: memorial descritivo - geomorfologia - macrozoneamento do Vale do Ribeira. São Paulo : SMA/CPLA/ENGEORPS, 1992.

PONÇANO, W.L. et al. *Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo*. São Paulo : IPT, 1981. 2v.il., mapa. (Monografias, 5).

REDFORD, K.H. The empty forest. *BioScience*, v.42, n.6, p.412-422, 1992.

REDFORD, K.H., ROBINSON, J.G. The game of choice: patterns of Indian and Colonist Hunting in the Neotropics. *American Anthropologist*, v.89, n.3, p.650-667, 1987.

REIS, Ademir, REIS, Maurício S. dos, FANTINI, Alfredo C. *Manejo de rendimento sustentado de Euterpe Edulis*. Registro : Universidade Federal de Santa Catarina/Fundação Florestal de São Paulo, s.d.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brazil*. São : Companhia das Letras, 1995.

ROBINSON, J.G., REDFORD, K.H. Measuring the sustainability of hunting in tropical forests. *Oryx*, v.28, n.4, p.249-256, 1994.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo : Studio Nobel/FUNDAP, 1993.

SALES, Renato J. Rivaben de. *Programa de Gerenciamento Costeiro*. São Paulo : SMA/DPL/CPA, 1995. (Documento interno elaborado para a Coordenação Nacional).

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo : Hucitec, 1996.

SANTOS, R.F. *Macrozoneamento do Vale do Ribeira: mapeamento de unidades de paisagem*. São Paulo, 1996. (No prelo)

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Áreas de Proteção Ambiental do Estado de São Paulo: propostas de zoneamento ambiental*. São Paulo, 1992. (Documentos)

_____. *Ilhas do Litoral Paulista*. São Paulo : Secretaria da Cultura/Universidade de São Paulo, 1989. (Documentos)

_____. *Levantamento e análises dos quadros ambientais e elaboração de proposições físico-territoriais relativas à regulamentação de uso e ocupação da APA Parque e Fazenda do Carmo: relatório P2 - conclusões e propostas*. São Paulo, s.d.

_____. *Plano Sistematizador do Tombamento da Serra do Mar - 1a. fase: relatório final*. São Paulo : EMPLASA. 1987. v.1

_____. **Política Municipal do Meio Ambiente:** orientação para os municípios. São Paulo : FPFL-CEPAM, 1992. (Seminários e Debates)

_____. **Preservação da Floresta Tropical (Mata Atlântica) no Estado de São Paulo.** São Paulo, 1995.

_____. **Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira.** São Paulo, 1992. 344p. (Educação Ambiental)

_____. **Serra do Mar.** uma viagem à Mata Atlântica. São Paulo, 1992. 94p. (Educação Ambiental)

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. Divisão de Planejamento do Litoral. **Diagnóstico e diretrizes de mineração:** relatório preliminar 019 - SMA-MCZ-RT-P752. São Paulo : ENGECORPS, 1995.

_____. **Macrozoneamento do complexo estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia:** Plano de Gerenciamento Costeiro. São Paulo, 1990. 41p. (Documentos)

_____. **Macrozoneamento do complexo estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia:** Plano de Gerenciamento Costeiro - mapas. São Paulo, 1991. (Documento de divulgação)

SCHENKEL, C.S., KANIAK, V.C. Sistemas de unidades de conservação em Brasil. In: AMEND, S., AMEND, T. (Ed.). **Espacios sin habitantes?** Caracas : IUCN, 1992. p.107-123.

SCOTT, D.A., BROOKE, M.L. **The endangered avifauna of southeastern Brazil:** a report on the BOU/WWF expeditions of 1980/81 and 1981/82. Washington : ICBP, 1985. p.115-139. (Technical Publication, 4)

SEMINÁRIO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO DA BAIXADA SANTISTA, São Paulo. **Trabalhos apresentados.** São Paulo : CETESB, 1979.

SILVA, Jorge Xavier et al. Análise ambiental da APA de Caiçu. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, v.50, n.3, p.41-83, jul./set.1988.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. **Caiçaras e jangadeiros:** cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo : CEMAR, 1993.

SILVA, Luiza Alonso da. **Programa de educação ambiental do Vale do Ribeira.** São Paulo : SMA/DPL/CPLA/CEAM, 1996. (Documento interno elaborado para a Agenda Ambiental do Vale do Ribeira)

SILVA, M.M.D. da et al. **Áreas de Proteção Ambiental: abordagem histórica e técnica.** Brasília : SEMA, 1987. 46p.

SMITH, L.B. Origins of the flora of the souther Brazil. **Nat. Herb.**, v.35, n.3, p.215-249, 1962.

SMITH, P.G.R., THEBERGE, J.B. A review of criteria for evaluating natural areas. **Environmental Management**, v.10, n.6, p.715-734, 1986.

SOARES, Sandra M. Guanaes, ALMEIDA, Sandra N. dos Santos. **Programa de Gerenciamento Costeiro.** São Paulo : SMA/DPL/CPA, 1995. (Documento interno elaborado para Coordenação Nacional)

STRAUBE, F.C. Sobre a distribuição geográfica de *Macropsalis Creaga* no Estado do Paraná. **Sulornis**, n.10, p.12-21, 1989.

SUGUIO, K., MARTIN, L. **Formações quaternárias do Litoral Paulista e Sul Fluminense.** São Paulo : IGCP/SBG/IGUSP, 1978. 55p.

TYLER, H., BROW, K.S., WILSON, K. **Swallowtail butterflies of the Americas: a study in biological dynamics, ecological diversity, biosystematics and conservation.** Washington : Scientific Publishers, 1994.

UCHÔA, Dorath P., GARCIA, Caio del Rio. Projeto de pesquisas arqueológicas no Baixo Ribeira (Cananéia-Iguape), Litoral Sul de São Paulo, Brazil: resultados preliminares. **Revista de Pré-História**, São Paulo, 1979.

UICN. **Estratégia mundial para a conservação.** São Paulo : CESP, 1984.

_____. **Planificação Costeira Guiné-Bissau.** São Paulo, 1994. (Documento de divulgação)

VANZOLINI, P.E. Distribution patterns of the American Lizards. In: VANZOLINI, P.E., HEYER, R.W. (Ed.). **Proceedings of a Workshop on the Neotropical Distribution Patterns.** Rio de Janeiro : Academia Brasileira de Ciências, 1988. p.317-342.

VAYDA, A.P., RAPPAPORT, R. Ecology, cultural and noncultural. In: RICHERS, P., McEVOY, J. (Ed.). **Human ecology.** Massachussetts : Duxbury, 1976.

VIEIRA, Paulo F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: _____. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais.** São Paulo : Cortez, 1995.

WEGE, D.C., LOG, A.J. **Key areas for threatened birds in the neotropics.** Washington : Birdlife International, 1995. (Birdlife Conservation, 5)

WEST, P., BRECHIN, S.R. (Coord.). **Resident people and National Parks.** Tucson : The University of Arizona, 1991. 443p.

WILLIS, E.O. et al. Olive-sided flycatchers in southeastern Brazil. **The Wilson Bull.**, n.105, p.193-194, 1993.

WILLIS, E.O., ONIKI, Y. A new phylloscartes (Tyrannidae) from southeastern Brazil. **Bull. B.O.C.**, v.112, n.3, p.158-165, 1992.

WILSON, E.O. **Diversidade da vida.** São Paulo : Companhia das Letras, 1994. 447p.

WORKSHOP "POLÍTICAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO", Brasília, 29 nov. a 02 dez. 1994. **Documentos.** Brasília : Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, 1994. Anexo 2.

ZONNEVELD, I.S. **Land evaluation and landscape science.** New York : VSPA, 1992.

_____. The land unit: a fundamental concept in landscape ecology. In: _____. **Landscape ecology.** New York : Academy Publishing, 1989.

ZONNEVELD, I.S., FORMAN, R.T.T. **Changing landscapes: an ecological perspective.** New York : Springer-Verlag, 1990.

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO
AMBIENTE**
Fábio Feldmann
Secretário

**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO
AMBIENTAL**
Eduardo Trani

**Departamento de Planejamento e Zoneamento
Ambiental**
Kasuo Sakurai

Divisão de Planejamento do Litoral
Martinus Filet

Coordenação do Projeto
Márcia Brito Rodrigues de Moraes

Equipe Técnica

Ana Fernandes Xavier
Ana Lucia Buccolo Marques
Antonio Eduardo Poletti
Celso Augusto Vieira Raduan
Elisabete Correa Gasparello Buschel
Leonam Bueno Pereira
Luiza Alonso da Silva
Sandra Maria Guanaes Soares
Sandra Nair dos Santos Almeida

Produção Gráfica

Antonio Carlos Palácios
Antonio Carlos Malachias
Edimar Dias Vieira
Juliano Carvalho Dalapé
Maria Demétria da Silva Pereira
Wilson Issao Shiguemoto

Apoio Administrativo

Alaôr Lineu Ferreira
Dorian Minnicelli
Lisete Paiva Jorge
Mari Luciane Moreira Pereira
Maria Celeste Rigüero Leme
Terezinha Nobue Hitomi
Valéria Sáia

FUNDAÇÃO FLORESTAL

Diretoria Executiva
Marcos Byngton Egydio Martins

Diretoria de Operações
Cláudio Carrera Maretti

Paul Dale
Renato José Rivabem de Sales

Sergio Vassimon

INSTITUTO FLORESTAL

Diretoria Geral
Marcos Pereira Marinho Aidar

Diretoria de Reservas e Parques Estaduais
Fausto Pires de Campos

Ana Lúcia Mendonça
Joãoquim do Márcio Nêto
Cláudia Anastácia Macedos Reis

APOIO TÉCNICO

Adriana Perez Filipim
Ana Maria Iversson de Piazza
Ana Maria Nogueira de Carvalho
Antonio Felipe Galvão da Silva
Antonio Gonçalves Pires Neto
Bento José R. R. Pimentel
Cristina Catundá Guêdes Barreira
Eliana Vera Kestenbaum
Hugo Segawa
Leonardo Cunha dos Santos
Lidia Biazzí Lu
Luiz Augusto Biazzí
Maria Aparecida de Azevedo
Maria do Carmo Bicudo Barbosa
Maria Judith Magalhães Gomes
Maria Helena Lobo de Queiroz
Maria dos Santos Menezes
Marcos Bühler Campolim
Paulo Martuscelli
Ricardo Russo
Roseli Alvim Sanches
Sidnei Raimundo
Silvia Maria Pompéia
Theodora Paris Ribeiro de Almeida
Yara Gouvêa Gomide

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Eduardo de Souza Martins

Diretoria de Ecossistemas
Ricardo José Soavinski

Departamento de Vida Silvestre
Maria Lolita Bampi

Coordenadoria de Conservação de Ecossistemas
João Batista Drummond Câmara

Divisão de Conservação de Ecossistemas
Moacir Bueno Arruda

Hiroyuki Nemoto

Superintendência do IBAMA - SP
Nilde Lago Pinheiro

Rubens Ramos Mendonça
Valtenci Negrão
Wilson Almeida Lima

Gerência da APA Cananéia - Iguape - Peruíbe
Luiz Antonio Xavier Davies